

Gustavo Cruz Ferraz

Consciência e Atenção: algumas considerações acerca das
abordagens de William James e Aron Gurwitsch

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Virgínia Kastrup

Rio de Janeiro
2005

Gustavo Cruz Ferraz

Consciência e Atenção: algumas considerações acerca das
abordagens de William James e Aron Gurwitsch

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Rio de Janeiro, dede 2005

Prof^a Dr^a Virgínia Kastrup - orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. André do Eirado
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2005

F381 Ferraz, Gustavo Cruz

Consciência e atenção : algumas considerações acerca das abordagens de William James e Aron Gurwitsch / Gustavo Cruz Ferraz. – Rio de Janeiro : UFRJ, 2005.

110f.

Orientador : Virgínia Kastrup

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro . Instituto de Psicologia / Programa de Pós-Graduação em Psicologia , 2005 .

1. Consciência . 2. Atenção . 3. James , William , 1842-1910 . 4. Gurwitsch , Aron . I. Kastrup , Virgínia . II. Universidade Federal do Rio de Janeiro . Instituto de Psicologia .

CDD . 153

AGRADECIMENTOS

à Virgínia Kastrup que com sua inquebrantável alegria e seu gosto pelo estudo tornaram este trabalho ao mesmo tempo mais rigoroso e prazeroso

à meus pais e minha irmã pela eterna paciência e carinho

à Lú, pelo companheirismo e afeto que me foram dedicados ao longo deste percurso

aos companheiros de grupo de pesquisa, em especial Beatriz Sanchovisch e Laura Pozzana, ao professor Amândio Gomes e à Luna, pelo interesse compartilhado no processo e pelas sempre esclarecedoras conversas de corredor

à Fernanda e Clarice, pela certeza de que para além do computador há sempre um fim de tarde no leme

aos três casmurros restantes por ajudar a transformar a ansiedade em acordes

RESUMO

Este trabalho se situa no contexto da retomada dos estudos da consciência. A partir da década de noventa este tema que por muito tempo foi considerado impossível de ser abordado sistemática e objetivamente comparece como sendo de grande interesse por parte de cientistas e filósofos. Dentro do amplo espectro de problemas que têm sido tratados neste contexto, esta dissertação tem por objetivo abordar algumas contribuições teóricas que possibilitem pensar a consciência em sua dimensão dinâmica e ampliada, de forma que esta não compareça restrita apenas ao foco da atenção. São privilegiadas aqui as colocações de William James e Aron Gurwitsch, cujos trabalhos apontam para uma concepção de dinâmica e organização da consciência. Ainda que as obras destes dois autores não sejam contemporâneas, seus efeitos se manifestam contemporaneamente nas discussões realizadas por autores como Francisco Varela, Pierre Vermersch, Natalie Depraz, Sven Arvidson. Em um primeiro momento é feita a apresentação de um breve percurso histórico que traça a retomada dos estudos da consciência e de algumas posições importantes para as questões aqui discutidas. Em seguida têm-se as apresentações dos dois autores, na qual se privilegia os conceitos de fluxo e franja da consciência de James, assim como o conceito de campo da consciência de Gurwitsch e sua crítica a um modelo unitário de atenção. Um balanço comparativo revela que para Gurwitsch a dinâmica se encontra atrelada à princípios de organização formais que estruturam a experiência. Já em James é o próprio fluxo da consciência que confere uma organização dinâmica à experiência. Além disso encontram-se nos autores contribuições para o entendimento do devir consciente e de um funcionamento complexo da atenção.

Palavras chave: consciência, atenção, William James, Aron Gurwitsch

ABSTRACT

This work lies in the context of the restart of the studies of consciousness. From the 90's to this day, this theme, that has for a long time been considered impossible of being approached systematically and objectively, is present as it is considered of great interest by part of scientists and philosophers. Within the broad range that the problem has been treated in this context, this dissertation aims to approach some theoretical contributions that allow consciousness to be thought in its dynamic and expanded dimension, in order that it is not restricted only to the focus of attention. Privilege is given here to William James and Aron Gurwitsch's approaches, whose works point to a conception of dynamics and organization of consciousness. While the works of these two authors are not contemporary, its effects are contemporarily manifested through the discussions held by authors such as Francisco Varela, Pierre Vermersch, Natalie Depraz and Sven Arvidson. On a first glance, the presentation of a brief historic path is made, tracing the restart of the studies of consciousness and some important positions for the issues discussed here. Next, there are the presentations of both authors, where privilege is given to the concepts of flux and fringe of consciousness by James, as well as the concept of field of consciousness of Gurwitsch and his criticism about a unitary model of attention. A comparative evaluation reveals that, according to Gurwitsch, dynamics are found attached to principles of formal organization that structure experience; as in James, it is the flux of consciousness itself that gives a dynamic organization to experience. Besides this, it can be found contributions in both authors for the understanding of the becoming aware and a complex functioning of attention.

Key words: consciousness, attention, William James, Aron Gurwitsch

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p.8

1 A RETOMADA DOS ESTUDOS DA CONSCIÊNCIA, p.13

2 CONSCIÊNCIA E ATENÇÃO NA PSICOLOGIA DE WILLIAM JAMES, p. 41

3 O CAMPO DA CONSCIÊNCIA DE ARON GURWITSCH, p. 71

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 99

REFERÊNCIAS, p. 105

INTRODUÇÃO

Este trabalho se situa no contexto da retomada dos estudos da consciência a partir da década de noventa, no campo das ciências da cognição. A partir deste momento, a consciência volta a ser objeto de interesse por parte de cientistas e filósofos. Como aponta John Searle (1998), “o tema consciência voltou a ser respeitado – de fato, quase que considerado central – como matéria de investigação da filosofia, psicologia, ciências cognitivas e até da neurociência” (op. cit, p.23). Assim como Searle, autores como David Chalmers (1995), Francisco Varela, (2003) ressaltaram a importância dessa retomada, assim como seu lugar de destaque para uma melhor compreensão dos fenômenos cognitivos, ainda que adotem perspectivas distintas quanto à natureza da consciência. O que, de fato, é comum a essas análises, é o reconhecimento da necessidade de se retomar um tema que por muito tempo foi considerado até mesmo um obstáculo para o entendimento da cognição.

Ainda que o interesse pelo estudo da consciência tenha se renovado, parece haver uma grande dificuldade em se chegar a um acordo quanto à forma de colocação do problema, ou até mesmo quanto à definição do que se poderia chamar de consciência. Em parte em função do renovado interesse, mas também devido à extrema dificuldade da questão, que ocupou filósofos durante séculos e que agora é de alguma forma compartilhada pela ciência, uma definição clara e consensual está ainda distante. A situação é paradoxal, uma vez que o fato de estarmos de alguma maneira conscientes é inquestionável em nossa vida cotidiana. Por um longo período as ciências cognitivas negligenciaram o aspecto concreto e contextualizado da cognição de forma que, como apontam Varela *et al*, ao menos até o início da década de noventa grande parte dos trabalhos buscava capturar a dimensão formal e abstrata da cognição, tendo muito pouco a dizer sobre o que seria ser humano em situações concretas e vividas (Varela, Thompson e Rosch, 2003). Assim a retomada dos estudos da consciência parece apontar para a possibilidade de, em certa medida, mudar este panorama para que se possa dar conta desta dimensão mais concreta e cotidiana de nosso estar no mundo.

Como não poderia deixar de ser, dada a enormidade da questão, não é o objetivo desta dissertação apresentar uma definição acabada de consciência, nem mesmo empreender uma análise minuciosa de cada uma das diferentes concepções presentes no campo das ciências da cognição, ainda que apresente algumas delas de forma introdutória. O objetivo será explorar algumas contribuições teóricas que permitam elucidar um problema que considero especialmente importante no amplo espectro daqueles que têm sido tratados. Trata-se da apreensão da consciência em sua dimensão dinâmica e ampliada, o que impede que a consciência seja reduzida ao foco da atenção.

O que se busca aqui é uma abordagem da consciência para além das idéias claras e distintas, ou seja, uma abordagem passível de apreendê-la em sua dimensão vivida, fluida, encarnada e contextualizada. Pois como aponta Sven Arvidson (2000) por muito tempo o termo consciência se restringiu apenas ao foco da atenção, o que esvazia grande parte da riqueza da fenomenologia da consciência.

Estas considerações quanto ao aspecto dinâmico e ampliado da consciência se fazem importantes, uma vez que possibilitam pensar a consciência sem “lacunas”, o que traz importantes desdobramentos no que diz respeito às transformações atencionais, pois estas passam a ser pensadas a partir de uma modulação e não a partir de um par antinômico atenção x desatenção. Haveria assim não apenas um modo de funcionamento da atenção, mas vários. No que concerne à relação entre atenção e consciência parto aqui da consideração de Pierre Vermersch (2002a), para quem atenção e consciência são um mesmo objeto, passível de ser visado de duas maneiras diferentes. Escolher o ponto de vista da atenção significa apreender a consciência em suas transformações dinâmicas e suas propriedades funcionais. Assim não somente a consciência comporta mais do que aquilo que é claro, como também a atenção não se resume a um processo de fixação e focalização.

Evidencia-se então um esforço no sentido de se trabalhar com uma concepção ampliada de consciência, buscando apontar que aquilo que se apresenta à consciência, mesmo que de forma clara e distinta, não se dá de forma totalmente isolada, mas comparece ligada a um contexto. Essa dimensão contextual, ainda que se mostre aparentemente vaga, é de extrema

importância, pois revela no operar imanente da atividade consciente um dinamismo que nos remete às transformações atencionais, pensadas não mais como uma síntese de elementos dispersos, mas como uma modulação da intencionalidade. Daí a aproximação entre experiência, consciência e atenção.

Dado o enorme silêncio quanto à questão da consciência ao longo de grande parte do século XX, o que se percebe é um notável interesse, uma retomada dos estudos de autores clássicos que de alguma maneira colocavam esta questão. Vale ressaltar que esta retomada não se encaminha no sentido de uma mera curiosidade histórica, mas sim no sentido empreender um diálogo a partir de questões importantes colocadas na atualidade. Como coloca Vermersch (2002a) a forma de se abordar este tema é ainda suficientemente nova para que se justifique a leitura de autores clássicos.

Nesta perspectiva seria válido, então, um exame cuidadoso e uma tentativa de articulação dos trabalhos de dois autores que empreenderam um estudo dos estados de consciência tal como se apresentam ao sujeito, buscando uma concepção de organização e dinâmica da consciência que abarcasse uma dimensão para além de seu foco. São eles William James e Aron Gurwitsch.

William James foi um severo crítico da psicologia clássica do final do século XIX. Para ele sua concepção atomística e elementarista era por demais hipotética. A análise presente na vertente psicológica de sua obra, que analisamos nesta dissertação, parte exatamente da constatação de que começar um estudo da consciência a partir da sensação, como propunha a psicologia clássica, é abandonar o método empírico de observação, uma vez que nunca houve quem experienciasse uma sensação em si mesma. A psicologia deveria ter por tarefa o estudo da vida mental, partindo dos fenômenos tais como comparecem ao sujeito, em sua dimensão fluida e contínua. Seu conceito de fluxo da consciência é de extrema importância para o campo psicológico e sua aguda análise e descrição dos fatos mentais exercem forte influência não só em escolas psicológicas posteriores como também nos estudos contemporâneos sobre a consciência (Mangan, 2001).

Aron Gurwitsch, cuja obra data da segunda metade do século XX, foi aluno de Edmund Husserl, tendo sido considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento da fenomenologia nos EUA (Arvidson, 2000). Gurwitsch também foi um severo crítico da hipótese da constância e de uma concepção atomista da consciência. Sofreu forte influência da Escola de Berlim defendendo que a experiência já se dá de forma organizada, em contrapartida à tese de que haveria uma atividade intelectual que organizaria dados dispersos. Por meio de uma análise fenomenológica buscou, então, estabelecer os princípios responsáveis pela organização da consciência. Inspirado nas considerações de Husserl Gurwitsch estabelece, assim, sua teoria do campo da consciência, na qual haveria três regiões distintas - o tema, o campo temático e o horizonte - que apresentam uma certa organização própria (Gurwitsch, 1957).

Conforme aponta Arvidson (1992), muitas vezes não se reconhece que importantes considerações de Gurwitsch foram empreendidas tendo a obra de James como ponto de partida, o que é reconhecido e colocado pelo próprio Gurwitsch no início de sua obra maior *O campo da consciência: uma análise fenomenológica*¹.

Neste contexto busco um aprofundamento em relação às concepções de organização, estrutura e dinâmica do campo da consciência presentes nestes autores, que de alguma maneira já dialogam, na tentativa de articular conceitos a fim de dar início a uma maior compreensão quanto aos processos que se relacionam a nossos estados conscientes em seu constante fluir no tempo.

No primeiro capítulo buscarei apresentar como a questão da consciência ressurgiu no seio do campo das ciências da cognição, marcando algumas posições emblemáticas e buscando articular as questões provenientes com algumas abordagens e discussões pertinentes no campo da psicologia. A obra de Francisco Varela ganhará algum destaque uma vez que este destaca a irreduzibilidade da consciência e em seu percurso se evidencia um esforço por

¹ Tradução minha. A edição consultada aqui é intitulada *El campo de la conciencia: Un análisis fenomenológico*. Todas as traduções aqui apresentadas de obras não traduzidas para o português são de minha responsabilidade.

realizar uma investigação da experiência em sua dimensão concreta e contextualizada. Desta forma, acredito, tornar-se-á claro sob que perspectiva e em que medida ganha importância o diálogo aqui proposto. No segundo capítulo abordarei a obra de William James, mais especificamente a vertente psicológica de seu trabalho, que se concentra basicamente nos *Princípios de Psicologia*. Serão analisados os conceitos de fluxo da consciência e franja do pensamento, assim como sua análise da dinâmica atencional. No terceiro capítulo será analisada a obra de Aron Gurwitsch e sua conceituação do campo da consciência, apontando possíveis desdobramentos no que concerne à qualidade e variação das transformações atencionais. Por fim buscarei apontar e aprofundar possíveis pontos de aproximação ou afastamento no que tange aos autores e conceitos discutidos, na tentativa de estabelecer um diálogo com a contemporaneidade que concorra para o esclarecimento e para a consolidação de uma abordagem da consciência em sua dimensão de experiência, sendo capaz de apreender as nuances de sua região não focal e de suas transformações dinâmicas.

1 A RETOMADA DOS ESTUDOS DA CONSCIÊNCIA

No campo da psicologia científica o silêncio quanto ao estudo da consciência se deu em grande parte em função da ascensão do behaviorismo, movimento norte-americano surgido no início do século XX e que se colocava em franca oposição à psicologia de sua época, que se definia como um estudo dos estados de consciência se utilizando do método da introspecção, e que se alinhava ao projeto iniciado por Wundt e consolidado por Titchener . O texto de 1913 “Psychology as the behaviorist views it” de John Watson, pode ser colocado como um documento expressivo da fundação do movimento behaviorista (Penna, 1982), apresentando algumas das idéias que serviriam de base para a constituição desta vertente que seria dominante no campo psicológico na primeira metade do século XX. A psicologia deveria apresentar rigorosamente os mesmos métodos das ciências naturais, sendo apenas um dos ramos destas. Seu objeto de estudo deveria, portanto, ser passível de observação pública e medição quantitativa. Assim, segundo Watson, o comportamento é o objeto por excelência da psicologia, descartando para um tal estudo qualquer hipótese que recorresse à consciência ou a qualquer dado que não fosse observável.

“A psicologia, tal como a interpreta o comportamentista é um ramo puramente objetivo e experimental da ciência natural. Seu objetivo teórico é a predição e o controle do comportamento. A introspecção não é parte essencial dos seus métodos, nem o valor científico de seus dados depende da facilidade com que podem ser interpretados através da consciência” (Watson, 1913, p.627).

Esta rejeição ao método introspectivo e à possibilidade de uma psicologia científica destinada ao estudo dos estados de consciência se coloca em nítida sintonia com o positivismo de Auguste Comte, que segundo Penna constitui uma “influência inequívoca” para o behaviorismo (1982, p.34). Segundo o positivismo de Comte (1851) qualquer estudo da subjetividade seria ele mesmo também carregado de subjetivismo. O método da introspecção seria falível e inválido, pois não há possibilidade de um estado subjetivo ser objeto dele mesmo, ou seja, o sujeito não pode se dividir em dois a fim de observar seus estados mentais. Em suas palavras,

“(c)onstitui o melhor meio de conhecer as paixões sempre observá-las de fora. Porquanto todo estado de paixão muito pronunciado, a saber, precisamente aquele que será mais essencial examinar, necessariamente é incompatível com o estado de observação. No entanto, quanto a observar da mesma maneira os fenômenos intelectuais durante seu exercício, há uma impossibilidade manifesta. O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinando. (...) Este pretensão método psicológico é, pois, radicalmente nulo em seu princípio” (Comte, 1851, p.14).

A introspecção, ou observação interna, sendo carregada de subjetivismo produziria assim tantos resultados quantos fossem seus praticantes. O behaviorismo se apoiava em tais críticas e afirmava que o método introspectivo era não só falível como também desnecessário, pois não haveria qualquer influência dos estados de consciência sobre o comportamento. “Pode-se supor a presença ou ausência da consciência em qualquer ponto da escala filogenética, sem que isso tenha qualquer influência nos problemas do comportamento” (Watson, 1913, p. 630). Uma vez que se coloca a possibilidade de se prescindir da referência à consciência ou aos estados mentais no estudo do comportamento, evidencia-se que para o behaviorismo não há distinção fundamental entre o comportamento animal e o comportamento humano. O que se coloca como tema de estudo para o behaviorismo é o comportamento dos organismos em seu meio ambiente. São fundamentais para Watson os conceitos de estímulo e resposta. Os estímulos são todas as modificações no meio capazes de serem registradas pelos receptores sensoriais. As respostas são todas as modificações observadas no organismo decorrentes da presença dos estímulos (Penna, 1982). Toda a complexidade do comportamento poderia ser reduzida à esquemas de associação entre estímulos e respostas, ou esquemas S-R, sendo tais associações dadas a partir da história do indivíduo. Daí a importância concedida a aprendizagem pelos behavioristas. Como afirma Watson, “num sistema de psicologia inteiramente desenvolvido, dada a resposta é possível predizer o estímulo; dado o estímulo, é possível predizer a resposta” (Watson, 1913, p.635). Fica evidente aqui o caráter ambientalista desta abordagem.

É evidente que a apresentação da posição de Watson realizada aqui não abrange todas as nuances e todo o alcance de sua obra, da mesma maneira, o movimento behaviorista não se esgota no trabalho de Watson, tendo sido de grande importância também às contribuições de autores como Clark Hull e, principalmente, B. F. Skinner. No entanto, o que é importante ressaltar aqui, é a postura deste movimento no que concerne a questão da consciência e que

consistiu na recusa de sua tematização. Postura esta que parece ter se mantido presente, ainda que o behaviorismo tenha perdido força.

A partir da metade do século XX uma série de questões começa a ser levantada quanto às teses behavioristas. Donald Broadbent (1967) ressalta as limitações do behaviorismo ao marcar que a partir do final da década de trinta começou a ocorrer um importante debate, no qual se estabeleceram fortes críticas ao modelo de aprendizagem vigente até então, e que colocava toda a ênfase na experiência passada. Segundo Broadbent autores como por exemplo Edward Tolman e Wolfgang Köhler começaram a postular, ainda que sob referenciais diferentes, a possibilidade de que ações eficientes poderiam ter lugar em situações completamente novas, o que impossibilitaria a explicação de tais comportamentos unicamente por meio de respostas passadas, que se estabilizariam aumentando sua frequência de emissão por efeito de recompensas, obtendo excelentes resultados nos laboratórios

Para Tolman o comportamento de um rato em um labirinto se encaminha no sentido da realização de uma meta, e é guiado por um “mapa cognitivo” constituído a partir de experiências não necessariamente recompensadas (Broadbent, 1967). Para ele, então, há entre o estímulo e a resposta toda uma série de variáveis, que são denominadas “variáveis intermediárias” (estímulos ambientais, hereditariedade, pulsão fisiológica, treinamento prévio e idade), constituindo um sistema S-O-R, o que, segundo Fraisse e Piaget (1968), começa por devolver uma certa consistência interna ao animal ou ao homem. Ou seja, algo se passa no organismo de forma que comportamento não se limita a uma relação associativa entre o estímulo e a resposta. Mesmo o comportamento de um rato apresenta uma certa organização molar e se orienta para a realização de um objetivo, o que Schultz (1975) denominou de behaviorismo intencional, ainda que não se tenha recorrido a qualquer tipo de consciência.

Köhler foi um dos mais proeminentes pesquisadores da Escola de Berlim, movimento que se colocava, em linhas gerais, em nítida oposição às concepções elementaristas e associacionistas no que concerne aos fatos psicológicos. Apesar de grande parte dos trabalhos deste

movimento se voltarem às questões referentes à percepção², sua contribuição se expande envolvendo os campos da memória, aprendizagem e pensamento (Guillaume, s/d).

No campo da aprendizagem os trabalhos de Köhler com antropóides foram de extrema importância e apontavam, em referência à colocação de Broadbent citada acima, que a experiência passada não poderia ser o único elemento explicativo para comportamentos eficientes na solução de problemas. Não se trata de afirmar que a experiência passada não possui qualquer relevância, mas sim de mostrar que uma determinada solução pode ocorrer sob condições novas. Isso poderia ser constatado a partir da observação de macacos em situações experimentais, nas quais a utilização de ferramentas (uma vara de madeira como extensão do braço a fim de alcançar o alimento) ocorre sem que haja qualquer comportamento similar sendo reforçado anteriormente. Assim surge o conceito de *insight*, que consiste em uma reorganização perceptual abrupta que permite a solução do problema. Percebe-se aqui também a impossibilidade de tratar a aprendizagem apenas a partir de esquemas S-R e outro duro golpe desferido contra as teses behavioristas. No entanto, ainda que o behaviorismo comece a ceder como modelo teórico dominante, o rechaço ao tema da consciência permanece ainda presente.

Segundo Henrique Schützer Del Nero (1993) o empreendimento behaviorista teria também sofrido duros golpes também a partir do advento da mecânica quântica e da colocação do problema das não linearidades:

"Concluo que o behaviorismo não poderia ter vingado como estratégia de identificação de relações estritas entre estímulo e resposta, porque há uma riqueza, diversidade e complexidade na estrutura intermediária-interna, não sendo possível 'modelizar' algo processado por ela sem lhe conhecer a estrutura e a dinâmica" (Del Nero, 1993, p.158).

Começava a se delinear assim um terreno propício para que se investigasse essa “estrutura intermediária-interna”.

² O que será abordado mais adiante no capítulo 3.

Penna (1999) coloca que a partir da tentativa de superar as limitações das posições behavioristas na explicação das formas mais complexas do comportamento, tanto da posição mais clássica de Watson quanto daquela que de alguma maneira já supõe uma certa estrutura interna como a de Tolman, surge todo um campo de pesquisas em psicologia que poderia ser denominado como psicologia cognitiva. Ainda segundo Penna, o livro de George Miller, Eugene Gallanter e Karl Pribram, *Plans and the structure of behavior* (1960), foi de grande importância para a fundação deste campo, ao ressaltar os conceitos de estrutura e de plano, operando como variáveis cognitivas que organizam e orientam a conduta. Como coloca Kastrup (2005), cabe destacar também os trabalhos de Ulrich Neisser (no campo da percepção), de Donald Broadbent (memória e da atenção), de George Miller (memória) e de Jerome Bruner e Michel Posner (pensamento). O ponto comum entre esses autores seria a concepção de um funcionamento cognitivo como captação, processamento e conservação de informações provenientes do mundo externo. Para Penna (1999) poder-se-ia também esboçar o campo da psicologia cognitiva, em seu momento inicial, a partir de 4 características: a relevância concedida ao conceito de regra, a colocação de que os processos cognitivos são essencialmente construtivos, a importância concedida às metas a serem atingidas pela ação e o relevo dado ao papel eminentemente ativo do sujeito (op. cit., 1999). Para uma maior compreensão deste momento, contudo, cabe uma análise de movimentos teóricos para além do campo da psicologia.

Em um âmbito mais vasto de pesquisa, a partir da década de 40, uma série de questões referentes aos processos de conhecimento começa a se configurar. Como ressaltava Jean-Pierre Dupuy (1996), pesquisadores oriundos da matemática, lógica, engenharia, filosofia, neurofisiologia, psicologia, lingüística e antropologia se reuniram - em uma série de conferências realizadas nos Estados Unidos entre os anos de 1946 e 1953, e que entrariam para a história com o nome de Conferências Macy - na tentativa de discutir e propor questões referentes ao conhecimento. Sob o nome de *cibernética* tinham como ambição “edificar uma

ciência geral do funcionamento da mente” (Dupuy, 1996, p.9). Segundo Varela (s/d), tais “fundadores”, apesar de suas diferentes filiações filosóficas e de seus diferentes campos de atuação, consideravam que poderiam se debruçar sobre o conhecimento a partir de mecanismos explícitos e de formalismos matemáticos. Um artigo de 1943, escrito por McCulloch e Pitts, intitulado “A logical calculus immanent in nervous activity”, é apontado por Varela (s/d) como um dos mais importantes deste período da cibernética, pois proporcionava dois importantes saltos teóricos. Em primeiro lugar, a sugestão de que a lógica seria a disciplina adequada para a compreensão do cérebro e da atividade mental. Em segundo lugar, a afirmação de que o cérebro é um aparato que incorpora os princípios lógicos em seus componentes, os neurônios. Uma vez que cada neurônio é sensível a excitações elétricas e a partir de um determinado limiar assume estados ativos ou inativos, tais estados podem ser então combinados em cadeias maiores de neurônios, de forma que suas ligações desempenhem o papel de operações lógicas e o cérebro possa ser considerado como uma máquina dedutiva. Este momento inicial se mostra então de grande importância ainda que atualmente, como apontam Dupuy e Varela, o nome *cibernética* esteja em desuso e que muitos autores não reconheçam ligações mais diretas dos trabalhos atuais com este período. Segundo Dupuy e Varela as discussões realizadas neste momento produziram importantes conseqüências³ para o que viria a se delinear posteriormente como um campo interdisciplinar de investigação em torno do funcionamento mental e que se denomina contemporaneamente como o campo das Ciências da Cognição⁴ (Varela, s/d; Dupuy, 1996).

É a partir da década de 50 que a grande efervescência dos primeiros anos do movimento cibernético começa a dar lugar a um conjunto (ainda que não exclusivamente fechado) mais específico de questões e a alguns projetos mais delimitados de pesquisa⁵. Um dos vetores de maior importância para esta consolidação é, na verdade, um dispositivo técnico, o

³ Algumas conseqüências apontadas por Dupuy são a introdução do formalismo lógico-matemático nas ciências do cérebro (tal como foi colocado também por Varela), a concepção de máquinas de processamento de informação e o lançamento dos fundamentos da inteligência artificial e da teoria dos sistemas.

⁴ Dupuy (1996) afirma que é a título de “preocupação de pureza e espírito de conquista” (1996, p.44), que muitos autores contemporâneos nas ciências cognitivas se recusam a estabelecer laços com este momento inicial, vasto e complexo, da cibernética.

⁵ Dada a grande quantidade de discussões e trabalhos relevantes na configuração deste campo de pesquisa, apresentá-las aqui em detalhe ultrapassaria os objetivos e limites do presente trabalho. Para uma apresentação histórica e uma discussão mais detalhada cf. os trabalhos de Howard Gardner “*A nova ciência da mente*” e a já citada obra de Jean Pierre Dupuy “*Nas origens das ciências cognitivas*”.

computador digital. (Gardner, 1996; Dupuy, 1996; Kastrup, 2005). A mente poderia ser estudada agora não mais por meio da introspecção, mas ter seu funcionamento simulado por uma máquina. A idéia de uma máquina como esta, capaz de realizar qualquer operação havia sido lançada na década de 30 por Alan Turing, que propunha a formalização matemática da idéia de máquina e desenvolveu um modelo chamado de “Máquina de Turing”. Esta “máquina teórica” poderia ser descrita da seguinte forma:

“(u)ma máquina de Turing compreende três órgãos: a máquina *strictu sensu*, suscetível a qualquer momento (o tempo é discretizado) de se achar num estado, chamado “estado interno”, pertencente a uma lista finita; uma fita ilimitada nos dois sentidos, que representa a memória da máquina: essa fita é dividida em casas, cada uma delas comportando ou não certa marca; e, por fim, uma cabeça de ler-escrever-apagar capaz de realizar as seguintes operações: colocada diante de uma das casas, ela lê se esta contém a marca ou não; pode apagar a marca, se ela existir, ou escrevê-la, no caso contrário; pode deslocar-se uma casa para a direita ou para a esquerda.” (Dupuy, 1996, p. 32)

Seu funcionamento é regido, então, por uma certa configuração, um par constituído por seu estado interno e pelo conteúdo da parte da fita a ser lida. Esta configuração de entrada determinaria os movimentos a serem realizados pela máquina – a saber; mudança (ou não) de estado interno, manutenção ou mudança do conteúdo da casa lida e deslocamento (ou não) da cabeça de leitura – e conseqüentemente suas “respostas”. Este funcionamento se dá portanto por meio de um conjunto de regras, um programa, sendo que a máquina realizaria não só funções numéricas, mas também cálculos simbólicos (Dupuy, 1996). Como o próprio Dupuy coloca, o computador seria então “essa máquina de Turing encarnada em circuitos elétricos” (op. cit., 35)⁶.

Está constituído, portanto, o terreno propício para que se legitime um estudo da mente. O método de investigação científico estaria assim garantido, uma vez que o funcionamento da mente se mostrava passível de formalização matemática, o que permitia uma manipulação ordenada sobre o fenômeno (Dupuy, 1996). Ou, nas palavras de Varela:

“Aquilo que apenas parecia ser uma orientação possível – o espírito como uma forma de lógica, assimilável, portanto, ao comportamento de um computador – passa então a ser considerado como uma *hipótese* reconhecida que se procura destacar dos seus antecedentes

⁶ Cabe destacar também o importante papel realizado por Von Neumann no processo de criação dos computadores.

pluridisciplinares, ou seja, da influência das ciências sociais e biológicas e das suas complexidades diversas” (Varela, s/d, p. 30).

A cognição poderia ser agora tomada como um processamento por regras lógicas. Esta tese define a posição do cognitivismo computacional, movimento que se configurou como dominante por um grande período no campo das ciências da cognição⁷. Aqui ganha extrema importância a noção de símbolo, que é uma entidade discreta e que possui uma base material e uma dimensão semântica. A base material permitiria que a computação se desse tanto em um computador como em um cérebro, já a dimensão semântica seria aquela responsável pela representação de uma determinada propriedade de um mundo já pré-definido. Em um computador tal relação, ou seja, a dimensão semântica, é dada pelo programador, já no que diz respeito a como esta dimensão se dá no cérebro é uma questão que não era colocada ou mais devidamente trabalhada pelos defensores desta posição.

Entretanto, como se pode perceber, esse conceito de cognição e de mente ainda não abarca a consciência. A cognição é considerada a partir de uma performance, sem que se considere o estado imanente daquele que conhece, adotando-se, portanto, sempre a postura do observador e desconsiderando-se a experiência. Dupuy (1996) aponta que há uma proximidade entre a concepção cognitivista computacional e o behaviorismo, uma vez que se trata ainda de mecanismos de entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) que, ainda que regulados por *feedbacks* e por processamento de informações, se mostram por demais mecanizados. Owen Flanagan aponta algumas razões para o silêncio quanto à consciência como, por exemplo, a influência marcante do método positivista, a possibilidade de se estudar a inteligência sem necessitar recorrer a nenhuma teoria sobre a consciência e, por fim, a afirmação de que uma grande parte da aprendizagem se processa de forma inconsciente (Rocha, 2000). Contudo, Varela *et al* (Varela, Thompson, Rosch, 2003) aponta que, apesar da fase inicial conservadora das ciências cognitivas, e da ainda forte desconfiança em relação à experiência subjetiva por parte da Filosofia da Mente nos EUA, o surgimento de conceitos como o de emergência⁸, postulados pelo conexionismo, abriram a possibilidade de se recolocar o problema da

⁷ Este papel dominante no campo foi tão acentuado que em alguns momentos, segundo Kastrup (2005), foi confundido com o próprio surgimento do campo das ciências cognitivas, como, por exemplo, no trabalho de Gardner (1985).

⁸ Conceito segundo o qual propriedades globais emergem de regras locais (Varela, Thompson, Rosch, 2003).

consciência, aproximando a ciência cognitiva da experiência subjetiva, o que David Chalmers (1995) denomina de *hard problem*. Ou seja como se poderia pensar a consciência, ou a experiência subjetiva consciente, em sua relação com os processos cognitivos ou com o cérebro?

Como não poderia deixar de ser, ainda que muitos autores se debrucem sobre o tema, há ainda grandes divergências teóricas quanto à forma de se encaminhar a questão ou até mesmo quanto a possibilidade de se chegar a algum resultado consensual. John Searle (1998) buscou mapear e trabalhar algumas destas posições em seu livro *O mistério da consciência*, no qual abre espaço para uma discussão com Daniel Dennet e David Chalmers. Varela *et al* (Depraz, Varela, Vermersch, 2003) também apresenta uma tentativa de organizar estes diferentes trabalhos alinhando-os, ainda que em linhas gerais, em quatro posições emblemáticas. Tais posições serão apresentadas brevemente segundo a organização sugerida por Varela *et al*, mas buscarei complementá-las brevemente com as discussões tal como empreendidas por Searle. Têm-se então as seguintes posições a serem apresentadas: uma primeira, denominada neuro-reducionista, na qual a dimensão da experiência não é considerada; uma segunda posição, denominada como funcionalista, na qual a experiência é tomada a partir de sua função sendo abordada em sua dimensão de performance; uma terceira posição que defende a irredutibilidade da experiência a seus correlatos neurológicos ou à sua performance, mas que coloca a impossibilidade de um estudo da experiência, e finalmente, uma quarta posição na qual também se defende a irredutibilidade da experiência mas se busca ir além desta constatação ao propor um estudo científico desta dimensão experiencial.

Uma primeira posição poderia ser denominada como um neuro-reducionismo, na qual o pólo da experiência é descartado em favor de uma abordagem neurobiológica. Assim, autores como por exemplo Paul e Patricia Churchland, Jean Pierre Changeux, Francis Crick e Christof Koch, defendem (cada um a sua maneira) que tudo aquilo que sentimos tem uma existência primordialmente física e cerebral. Um bom exemplo desta posição é o trabalho de Francis Crick e uma das hipóteses que apresenta é a seguinte:

“(...) *you*, suas alegrias e suas tristezas, suas lembranças e ambições, seu senso de identidade pessoal e livre arbítrio são na realidade, apenas o resultado do comportamento de um vasto complexo de células nervosas e suas moléculas associadas” (*apud* Searle, 1998, p. 49).

Os neurônios e suas moléculas associadas, segundo Crick, seriam os responsáveis pelo funcionamento dos mecanismos específicos cerebrais. Tomando como base o tema da percepção visual, busca trabalhar o “problema da integração”, que consiste em compreender como uma série de estímulos diferentes é ligada dando lugar a uma experiência unificada de um objeto. Este problema poderia ser ainda estendido à ligação com outros dados de percepção, pois quando vejo um objeto, uma árvore por exemplo, também vejo vários outros elementos em meu campo de visão, sinto o cheiro das folhas, sinto meus pés tocando o chão assim como o peso de meu próprio corpo. O problema então é “como esses neurônios se tornam temporariamente ativos como uma unidade” (op. cit., 60), sendo que, para o autor, esta questão está intimamente ligada a descargas neuronais sincronizadas na amplitude de 40 hertz. Tais disparos sincronizados nas redes que ligam o tálamo ao córtex seriam uma possível chave para a elucidação do problema da consciência, que se esgotaria caso este funcionamento neuronal fosse desvendado. Por fim, como coloca Crick: “Você não é nada além de um conjunto de neurônios” (*apud* Depraz, Varela e Vermersch, 2003, p.118). A experiência não possui, portanto, qualquer lugar nesta concepção, podendo ser completamente reduzida a fenômenos cerebrais.

Uma segunda posição seria aquela adotada por autores como Daniel Dennett, Gerald Edelman, Ray Jackendoff, entre outros, e que poderia ser definida de forma geral como funcionalista. Aqui a noção de experiência é equiparada a de comportamento cognitivo, atitude proposicional ou, no melhor dos casos como coloca Varela (Depraz, Varela e Vermersch, 2003), *qualia* (aspecto qualitativo de um evento mental). Dessa forma, a relação buscada se dá entre a cognição e seu correspondente funcional (estado intencional), sendo a abordagem da experiência sempre realizada de um ponto de vista exterior a esta, a partir de sua performance. Como afirma Varela:

“O movimento básico nestas propostas é totalmente similar. Primeiro começam com elementos modulares de capacidades cognitivas (os problemas *soft*). Depois constroem um sistema teórico para colocá-los em conjunto, de forma que sua unidade equivalha a uma descrição da experiência. A estratégia para reunir esta unidade emergente e a experiência ela mesma varia,

mas tipicamente é deixada incerta, uma vez que toda a abordagem se baseia quase que completamente em uma perspectiva de terceira pessoa ou externalista para obter dados e validar a teoria” (Depraz, Varela e Vermersch, 2003, p.119).

Esta posição é apontada por David Chalmers (1995) como a mais popular, pois manteria métodos e idéias já aceitas pela ciência empírica tradicional resguardando um lugar, ainda que restrito, à experiência. O mesmo é apontado por Searle (1998) quando afirma que para que se possa compreender a disseminação dessa posição deve-se visualizar o contexto sócio-histórico:

“O dualismo parece não-científico e, por conseguinte, inaceitável; o behaviorismo e o fisicalismo falharam em suas versões tradicionais. Para os seus adeptos, o funcionalismo parece combinar as melhores características de cada um. Se você é um materialista, o funcionalismo pode aparentar ser a única alternativa disponível, e isto ajuda a explicar por quê esta é a teoria mais amplamente sustentada na filosofia da mente hoje em dia. Em sua versão ligada ao uso de computadores, tornou-se também a teoria dominante na nova disciplina da ciência cognitiva” (Searle, 1998, 159).

Ainda segundo Searle, e também em sintonia com o que coloca Varela, o argumento central destes teóricos é o de que os estados mentais são estados funcionais e vice-versa. Entretanto, estes estados funcionais são estados físicos considerados como funcionais apenas em virtude de suas relações causais. O exemplo dado por Searle para que se compreenda como se pode conceituar algo funcionalmente é o de um relógio ou de um carburador. Estes objetos não são definidos por suas propriedades físicas, pois podem ser feitos de diferentes tipos de materiais, mas sim pelas funções que desempenham, ou seja, como se dão duas relações causais na produção de um resultado específico (no caso, informar a hora e misturar ar com combustível). O mesmo se daria em relação aos estados mentais. “Algo é considerado uma crença ou um desejo em virtude do que faz, do que as relações causais são, e não em virtude dos materiais com os quais seus sistemas são compostos” (Searle, 1998, 157). Evidencia-se assim que os estados mentais não são tomados aqui como estando intimamente ligados ao cérebro, pois computadores ou quaisquer outros sistemas que possuíssem as mesmas relações funcionais também possuiriam “estados mentais”. Searle define esta posição como uma versão extrema do funcionalismo de computador, denominada *IA Forte* (Inteligência Artificial Forte). Aqui o cérebro é como um computador, ou melhor, o *hardware*, e a mente um programa implementado no cérebro, o *software*. Como já foi colocado, os estados mentais

são estados funcionais do cérebro, e estes estados funcionais são exatamente como estados computacionais de uma máquina digital.

Ao lado daqueles que consideram a experiência como sendo de natureza irreduzível pode-se colocar autores como Thomas Nagel e Colin McGinn. Contudo, tais autores afirmam não ser possível desvendar o aspecto subjetivo da experiência, logo, o *hard problem* seria insolúvel. McGinn, por exemplo, argumenta que o problema é muito vasto para nossas mentes limitadas e que somos “fechados cognitivamente” com respeito ao fenômeno (*apud* Chalmers, 1995). Thomas Nagel abre seu já clássico texto, *What’s like to be a bat*, com a afirmação de que o problema da consciência é o que torna o problema mente-corpo realmente intratável (Nagel, 1981). Devido a esta posição Owen Flanagan os definiu como “misterianistas”, termo também utilizado por Varela.

Tem-se então um último grupo de autores que, apesar das nítidas diferenças em relação ao encaminhamento de seus trabalhos, defendem a irreduzibilidade da experiência conferindo um lugar de destaque as abordagens em primeira pessoa. Recusam assim a posição dos “misterianistas”, afirmando que é possível empreender um estudo de interesse científico do *hard problem*. Tem-se neste grupo autores como George Lakoff e Mark Johnson, Owen Flanagan, David Chalmers, John Searle, Francisco Varela entre outros. Uma vez que esta perspectiva é aquela a partir da qual se coloca o presente trabalho, algumas colocações serão examinadas mais cuidadosamente. Esta escolha não significa que outros trabalhos, ou outras colocações, não tenham relevância, mas reflete apenas a necessidade de um recorte que se articule a questão aqui colocada, ou seja, a dinâmica da consciência a partir de sua dimensão de experiência.

John Searle (1998) começa por esboçar sua posição no livro “O mistério da consciência” colocando que para muitos autores afirmar a irreduzibilidade da consciência parece levar a alguma forma de aceitação do dualismo, no qual haveria duas espécies metafisicamente diferentes de fenômenos no universo, o físico e o mental. Uma vez estabelecido esse

dualismo seria extremamente difícil estabelecer uma relação inteligível entre o físico e o mental e seríamos então forçados a colocar de lado toda a visão científica de mundo. A tentativa mais comum, segundo Searle, de resolução de tal problema é buscar reduzir a consciência a alguma outra coisa, tal como estados cerebrais puramente físicos ou programas de computador. Searle rejeita então estas tentativas pois as considera tão problemáticas quanto o dualismo que visam suplantar. O principal problema desta posição seria exatamente a negação do fato evidente de termos estados conscientes, qualitativos e subjetivos, como por exemplo dores, alegrias, memórias, sentimentos, entre outros. Esses estados conscientes são qualitativos uma vez que para qualquer estado há um algo que qualitativamente se sente como estando naquele estado; e subjetivos pois só existem ao serem experienciados por um humano ou por qualquer outro tipo de sujeito (op. cit). Uma definição de consciência para Searle não seria um problema (a citação é longa, mas elucidativa):

“Consciência se refere àqueles estados de sensibilidade e ciência que começam normalmente quando acordamos de um sono sem sonho e continua até que durmamos novamente, caímos em coma, morremos ou ficamos ‘inconscientes’. Os sonhos são uma forma de consciência ainda que bem diferente dos estados em que estamos plenamente acordados. A consciência, assim conceituada, é como um interruptor. Por esta aceção, um sistema é consciente ou não, mas dentro do campo da consciência há estados de intensidade que variam desde a sonolência até a consciência totalmente desperta (*full awareness*). A consciência assim definida, é um fenômeno interno qualitativo de primeira pessoa” (Searle, 1998, 33).

O que Searle coloca, e que é ressaltado na apresentação de Bento Prado Júnior na edição brasileira do livro acima citado assim como por Varela *et al* (Depraz, Varela, Vermersch, 2003), é que não se pode confundir a objetividade epistêmica do método com a objetividade ontológica do *subject matter*. O fenômeno da consciência é ontologicamente de primeira pessoa, ou seja, é um fenômeno ontologicamente subjetivo, o que não quer dizer que seja epistemicamente subjetivo, não passível de ser tratado com a objetividade científica requerida. O que defende Searle então é que a consciência é um fenômeno natural e biológico, uma parte de nossa vida natural. Seu projeto é definido por ele como um “naturalismo biológico” e consiste na proposta de que microprocessos de nível inferior no cérebro causam a consciência. “Compreenderemos a consciência quando compreendermos, de forma biologicamente detalhada, como o cérebro a produz” (Searle, 1998, 26). Deve-se estar atento, segundo o autor, para o fato de que esta causalidade não deve ser entendida no

sentido mais comum de eventos distintos ordenados seqüencialmente no tempo, pois isso poderia levar a implicações dualistas (processos cerebrais como causas e estados de consciência como efeitos). Searle dá o exemplo da solidez de uma mesa como uma forma de causalidade (a solidez é explicada causalmente pelo comportamento das moléculas que compõem a mesa) que não é um evento, mas sim uma propriedade. Portanto a consciência é uma propriedade do cérebro e isso, segundo Searle, impede que se tome este estado de consciência como separado do cérebro, daí a possibilidade de se escapar das armadilhas tanto do dualismo quanto do reducionismo materialista.

Contudo, o que se evidencia a partir de uma análise da obra de Searle, é que apesar de todo o seu esforço na defesa da irredutibilidade ontológica da consciência e de sua tentativa de escapar de uma abordagem dualista, não se encontra qualquer colocação a respeito de um método capaz de dar conta desta dimensão de primeira pessoa. A introspecção é rejeitada por ele, sob o argumento de que não possui qualquer validade científica, contudo são apresentadas uma série de características da consciência tais como unidade, intencionalidade, distinção no campo da consciência entre um centro e uma periferia, estrutura gestáltica e familiaridade. Como apontam Varela *et al* (Depraz, Varela, Vermersch, 2003), como então ele poderia ter chegado a tais características? A experiência em primeira pessoa, ainda que defendida teoricamente, permanece metodológica e pragmaticamente intocada.

A obra de Francisco Varela ganha aqui especial importância, uma vez que propõe uma forma diferente de colocação do problema da cognição e de sua relação com a consciência, propondo-se a ir além de uma discussão teórica e buscando uma apreensão da experiência subjetiva mais próxima de nossas formas mais habituais de apreensão do mundo, ou seja, em seu caráter concreto, fluido e corporificado. A experiência comparece então como o lugar de onde devemos partir e para onde devemos retornar, daí a importância de sua obra para o presente trabalho e o interesse em acompanhar um pouco do percurso de seu trabalho.

Percebe-se nos trabalhos de Francisco Varela um constante esforço no sentido de se atravessar campos de saber distintos, como a biologia - no qual desenvolveu a *Teoria da Autopoiese* ao lado de Humberto Maturana - ou as neurociências, no qual enfatiza a

importância do conceito de emergência no funcionamento cerebral assim como das novas técnicas de captação de imagens de sua atividade. Este atravessamento de fronteiras já seria por si só algo de extremamente positivo, contudo, o que torna seu trabalho ainda mais interessante é a constante preocupação em dar um maior alcance aos resultados de suas pesquisas, buscando vislumbrar e trabalhar seus possíveis desdobramentos éticos e filosóficos. Isto é visível em seu esforço por alargar a discussão no campo das ciências cognitivas, instituindo um diálogo constante com a filosofia e buscando trazer novos insights sobre a experiência humana, de forma a incluir a dimensão temporal e vivida da cognição, tomando-a em sua acepção mais ampliada e não apenas como uma atividade formalizada de representação.

Não é o objetivo aqui apresentar uma análise minuciosa e detalhada de todo o seu trabalho, mas o que me parece importante é indicar que seu percurso afirma uma certa estratégia, uma certa forma de se colocar o problema da cognição, que valoriza a experiência humana reforçando seu caráter concreto, singular e corporificado. Assim, se em um momento posterior de seus trabalhos a discussão se concentra no exame da consciência e da irreduzibilidade da experiência subjetiva consciente aos seus correlatos neurofisiológicos – o que será abordado logo adiante - isto se dá em continuidade com um momento anterior no qual a ênfase recai sobre a importância do corpo e da ação na constituição dessas experiências. Evidencia-se então um esforço para se escapar das armadilhas do objetivismo, sem que se recaia em um domínio do puro subjetivismo, apostando no desafio de se captar a circularidade de uma ação cognitiva que constitui formas de compreensão de si mesmo e do mundo.

No início da década de 90 Francisco Varela afirmava, junto com Evan Thompson e Eleanor Rosch no livro *A Mente incorporada*, que as ciências da cognição tinham muito pouco a dizer sobre o que seria ser humano em situações concretas e vividas (Varela, Thompson e Rosch, 2003). A cognição, para ser passível de ser tratada cientificamente, era por demais formalizada, sendo visível a grande influência do pensamento da filosofia da mente (corrente mais forte nos EUA, onde o campo das ciências da cognição se consolidou). Isto poderia ser ilustrado pelos programas de pesquisa empreendidos nas décadas de consolidação

(1950-1970) do campo da inteligência artificial (Varela, 1992). Neste momento o conhecimento era tomado em sua dimensão “abstrata”, como coloca Varela, pois se valorizava o aspecto formal e lógico da cognição, sendo o computador digital, e seu procedimento de manipulação simbólica por meio de regras lógicas, um modelo para o funcionamento da mente. Os programas de pesquisa visavam constituir máquinas capazes de solucionar problemas gerais, como a tradução de línguas naturais por exemplo (op. cit.). Considerava-se que modelizando o procedimento de um perito em determinada situação de solução de problemas se poderia chegar ao âmago das questões referentes à cognição. No entanto, como ressalta Varela, estes esforços falharam consideravelmente. Começava a se esboçar um consentimento entre os pesquisadores de que seria “necessário substituir o perito pela criança na escala de desempenho” (Varela, 1992, p.175). Assim tarefas mais simples eram tematizadas, e o paradigma computacional começou a ser amplamente discutido, pois mesmo as tarefas mais simples realizadas por insetos minúsculos não poderiam ser devidamente consideradas por meio da estratégia computacional. A dimensão concreta e contextualizada da cognição começa então a ganhar cada vez mais espaço, de forma que não se possa tomá-la como um “ruído” a ser eliminado, mas sim como o lugar de onde partimos e para onde devemos sempre retornar. Ou nas palavras do próprio Varela: “Bem no centro desta visão emergente está a crença de que as unidades próprias do conhecimento são, em primeiro lugar, concretas, encarnadas, corporificadas, vivas” (Varela, 1992, p.174).

Era necessário então, de alguma forma, ampliar os horizontes do campo das ciências da cognição para dar conta desta dimensão concreta e viva, assim como apostar na possibilidade de transformação características desta dimensão, a fim de que se pudesse aproximar as ciências da cognição de nossa experiência mais cotidiana e ordinária.

Varela situa o esforço empreendido no livro *A mente incorporada*, em conjunto com Thompson e Rosch, como um projeto neste sentido e afirma que seriam também importantes para tal empreendimento tanto os trabalhos do fenomenólogo Merleau-Ponty como o diálogo com o Budismo, considerado por estes autores como uma rica fonte na investigação pragmática da experiência humana.

De início os autores colocam que seu trabalho poderia ser entendido como uma continuação do projeto de Merleau-Ponty. Esta continuação não teria o sentido de uma atualização, ou de uma discussão de suas colocações à luz das ciências da cognição, mas sim o da recuperação de um certo eixo, uma certa linha de trabalho. Merleau-Ponty havia colocado a necessidade de se pensar como em nossa tradição ocidental científica somos levados a ver nossos corpos tanto como estruturas físicas como estruturas vividas, ou seja, tanto do ponto de vista biológico (externo) como do ponto de vista fenomenológico (interno). Esses dois lados são então tomados não como opostos, mas como se transitássemos constantemente entre eles. Como coloca Varela:

“Merleau-Ponty reconheceu que não podemos compreender esse movimento sem uma investigação detalhada de seu eixo fundamental, a saber, a incorporação do conhecimento, da cognição e da experiência. Para Merleau-Ponty, assim como para nós, a incorporação tem esse sentido duplo: inclui o corpo tanto como estrutura experiencial vivida como o contexto ou meio dos mecanismos cognitivos” (Varela, Thompson e Rosch, 2003, p.15).

Segundo Varela é exatamente esse duplo sentido de incorporação que falta às ciências da cognição, pois a divisão mente-corpo continua em vigor em muitos trabalhos. Isto fica evidente, por exemplo, quando se examina a posição do cognitivismo computacional, que trabalha basicamente com o conceito de representação, sendo o conhecimento tomado como processamento simbólico por regras lógicas. Haveria assim um plano formal, independente do corpo e fora do tempo, ou seja, sem que suas regras de funcionamento sejam alteradas por meio de seu operar. Por outro lado, muitos autores, por exemplo nas neurociências, quando tratam do papel do corpo na cognição o reduzem ao cérebro ou ao sistema nervoso, esquecendo portanto, como afirma Varela, que

“é apenas por meio da conduta que se pode associar essas propriedades de base biológica à cognição. É somente porque essa estrutura, o cérebro, passa com interações em um ambiente, que podemos rotular a conduta resultante de ‘cognitiva’” (Varela, Thompson e Rosch, 2003, p.27).

O trabalho de Merleau-Ponty ganha importância então, pois seu esforço se encaminha também no sentido de escapar do dualismo ao defender que: por um lado, as faculdades reflexivas são aquisições secundárias - sendo ancoradas em hábitos e habilidades pré-

reflexivas – e, por outro lado, a idéia de um corpo mecânico é insustentável. Portanto, nem a mente deveria ser compreendida como uma entidade imaterial e nem o corpo como um mero sistema de arcos reflexos (tal como o entendia o behaviorismo clássico). A relação do organismo com seu meio não poderia ser pensada a partir da recepção passiva de estímulos que causariam linearmente respostas determinadas. O efeito de um determinado estímulo sobre o organismo não poderia ser redutível à suas propriedades físicas, argumento este que se consolidou sob o nome de crítica a hipótese da constância⁹, e que foi amplamente discutido a partir de uma série de experimentos realizados pelos teóricos da Escola de Berlim (Gestaltismo), assim como pelo próprio Merleau-Ponty. A constatação a que se chega então é a de que é a forma com que os estímulos se organizam entre si, aliada a uma certa configuração da estrutura sensório-motora do percebido, que determina aquilo que é sentido, e não os órgãos como meros receptores de estímulos externos. Merleau-Ponty afirma ainda que

“as determinações espaciais do percebido e até mesmo a presença ou ausência de uma percepção não são efeitos da situação de fato fora do organismo, mas representam a maneira pela qual ele vai ao encontro dos estímulos e pela qual se refere a eles” (Merleau-Ponty, 2003, p.113-114).

Isto é de extrema importância uma vez que implica a ação do percebido no processo de percepção, o que altera o papel do corpo e também a relação do organismo com o mundo. O corpo se torna abertura ao mundo e um centro de ação. Dada a extrema valorização da visualidade no ocidente, este papel da ação do percebido muitas vezes passa despercebido, pois o sentido da visão poderia favorecer uma certa concepção abstrata e passiva da percepção. A visão não modifica o objeto, e o movimento que me permite ver muitas vezes não comparece ao foco da consciência, o que é diferente no caso do tato, onde é mais notável o movimento do percebido assim como as conseqüentes mudanças no produto da percepção a partir destes movimentos, como por exemplo quando aperto ou aliso um determinado objeto. O fenomenólogo Drew Leder (s/d) chega a afirmar: “(o) conhecimento por parte da mente de um mundo externo, estável e co-presente, deriva, em grande parte, do olho” (Leder, s/d, p.117), e completa: “a consciência humana pode parecer desincorporada (*disembodied*)

⁹ Uma discussão mais detalhada a esse respeito será apresentada no terceiro capítulo.

somente quando a profunda conexão entre a percepção e o movimento é quebrada” (op. cit, p.117).

Estas concepções e seus desdobramentos possuem grande impacto na obra de Varela, pois permitem colocar o problema da cognição não como representação de um mundo dado (como muitos cientistas cognitivos defendem, sejam cognitivistas computacionais ou conexionistas), mas sim como ação incorporada¹⁰, ou enação.

O termo incorporado comparece assim de forma a enfatizar que a cognição depende do tipo de experiência decorrente de se ter um corpo com determinadas capacidades sensório-motoras, e também no sentido de que estas capacidades estão interligadas a um contexto biológico, psicológico e cultural, o que constitui um *background* de enorme importância para o operar cognitivo diário. Já o termo ação reforça a necessidade de se tomar a percepção e a ação como inseparáveis na cognição vivida. (Varela, Thompson e Rosch, 2003). Pode-se apontar então, em linhas gerais, as duas formulações básicas da teoria da enação: (1) a percepção consiste em ação perceptivamente orientada e (2) as estruturas cognitivas emergem de padrões sensório-motores recorrentes que possibilitam à ação ser perceptivamente orientada. Logo, a percepção não é algo que ocorre dentro de uma mente ou de um cérebro, mas uma atividade que envolve todo o corpo de um agente envolvido em situações locais. A importância da ação no processo perceptivo é ilustrada pelo experimento de Richard Held e Alan Hein de 1958 (Reuchlin, 1979; Varela, 1992; Varela, Thompson, Rosch, 2003). Neste experimento foram criados no escuro dois grupos de filhotes de gatos, de forma que só fossem expostos à luz em situações controladas. A um grupo de filhotes, denominado “ativo”, era permitido mover-se quase livremente sendo seus movimentos transmitidos ao outro grupo de filhotes, denominado “passivo”. Estes se encontravam imobilizados em gôndolas móveis, sendo portanto privados da experiência motriz do outro grupo. As estimulações visuais eram praticamente as mesmas para os dois grupos. Após algumas semanas sob estas condições os animais eram soltos e a diferença entre o comportamento dos dois grupos pôde ser observada. Os animais do grupo “ativo” se

¹⁰ Sigo aqui a tradução de “embodied” realizada por Maria Rita Secco Hofmeister presente na edição brasileira de *A mente incorporada* (2003).

comportaram normalmente, contudo, os animais do grupo “passivo” se moviam como se fossem cegos, tropeçando e caindo, mesmo que sua visão nunca tivesse sido limitada. Assim, segundo Varela, “esse estudo surpreendente sustenta a perspectiva enativa de que objetos não são vistos pela extração de traços visuais, mas antes pela orientação visual da ação” (Varela, 1992, p. 183). Os processos cognitivos por sua vez, em sintonia também com o que fora já colocado pela Epistemologia Genética de Jean Piaget (Varela, 1992), emergem dessa atividade recorrente, como demonstra o exemplo de Mark Johnson e George Lakoff, citado por Varela. Neste exemplo, processos de categorização básicos se assentam sobre esquemas de imagens sinestésicas, conferindo, por exemplo, uma lógica “dentro ou fora” que estruturaria nossas conceitualizações mais básicas do campo visual (entrar e sair do campo).

“Basicamente, estruturas corporificadas (sensório-motoras) são a substância da experiência, e estas estruturas experienciais ‘motivam’ a compreensão conceitual e o pensamento racional. Como enfatizei, ação e percepção são corporificadas na auto-organização dos processos sensório-motores; daí, essas estruturas cognitivas emergem de padrões recorrentes de atividade sensório-motora. Em ambos os casos, a questão não é, como Lakoff supunha, que a experiência determine estritamente as estruturas conceituais e os modos de pensamento; é preferível pensar que a experiência tanto torna possível quanto constrange a compreensão conceitual nos diversos domínios cognitivos” (Varela, 1992, p. 187).

A cognição não é, portanto, intelectual mas corporal, e não se destina a uma representação do mundo mas

“consiste em ser capaz de colocar, dentro de amplos limites, as questões relevantes que precisam ser abordadas a cada momento. Essas questões e preocupações não são predeterminadas, mas são *atuadas* a partir de um background de ação, onde o que conta como relevante é contextualmente determinado por nosso senso comum” (op. cit., p.152).

Percebe-se então a nítida aproximação com o trabalho de Merleau-Ponty em seu esforço por dar conta de uma circularidade fundamental em nossa relação com o mundo, uma vez que este já nos parece dado, mas é inseparável de nossa apreensão dele. Tem-se assim um corpo cognitivo que se constitui ao longo de sua ação no mundo, ação esta que ao mesmo tempo configura um mundo. O que faz com que o problema da cognição não possa ser tratado nem como uma questão de representação de um mundo dado, nem como projeção de representações internas, mas sim em sua dimensão incorporada (*embodied*). É aí que o termo

enação ganha sua dimensão, pois “a ênfase recai sobre o mecanismo de co-engendramento, recíproco e indissociável, do si e do mundo” (Kastrup, 2005, p.17).

Entretanto, Varela busca instituir neste momento de seu trabalho uma novidade, pois considera que apesar da importância do trabalho de Merleau-Ponty, este ainda apresenta uma análise por demais teórica e abstrata da experiência, sendo ainda um discurso sobre a experiência. De uma forma geral toda a tradição filosófica ocidental padeceria deste problema. Daí sua colocação de que seria interessante metodologicamente buscar uma aproximação com tradições não ocidentais milenares. Surge então a proposta de uma aliança com o Budismo, ou melhor, a proposta de uma aproximação ou um mergulho nas concepções e nas práticas de uma das vertentes do Budismo, o Budismo Tibetano. Tal aproximação teria por fim a possibilidade de empreender não uma reflexão puramente teórica, *post factum*, da experiência humana, mas de apresentar um método disciplinar específico de conhecimento, a *meditação atenta*, que possibilitaria uma apreensão *presente* da experiência incorporada de cada dia (Varela, Thompson e Rosch, 2003). Este estado de *presença atenta* poderia ser desenvolvido com a aprendizagem por meio da prática. No entanto, como aponta Varela, não se deve colocar muito acento no sentido da aquisição da habilidade, pois é exatamente quando se busca alguma coisa, quando se quer atingir um determinado estado que a mente se dispersa, dificultando e por vezes até impedindo a *presença atenta*. A prática disciplinada fortalece a própria presença, mas poderia ser também considerada como parte da natureza básica da mente, o que geralmente é obscurecido pelo hábito e pelas necessidades cotidianas no contato com o mundo. Assim, a *presença atenta* estaria sempre presente, mesmo que como possibilidade. Como aponta Evan Thompson no texto *The mindful Body*, a relação mente-corpo não seria apenas uma condição dada, mas também algo a ser cultivado e aperfeiçoado (Thompson, s/d). O mesmo também é apontado por Varela ao discutir sobre a possibilidade de que a fronteira entre aquilo que se coloca como nível sub-pessoal por grande parte dos pesquisadores nas ciências da cognição e o nível pessoal, isto é, aquilo que é passível de ser tornado consciente, não seja fixada ou intransponível, em contraposição ao que grande parte destes pesquisadores defende.

Muitos autores consideraram tal proposta problemática, dentre eles o fenomenólogo Hubert Dreyfus para quem, segundo discussão apresentada por Thompson (s/d), a *meditação atenta* transforma a experiência e, portanto, não pode ser válida como método de apreensão ou como revelação do que seria a experiência cotidiana. Para Hubert Dreyfus autores como Heidegger e Merleau-Ponty puderam abordar este tema com propriedade porque não se distanciaram da experiência cotidiana ao empreenderem suas abordagens. Contudo, Thompson afirma que se é verdade que qualquer prática transforma a experiência e, portanto, não pode elucidar o que é a experiência, o mesmo se daria em relação a reflexão de Heidegger e Merleau-Ponty. Segundo Thompson, qualquer reflexão é já uma forma de experiência, logo, não a deixa intocada. Mas uma vez que a experiência é aberta ao tempo não haveria qualquer problema ao afirmar que é possível que uma determinada transformação elucide aspectos importantes de experiências anteriores. Varela afirma ainda que não se pretende com esse diálogo constituir uma suprateoria científica ou filosófica, mas apenas abrir um espaço para que se possa “desencadear as possibilidades transformadoras da experiência humana em uma cultura científica” (Varela, Thompson e Rosch, 2003, p.16).

Em seus últimos trabalhos, a partir da década de 90, mantém-se a defesa da necessidade de se trabalhar e “desencadear as possibilidades transformadoras da experiência humana” em estreito vínculo com os *insights* e as produções da ciência. Contudo, nota-se um encaminhamento diferente no tratamento dessas questões. Varela busca estabelecer então o que denomina de uma “neurofenomenologia”, que seria constituída a partir de dois eixos de pesquisa que deveriam produzir mútuos contrangimentos.

Um primeiro eixo pode ser definido a partir dos trabalhos em parceria com o psicólogo Pierre Vermersch e com a filósofa Natalie Depraz, ambos ligados à fenomenologia de Husserl (Kastrup, 2005). Assim, se o recurso à fenomenologia é mantido, agora o intercessor privilegiado deixa de ser Merleau-Ponty e passa a ser Husserl. Isso evidencia uma certa ênfase diferente, pois as questões referentes ao papel do corpo na cognição e a discussão acerca dos diferentes modelos para o estudo da cognição (cognitivismo, conexionismo e teoria da enação) começam a dar lugar a uma análise mais centrada no tema da consciência e

da experiência, ou mais especificamente do *devoir conscient*. Isto não significa que tenha havido um abandono das teses anteriores, de forma que quando no presente trabalho busquei delinear brevemente seu percurso, esta escolha se deu exatamente no sentido de ressaltar a possível e fértil continuidade de um estudo da consciência com questões referentes ao corpo.

O que se entende então, segundo estes autores, por experiência e como se poderia abordá-la de forma consistente? É importante marcar que, segundo o objetivo destes autores, não se deveria responder a esta pergunta com uma tentativa de definição do que seria a experiência. Isto seria adotar exatamente o tipo de atitude abstrata rechaçada por eles pois implicaria a possibilidade de um discurso *sobre* a experiência que a apreendesse completamente, definindo limites e, portanto, estabilizando seus movimentos. Assim o que se busca ressaltar é exatamente a possibilidade de transformação e alargamento da experiência, em sincronia com a possibilidade de se acompanhar este processo. Daí a importância de uma *atenção ao presente*, para que se esteja sempre *na* experiência, em sua concretude e singularidade, e não apenas no discurso sobre ela. A experiência comparece então como aquilo a que um sujeito singular está sempre submetido em qualquer momento ou lugar e que pode ser acessado “em primeira pessoa”, ou seja, que pode ser reportado pelo sujeito (Depraz, Varela, Vermersch, 2003). A experiência seria, de uma só vez precisa, concreta e individuada, sendo centrada em parâmetros espaço-temporais, logo, diferente a cada momento. Abarca, contudo, ao mesmo tempo tudo aquilo que já foi vivido e sedimentado na vida do sujeito (op. cit). Daí a necessidade de se empreender um exame que contemple esse amplo espectro que vai da atividade consciente, em sua relação consigo e com o mundo, até a dimensão pré-reflexiva e habitual de seu operar imanente.

Pode-se dizer que esse exame compreende aquilo que Thomas Nagel (1981) expressou como um *what's like to be*, uma dimensão experiencial acessível somente em primeira pessoa. Aqui cabe uma ressalva colocada por Varela *et al* (Depraz, Varela, Vermersch, 2003), para quem estes dados fenomenológicos ou de primeira pessoa só podem ser colocados como sinônimos de um *qualia*, ou aspecto qualitativo de um evento mental, se esta noção for ampliada de forma a cobrir todo o amplo conjunto de dados conscientes, uma vez que para muitos autores da filosofia analítica e da psicologia os *qualia* comparecem como restritos a

algo que seria subjetivo no sentido de completamente único, inefável e até mesmo incomunicável.

Fica evidente assim a importância da aliança com a fenomenologia, que se constituiu como uma das grandes contribuições, na filosofia ocidental, para a investigação da experiência. Contudo, Varela mantém em seus últimos trabalhos uma crítica a fenomenologia que já havia sido exposta em obras anteriores¹¹. Segundo ele a fenomenologia de Husserl não conseguia ultrapassar a cisão entre ciência e experiência por ser um movimento puramente teórico e abstrato, faltava-lhe a dimensão pragmática (o que o havia levado a buscar suporte também na prática da *meditação atenta* do Budismo¹²). O que será buscado então, em parceria com os autores já citados Pierre Vermesch e Natalie Depraz, será uma nova abordagem da fenomenologia, que enfatiza seu funcionamento concreto, sua dimensão de método e não sua visada de conhecimento e de justificação *a priori* e apodítica dos conhecimentos. Varela aponta o caráter exploratório deste empreendimento, que busca retomar, sob a ótica pragmática, o método da redução fenomenológica em sua *práxis* concreta, a fim de investigar “a atividade consciente enquanto esta se percebe em seu desvelar de um modo operatório e imanente, ao mesmo tempo habitual e pré-reflexiva” (Depraz, Varela, Vermersch, 2003, p.1). Esta posição poderia ser definida como uma pragmática fenomenológica e tem por finalidade o desenvolvimento de um método em primeira pessoa, o que foi apontado como sendo de grande importância por vários autores, como David Chalmers por exemplo, mas que permaneceu sempre pouco desenvolvido ou até mesmo intocado, como se dá no caso do trabalho de Searle já discutido aqui.

O método proposto por Varela, Depraz e Vermersch se inspira basicamente no método da redução fenomenológica de Husserl. O que se coloca em jogo então é uma mudança de atitude, na qual nossa atitude “natural” ou habitual diante do mundo, dá lugar ao que Husserl chama de *atitude fenomenológica* (cf. Dartigues, 1992), que busca apreender os fenômenos em seu desvelar-se (antes mesmo da distinção entre sujeito-objeto ou interior-exterior). Contudo, como já foi colocado anteriormente, o objetivo de Husserl era uma volta às coisas

¹¹ No livro *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

¹² op. cit.

mesmas, que possibilitasse apreender o “logos” dos fenômenos, ou a intuição das essências, de forma que fosse possível a justificação *a priori* e apodítica dos conhecimentos. Não haveria, portanto, na obra de Husserl uma discussão mais detalhada sobre as dificuldades metodológicas que poderiam advir da colocação em prática do método de redução. O que buscam Varela, Depraz e Vermersch é exatamente desdobrar a questão metodológica, conferindo-lhe uma maior concretude, de forma que se constituísse como uma prática. Trata-se portanto de um pôr em prática, e não de uma forma *a priori* (Depraz, Varela, Vermersch, 2003). Daí o esforço por definir e colocar em movimento esse método que seria, em linhas gerais, composto por um ciclo básico, que é seguido por duas etapas opcionais, expressão e validação, que permitem que se comunique e compartilhe o conhecimento do ato (Depraz, Varela, Vermersch, 1999).

O ciclo básico é composto de dois momentos: a) *epochè* e b) evidência intuitiva. A *epochè* se desdobra ainda em três gestos procedurais: a suspensão, a redireção da atenção do exterior para o interior e a mudança da qualidade da atenção, da busca para o acolhimento da experiência (*letting-go*). Não haveria um privilégio de qualquer um destes três gestos, de forma que estão intimamente ligados, possuindo um aspecto recursivo, ou seja, a fase da suspensão ativaria as fases seguintes e seria também reativada por estas, sendo que a cada ciclo se faz presente uma qualidade diferente. A evidência intuitiva forneceria o critério de verdade interior do ato (Depraz, Varela, Vermersch, 1999).

Deve-se atentar aqui, como é constantemente reforçado pelos autores, para o fato de que o esforço se encaminha na direção de um cultivo de uma certa relação consigo que não se esgota na reflexividade. Como coloca Kastrup, “no método da redução proposto por Depraz, Varela e Vermersch, o ato de voltar-se para si faz-se através do ato refletinte, que consiste num gesto de conhecimento de si sem reflexão” (Kastrup, 2005, p.21). O objetivo seria não uma análise transcendental, que busca apreender os objetos em sua essência, mas sim uma forma de acesso a um plano da experiência que seria impessoal, um plano de virtualidade de si (*op.cit.*), anterior a distinção sujeito-objeto e a partir do qual estes pólos emergem. A noção de cultivo também não comparece aqui arbitrariamente, pois aponta para duas direções que pareceriam opostas mas que aparecem articuladamente. Por um lado, indica a necessidade

da prática, tal como o desenvolvimento de uma habilidade, pois requer disciplina e recorrência. Por outro lado indica o desenvolvimento de algo que já está presente ainda que virtualmente ou como potencialidade, pois na vida cotidiana nos deparamos constantemente com situações nas quais algo que nos habitava de modo confuso e vago se torna claro e evidente. Nota-se aqui a diferença em relação ao método da introspecção tal como o praticavam os adeptos das escolas de Wundt e Titchener. Para tais autores a introspecção também requeria um treino e o desenvolvimento de uma habilidade por parte do sujeito experimental, no entanto sua atitude era basicamente analítica, ou seja, buscava decompor os fenômenos psicológicos em seus elementos. Desta forma, seria possível apreender as sensações em estado bruto, apenas como um correlato de um determinado estímulo físico presente no mundo. Percebe-se aqui a conotação realista e representativa desta concepção, e uma certa relação consigo que aponta para uma exterioridade em relação a própria experiência. Como conclui Kastrup (2005): “o treino dos sujeitos experimentais visava a transformação da auto-observação em primeira pessoa em observação em terceira pessoa” (op. cit., p. 21)

Toda esta preocupação metodológica quanto a investigação da experiência e a obtenção de dados em primeira pessoa comparece, contudo, complementada pelos resultados das pesquisas em neurociências (que utiliza métodos em terceira pessoa). Nos últimos anos surgiram novas técnicas de captação de imagens, por meio de ressonâncias magnéticas, que permitem apreender a atividade cerebral em situações específicas e momentâneas, desta forma foi possível um importante avanço no que concerne aos antigos registros por meio de eletro-encefalogramas (Kastrup, 2005). Esse avanço se deveu ao caráter não invasivo dessas técnicas e a possibilidade de que a dinâmica cerebral fosse mapeada no momento em que o sujeito realiza determinada tarefa ou experimenta determinada sensação. As pesquisas de Varela se inserem neste contexto e tornaram possível, por meio de seus resultados, o desenvolvimento de sua teoria da *sincronização em larga escala*. Segundo esta teoria o cérebro se encontra em constante atividade, tendo os neurônios uma oscilação permanente. Contudo, em determinados momentos e sem que haja um centro de controle, ocorre uma sincronização na oscilação de grupos de neurônios em diversas regiões cerebrais. Essas

sincronizações dão lugar a padrões recorrentes que revelam uma dinâmica cerebral que opera por meio de “ondas” que emergem e se desfazem constantemente (op. cit.).

Assim abriam-se grandes possibilidades de articulação destes dados de terceira pessoa (as imagens do funcionamento cerebral) com os dados de primeira pessoa (os relatos do sujeito da experiência) de forma a se constituir um “mútuo esclarecimento” (Gallagher *apud* Depraz, Varela, Vermersch, 2003). Esse mútuo esclarecimento evidencia-se, por exemplo, na discussão apresentada por Varela (2003) quanto à ativação cerebral diante de uma imagem. Poderíamos nos perguntar se há um mesmo padrão de ativação para todos, mas Varela afirma que determinadas tarefas de visualização apresentam diferenças individuais, metade dos sujeitos experimentais ativa o córtex visual e metade não. Isso indicaria que estilos diferentes de visualização poderiam resultar em padrões distintos de ativação. Caso esses diferentes estilos não comparecessem como dados da pesquisa, por meio de relatos em primeira pessoa, os resultados seriam confusos pois em metade dos casos haveria ativação e na outra não. Se, por outro lado, estes dados fossem analisados em relação a uma média, o resultado científico seria nenhum. Daí a importância da consolidação de uma metodologia de primeira pessoa, capaz de, como neste caso, apreender estas diferentes estratégias de visualização adotadas pelas pessoas.

A explícita articulação destas perspectivas de primeira e terceira pessoa constituem então o que Varela denomina de neurofenomenologia, e representa um esforço para se instituir uma contribuição circular (e não isomórfica) de forma a romper a barreira da lacuna explanatória presente na constituição do *hard problem*. Haveria não apenas uma complementação, mas um duplo constrangimento, pois cada uma destas perspectivas colocaria problemas para a outra, garantindo assim, no campo das ciências da cognição, o devido estatuto à experiência humana em toda sua riqueza e complexidade.

Como se pode notar, o tema da consciência ressurgiu após um longo período de esquecimento e desconfiança. Este ressurgimento é marcado pela diversidade de aspectos abordados assim como pelas diferentes formas de colocação do problema. Não se pode deixar de notar que a discussão acerca da consciência comparece logo após um *boom* nos estudos do cérebro,

ocorrido em grande parte devido aos avanços tecnológicos alcançados. Contudo, não se deveria passar desta simples constatação à afirmação de que qualquer abordagem da consciência se esgota neste sentido. Os estudos do cérebro não se constituem por si só como legítimos ou não, favoráveis ou não, importantes ou não, no que diz respeito aos estudos da consciência. Resta saber em que medida estas abordagens abrem espaço ou permitem movimentos interessantes para a investigação da experiência em toda sua complexidade. Assim, dada a enormidade da questão, mais importante do que tentar impor limites *a priori* quanto às possibilidades investigativas, seria promover articulações que se fizessem interessantes e consistentes. Os estudos contemporâneos da consciência surgem portanto como possibilidade para que se abra espaço para a constituição de um campo de transformação e alargamento da experiência, tanto por meio da discussão quanto por meio da criação de novas práticas de subjetivação.

Passo agora então às considerações acerca do trabalho de William James, autor cuja obra ataca da virada do século XIX para o século XX mas que, exatamente por buscar explorar todas estas possibilidades investigativas, abre férteis vias a serem ainda desdobradas. Daí a importância da retomada de seu trabalho no contexto das discussões contemporâneas.

2 CONSCIÊNCIA E ATENÇÃO NA PSICOLOGIA DE WILLIAM JAMES

A obra de William James é extensa e se caracteriza por demonstrar o interesse por diversos campos de saber, debruçando-se sobre temas como a consciência, a relação mente-corpo ou ainda a experiência religiosa. Essa diversidade de interesses se faz notar não só a partir de uma análise de sua obra como um todo, mas também na forma como conduz cada um de seus trabalhos. Sua psicologia é constantemente inspirada pelo estudo do funcionamento do cérebro, sua filosofia se dirige em alguns momentos para as questões metafísicas, mas se volta sempre para a vida em sua dimensão pragmática, dinâmica e adaptativa, sendo nítida a influência do pensamento evolutivo de Spencer. Suas discussões científicas e sua análise do método experimental nunca ignoraram a introspecção e a dimensão experiencial. Sua grande capacidade de auto-observação e sua preocupação com a fundamentação empírica de seu pensamento fizeram com que apontasse uma série de questões que seriam de grande importância para a psicologia.

Pode-se dizer com Fraisse e Piaget (1968) que certas considerações de James anunciaram caminhos adotados, ainda que sob matizes diferentes, por trabalhos da Escola de Wurzburg e do movimento gestaltista. Este ponto de vista é confirmado por Penna (1980) ao afirmar que a tese do pensamento sem imagens da Escola de Wurzburg teve forte inspiração nas críticas de James à psicologia associacionista, na qual propõe uma atividade psíquica que não se reduziria aos conteúdos representativos. Sven Arvidson (1998) aponta James como uma das mais importantes referências nos estudos contemporâneos sobre atenção. É evidente também a importância de seu enfoque funcionalista para a psicologia norte americana do início do século XX. Desta forma, torna-se difícil estabelecer uma linha mestra que organize sua obra, mas sente-se a influência da riqueza de seu pensamento nas mais diversas áreas de saber, assim como para muito além do final do século XIX e início do século XX, momento no qual desenvolveu seus trabalhos.

Ainda que não seja possível estabelecer esta sistematização de forma rígida, poder-se-ia apontar algumas possibilidades. Em linhas gerais pode-se dizer que há um momento mais psicológico, e que consistiria basicamente nos *Princípios de Psicologia*¹³, e um momento mais filosófico, no qual comparecem seus textos sobre o *pragmatismo* e sobre o *empirismo radical*, o que teria sido corroborado pelo próprio James (Guttman, 2005). Outra forma de organização é aquela apontada por David Lapoujade (1997, 1999), e também ressaltada por Guttman, que coloca o ano de 1904 como um marco em sua obra devido ao aparecimento do conceito de *experiência pura* nos textos dos *Essays on Radical Empirism* (1904). É importante colocar, contudo, que apesar da importância concedida a este conceito, Lapoujade afirma que há uma proximidade deste com a concepção de *fluxo do pensamento*, sendo o primeiro uma amplificação do segundo (Lapoujade, 1999).

Uma vez que o objetivo não é fazer um mapeamento da obra jamesiana, mas sim analisar como este trabalha a consciência em sua dimensão dinâmica - daí a importância do conceito de *fluxo do pensamento* e de suas considerações sobre a atenção - o foco principal deste trabalho é a vertente psicológica de sua obra, ainda que alguns desdobramentos posteriores, tal como aqueles colocados por Lapoujade, sejam abordados.

No texto *Princípios de Psicologia* (1890) James começa por definir a psicologia como a ciência da vida mental, tanto de seus fenômenos como de suas condições (James, 1890). A tarefa psicológica seria então a descrição e explicação dos estados de consciência enquanto estados de consciência, logo, sem reduzi-los a conteúdos elementares invariantes (as sensações) e sem que se desvincule a consciência de seu contexto, ou seja, “sem desvinculá-la do meio físico que tem por função conhecer” (Penna, 1980, p.141). A psicologia é uma ciência natural que tem por objeto estados de consciência de distintos indivíduos, ou seja, são objetos em um mundo de objetos (James, 1890). Segundo Viqueira (1930) o termo ciência natural tem aqui um aspecto puramente metodológico, pois para James a psicologia procede de maneira empírica, sendo “um corpo provisório de verdades relativas aos estados de consciência” (Viqueira, 1930, p.95).

¹³ Há outras obras de cunho propriamente psicológico posteriores aos *Princípios*, como *Psychology: briefer course* (1892) e *Talks to Teachers* (1899), no entanto estas obras são espécies de desdobramentos da obra citada.

Esse caráter de estudo natural foi também ressaltado por Guttman (2005), para quem James tem uma proposta de “naturalização não reducionista da atividade mental” (Guttman, 2005, p. 33). Isto seria expresso em sua tentativa de descrever o pensamento, ou a atividade da consciência, sem recorrer a teses metafísicas e mantendo um constante diálogo com a fisiologia. A consciência não seria uma entidade misteriosa, mas sim uma atividade natural tal como mover-se ou respirar (James, 1890). Pode-se perceber aqui uma sintonia com o projeto de Francisco Varela que, como foi colocado no final do primeiro capítulo desta dissertação, também busca um exame da consciência em sua dimensão concreta, fluida e encarnada. Na obra deste, percebe-se que suas análises não se distanciam do corpo e do funcionamento cerebral, daí a colocação dos “mútuos constrangimentos” entre dados de terceira e primeira pessoa, assim como de sua atividade no mundo. Logo, ainda que as obras destes dois autores sejam distanciadas no tempo e, obviamente, não se recubram totalmente do ponto de vista conceitual, nota-se uma proximidade naquilo que os move, naquilo que os coloca a pensar.

É, então, exatamente a forma como James define o ponto de partida da tarefa psicológica e a maneira como conduz sua análise, fazendo um exame fenomenológico minucioso, mas nunca perdendo de vista o papel do sistema nervoso e da ação do organismo no meio, que me parece ser de extrema importância na contemporaneidade, quando se busca escapar do dualismo mente-corpo.

Mas qual seria esse ponto de partida e o que seria este exame fenomenológico? James começa seu célebre capítulo denominado “*O fluxo do pensamento*” com a colocação de que seu estudo da mente começa “de dentro” (James, 1890, p.146). Esse “de dentro” caracterizaria aqui uma certa atitude que consiste em não partir de construções teóricas sobre os estados mentais, mas sim considerá-los tal como se apresentam¹⁴. Segundo James, muitos erros foram cometidos na psicologia devido ao fato de se começar o estudo da consciência a partir das sensações (conteúdos elementares e invariantes). Ao fazê-lo tais psicólogos

¹⁴ Nota-se aqui a proximidade com a atitude requerida para o que se definirá, posteriormente, como método da redução fenomenológica, tal como proposto por Husserl. O mesmo foi apontado por Varela *et al*, cf. Depraz, Varela, Vermersch, 1999.

abandonaram o método empírico de observação, uma vez que nunca houve quem experienciasse uma sensação em si mesma. Estas sensações seriam apenas o produto de uma atenção discriminativa elevada a um alto grau (op.cit). O fato primeiro da ciência psicológica é, então, também o mais geral: quando estamos despertos se desenrola em nós uma sucessão de estados, de campos, de ondulações, uma corrente ou fluxo de pensamento.

“Assim, pois, há em nós campos de consciência: eis aqui um fato geral. Um segundo fato é que os campos conscientes concretos são sempre complexos. Estão compostos de sensações de nosso corpo e dos objetos que nos rodeiam, de lembranças, de experiências passadas, de pensamentos, de coisas distantes, de sentimentos, de satisfação ou moléstia, de desejos e aversões, de estados emocionais juntamente com outras orientações da vontade, tudo em extrema variedade de combinações e permutações” (James, 1899, p.20).

Segundo o autor, ainda que esta tese seja vaga, não é hipotética. A vida mental não é um agregado de partes, mas se apresenta como um todo unitário e complexo que flui no tempo. Caberia então uma questão de nomenclatura, de forma que se pudesse designar estes diferentes estados de consciência independente de sua qualidade particular ou de sua função cognitiva (James, 1890). Para que um tal termo fosse devidamente ilustrativo deveria, segundo James, ser ao mesmo tempo ativo e neutro, tendo um verbo gêmeo e cobrindo ao mesmo tempo a sensação e o pensamento. O termo “sentimento”, por exemplo, possui o verbo “sentir” que seria ao mesmo tempo ativo e neutro, mas no entanto está muito intimamente ligado às sensações, como prazer e dor, se colocando então como oposto ao “pensamento”. O termo psicose (*psychosis*)¹⁵ também poderia ser aplicado, mas não possui verbos ou outras formas gramaticais aliadas. James aponta então, depois de discutir uma série de outros termos, que os mais apropriados são “sentimento” ou “pensamento”, que serão utilizados por ele alternadamente. Fica evidente aqui a dificuldade em se delimitar um termo que fosse ao mesmo tempo simples e geral o suficiente, cobrindo toda uma série de nuances referidas aos fatos que são acessíveis diretamente a uma pessoa, de forma que já não contivesse nele ou sequer indicasse uma determinada teoria ou concepção a respeito dos processos mentais. Isto pode ser ilustrado a partir de uma colocação de James que é de extrema importância e que se mostra em consonância com o que apresentará em um

¹⁵ Sigo aqui a tradução de Pablo Rubén Mariconda, presente no volume dedicado a William James da coleção *Os Pensadores* (1974).

momento posterior de sua obra quando propõe o conceito de “experiência pura” (Guttman, 2005). James faz a seguinte afirmação:

“O primeiro fato para nós, portanto, como psicólogos, é que o pensamento, de algum modo, continua. Uso a palavra pensamento, para toda forma de consciência indiscriminadamente. Se pudéssemos dizer em inglês *it thinks*, como dizemos *it rains* ou *it blows*, estaríamos enunciando o fato de forma mais simples e com mínimo de assunção. Como não podemos, devemos simplesmente dizer que o pensamento acontece” (James, 1890, 146).

Nota-se aqui a radicalidade do pensamento de James que, exposto de forma simples e direta, busca uma apreensão da consciência em sua dimensão fluida e concreta. Tal como foi colocado na discussão terminológica apresentada no parágrafo anterior, consciência e pensamento são tomados como sinônimos, de forma que se permita tomar a consciência para além de um mero continente no qual se fazem presentes as representações de objetos. Daí o fato de se ressaltar a unidade dos estados de consciência, pois ainda que um estado de consciência seja de um objeto que é constituído de partes, não é, ele mesmo, constituído de partes – o que será discutido mais adiante neste capítulo. Outro possível desdobramento é que a consciência comparece desvinculada de um centro de atividade, de um eu. O eu não é assim uma fonte ou substrato da consciência, ou seja, o eu não seria primeiro em relação à experiência (ainda que o termo experiência não tenha sido utilizado neste momento por James, creio não ser inoportuno utilizá-lo aqui), mas deve ele próprio se constituir a partir da experiência. Esta primazia de uma experiência “indiferenciada” poderia ser exemplificada, como cita James ao discutir a função cognitiva do pensamento, em situações nas quais ocorre a inalação de anestésicos ou durante um desmaio. Em suas palavras: “muitas pessoas testemunham que em certos estágios de um processo anestésico os objetos são ainda reconhecidos, enquanto que o pensamento do ego se perde” (James, 1890, p. 177). Há assim um estado de pura presença, no qual não há distinções entre eu e não eu, ou eu e objetos. E conclui, “o pensamento pode, mas não precisa, ao conhecer, discriminar entre seu objeto e ele mesmo” (op cit., p. 178). A análise de David Lapoujade (1997) aponta a novidade destas colocações de James para o campo psicológico, ressaltando a importância do aspecto dinâmico da experiência e de sua relação com a consciência a partir da obra de James:

“nos Princípios de Psicologia (1890), as realidades psicológicas são concebidas como fluxos que se entrecruzam e se interpenetram num verdadeiro ‘emaranhado’. A consciência não se

define como uma realidade substancial, nem mesmo como um ato reflexivo. Ela é o movimento daquilo que se faz consciente. Naquele livro, com efeito, se mostra como a consciência não cessa de traçar seus limites no pensamento, como ela se estende ou se contrai fora do inconsciente que a margeia” (Lapoujade, 1997, p.8)

Antes, contudo, de prosseguir na exposição das características do pensamento tal como colocadas por James e analisadas por alguns de seus comentadores, cabe uma consideração importante no que diz respeito à questão metodológica. Para James a introspecção era a fonte primeira de dados para a ciência psicológica. Sua crítica à psicologia introspectiva clássica não se dirigia à impossibilidade da introspecção, no sentido de Auguste Comte, mas à atitude analítica dessa escola, que buscava decompor os estados de consciência em elementos (sensações). De uma certa maneira James concorda com as afirmações de Comte, de que nenhum estado subjetivo presente é seu objeto, mas podemos contudo recorrer à memória a fim de examinarmos estados subjetivos passados. Guttman (2005) aponta que alguns autores como Gerald Myers preferem o termo *retrospecção*, pois haveria dois momentos distintos envolvidos no ato de atenção introspectiva: um momento no qual se experimenta um determinado conteúdo mental, e um segundo momento no qual se toma consciência, ou se debruça a atenção, sobre o conteúdo experimentado no momento anterior. Como ressalta Guttman: “o importante é a noção de que há um intervalo de tempo transcorrido entre os dois momentos de experiência, o que, em outras palavras, significa dizer que a descrição do conteúdo do pensamento é dada *a posteriori*” (op. cit., p. 43).

Cabe notar aqui um outro ponto importante no que diz respeito ao método, pois não se pode considerar que o exame introspectivo, por ser levado a cabo pelo próprio sujeito da experiência, seja infalível, sendo válido *a priori*. Como coloca James:

“Ainda que se trate de sentimentos fortes, como dúvida ou nojo, sobre sentimentos débeis e sobre as relações mútuas entre todos os sentimentos, nos encontramos em contínuo erro e incerteza, tanto que somos levados a nomeá-los e classificá-los e não apenas a senti-los. Quem pode estar seguro da ordem exata de seus sentimentos quando são extremamente rápidos?” (James, 1890, p.125)

Dever-se-ia concluir portanto, que a introspecção é difícil e falível, mas da mesma maneira toda e qualquer observação científica se mostra falível e incerta. O que se busca é a

constituição de um sistema válido, de forma que as últimas afirmações corrijam as primeiras. Esse procedimento empírico seria a melhor garantia para a legitimidade de qualquer dado introspectivo particular a que se possa referir, e a constituição de um tal sistema deveria ser buscada, por mais árdua que fosse a tarefa.

Estas teses metodológicas de James nos remetem às considerações de autores contemporâneos como Bruce Mangan e Pierre Vermersch. Para Mangan (1993) o interesse por autores clássicos, como James, deriva em grande parte do fato de não limitarem suas investigações a *a priori* metodológicos.

“Uma ciência cognitiva interdisciplinar, então, não é nada novo. É um retorno a um modo poderoso de pesquisa – com uma exceção. Na tradição mais antiga, os mais íntimos e subjetivos aspectos da consciência (...) eram membros perfeitamente aceitáveis do conjunto de elementos usados para a investigação científica da cognição” (Mangan, 1993, p.91).

Este método que Mangan denomina “misto”, ainda que necessite de ajustes e que muitas vezes tenha se mostrado problemático, já produziu importantes resultados científicos, como no exemplo da pesquisa de Ewald Hering sobre a percepção de cores, na qual a partir de suas análises fenomenológicas (o fato de que experienciamos a cor amarela como uma cor primária e não como uma mistura de vermelho e verde) se deduziu a estrutura do mecanismo neural na visão das cores (Mangan, 1993).

Pierre Vermersch (1999a) também ressalta a importância do método da introspecção, contudo aponta a necessidade de um refinamento metodológico a fim de que não se cometa os mesmos erros do passado. Ainda que os resultados dos trabalhos de autores como Binet e da escola de Wurzburg tenham sido excessivamente criticados ao longo da história da psicologia, segundo Vermersch, nenhuma crítica foi decisiva. Seria muito mais produtivo, então, abandonar uma postura que busca provar uma impossibilidade *a priori* do método introspectivo e se perguntar sob que condições e quais os limites para o uso de tal método. Uma vez que os dados introspectivos, por outro lado, não gozam de qualquer privilégio *a priori* quanto à sua validade ou veracidade, tal como reconhece James, o refinamento metodológico das técnicas de acesso à experiência subjetiva, assim como das técnicas de

verbalização, só podem ser alcançados por meio de uma prática constante e disciplinada (Vermersch, 1999a).

Voltando agora às colocações de James quanto ao fluxo do pensamento, temos cinco características que o autor apresenta como sendo de extrema importância: (1) todo pensamento tende a ser parte de uma consciência pessoal, (2) dentro de cada consciência pessoal o pensamento está sempre mudando, (3) dentro de cada consciência pessoal o pensamento é sensivelmente contínuo, (4) Ele sempre parece lidar com objetos independentes de si próprio, (5) Ele está interessado em algumas partes desses objetos, em detrimento de outras, e acolhe ou rejeita – escolhe entre elas, em uma palavra – todo o tempo (James, 1890, p.146).

Uma vez que este trabalho se destina a analisar a consciência em seu aspecto dinâmico, em seus movimentos e transformações, alguns destes pontos colocados por James serão privilegiados, ganhando mais espaço do que outros. Isto não implica que tais aspectos sejam desvinculados uns dos outros, ou mesmo que sejam mais relevantes de forma geral. Reflete apenas uma escolha que busca dar ênfase aos aspectos aqui trabalhados. O mesmo pode-se dizer ao recorte realizado aqui no que diz respeito à sua obra como um todo.

1) Todo pensamento tende a ser parte de uma consciência pessoal

James começa sua análise deste ponto marcando a dificuldade de se definir o que seria uma “consciência pessoal”, sendo esta uma das mais difíceis tarefas filosóficas. Sua discussão em relação a este ponto é mais detalhada em seu capítulo sobre a consciência do *self*. No entanto, para além de toda dificuldade quanto a uma definição mais refinada, o que se pode notar a partir da experiência é que os pensamentos nos aparecem como ligados uns aos outros.

“Nesta sala – nesta sala de conferência, digamos – existe uma multidão de pensamentos, os de vocês e os meus, alguns dos quais são mutuamente coerentes, e outros não o são. Eles são tão pouco cada-um-para-si e reciprocamente independentes quanto eles são todos-relacionados-entre-si. Não são nem uma coisa nem outra: nenhum deles é separado, mas cada um relaciona-se a certos outros e a mais nenhum. Meu pensamento relaciona-se com outros pensamentos meus e seu pensamento com outros pensamento seus. Se, em algum lugar da sala, existe um mero pensamento, que não é pensamento de alguém, não temos modo de averiguar, pois não

temos experiência de sua aparência. Os únicos estados de consciência com os quais naturalmente lidamos estão fundados nas consciências pessoais, nas mentes, nos egos, nos eu e vocês particulares concretos” (James, 1890, p. 147).

Assim há uma ruptura entre a cadeia de pensamentos de uma pessoa e a de outra¹⁶. No que diz respeito à cadeia de pensamentos de uma pessoa, esta teria a peculiaridade de ser revestida de uma certa “intimidade” experienciada. A consciência pessoal poderia ser assim descrita por essa série de pensamentos que comparecem ligados uns aos outros com um certo grau de “calor e intimidade” (James, 1890). “*Qualquer*¹⁷ que possa ser o conteúdo do ego, ele é habitualmente percebido *com* todo o resto por nós humanos e deve formar uma *ligação* entre todas as coisas das quais nos tornamos sucessivamente conscientes” (op. cit. , p.157).

Essas colocações de James podem levar a pensar esta consciência pessoal como algo substantivo. Ele chega a colocar que “o ego pessoal, antes que o pensamento, poderia ser tratado como o dado imediato em psicologia” (James, 1890, p. 147). Isto parece estar em contradição como que foi colocado anteriormente no que diz respeito ao eu, ou *self*, não ser centro e fonte de toda atividade. De fato, tensões e hesitações permeiam a obra de James, característica esta que não deriva de inconsistência, mas sim de uma certa ousadia no pensamento, que busca apreender os fenômenos em sua multiplicidade e concretude. Mas como nota Guttman:

“Novamente, duas observações importantes, James não diz o que são *selves*, mas como os sentimos e os consideramos; em segundo lugar, James compõe, dessa forma, uma definição pragmática de *self*: pensamentos conectados pela experiência de conexão. Não há nada a ser somado à ‘cadeia de pensamentos’ ou à ‘progressão mental’ para que, então, ela se torne personalizada. Não há nenhuma característica externa, ou elemento de qualquer espécie, que deva animar os pensamentos conectados para que eles se transformem em um *self*. A sensação, individualmente experimentada, de progressão mental ou a experiência de conexão dos pensamentos em cadeia, como se queira já surgem, na visão de James, necessariamente como Eus particulares concretos” (Guttman, 2005, p.49).

¹⁶ É interessante notar que James afirma neste momento que esta ruptura é uma das mais absolutas rupturas da natureza, contudo em sua apresentação do fluxo do pensamento em um texto posterior (*Talks to teachers* , 1899) essa passagem é suprimida.

¹⁷ Grifos do autor.

Haveria ainda outros pontos importantes a serem colocados nesta discussão acerca do *self*, como por exemplo sua estreita relação com o corpo, mas abordá-los com detalhe estrapolaria os limites do presente trabalho. Contudo, alguns desdobramentos serão ainda apresentados nas considerações finais deste trabalho. Um ponto importante que pode ser apontado, para concluir esta passagem, é o de que, como aponta Gurwitsch (1957) e como é ressaltado pelo próprio James, a orientação da abordagem jamesiana é basicamente descritiva não se confundindo assim o problema da consciência com aqueles derivados de uma “mente permanente”, “alma substancial” ou “sujeito substancial” (Gurwitsch, 1957).

2) O pensamento está em constante mudança¹⁸

As escolas psicológicas inglesa e alemã teriam cometido o que James coloca como a *falácia do psicólogo*. Esta falácia consiste na confusão entre o objeto pensado e o pensamento que visa o objeto. Ou ainda, confunde-se o pensamento tomado como um fato subjetivo e as coisas das quais eles estão conscientes. Esta colocação é endereçada, tal como foi colocado no início deste capítulo, às concepções que colocam os estados de consciência como agregados de partes (elementos invariantes – as sensações), de forma que se pense que o pensamento de um objeto composto de partes é ele também composto de partes. Nesta crítica de James dois pontos devem ser destacados: o primeiro, já esboçado acima, é o de que os pensamentos (ou os estados de consciência) sejam compostos de partes; e o segundo ponto, é o de que há a possibilidade de que algo se mantenha como invariante e idêntico em nossa experiência. Como ele afirma, “nenhum estado, uma vez passado, pode ocorrer novamente e ser idêntico ao que foi antes” (James, 1890, p. 149). Conceber que haja elementos invariantes em cada estado de consciência, é então incorrer na *falácia do psicólogo*, que confunde o objeto e o pensamento que visa o objeto.

No senso comum este tipo de atitude se evidencia quando notamos que atribuímos a grande parte das sensações que temos, o nome do objeto a partir dos quais elas foram obtidas, como por exemplo, no caso da cor laranja (James, 1890). Esta atitude parece, em um primeiro

¹⁸ Como nota Guttman (2005), no texto *Psychology: briefer course* (1892), o título desta seção é “A consciência está em constante mudança”.

momento, estar completamente de acordo com a forma como nós percebemos as coisas. Poderíamos dizer, como coloca James, que da mesma grama vemos sempre o mesmo verde, do mesmo céu sempre o mesmo azul, etc. Entretanto, devemos atentar para o fato de que não é a sensação que é por nós obtida repetidas vezes, mas sim o objeto. Não há uma imagem, como conteúdo de uma sensação, que se apresenta sempre da mesma maneira. O movimento gestaltista, mais especificamente a chamada Escola de Berlim, também chamará atenção para isso, posteriormente, na crítica à hipótese da constância. Segundo James, não vemos sempre o mesmo verde ao olharmos para a mesma grama. Há uma infinidade de variações nas condições, por exemplo, de luz e sombra, podemos vê-la ainda sob diferentes ângulos. Não duvidamos, entretanto, que se trate da mesma grama. James ressalta o hábito que temos de “não prestar atenção às sensações como fatos subjetivos, mas simplesmente usá-las como degraus, para passar ao reconhecimento das realidades, cuja presença elas revelam” (op. cit., p.150). A *falácia do psicólogo* coincide assim com a falácia do senso comum, pois em nossa vida cotidiana o mundo parece se apresentar como pré-existente o que leva a uma posição realista diante do mundo. Prevalece o objeto que afirmamos a partir das sensações, sem que reconheçamos a enorme diversidade das sensações que nos chegam, ou seja, de experiências distintas que temos diante do mundo. Toda uma série de exemplos é dada no sentido de mostrar que reconhecemos muito mais facilmente a razão entre sensações, e não sensações isoladas, ou ainda que nossa sensibilidade é alterada todo o tempo, seja devido a condições físicas ou a condições emotivas.

Aqui Guttman (2005) faz uma observação interessante no que diz respeito a estas colocações de James acerca da percepção das razões entre sensações. Segundo ele, estas considerações poderiam parecer banais, no entanto, são importantes para se pensar o fenômeno da atenção. O que desperta os atos atentos são diferenças qualitativas determinadas pelo contraste com o ambiente. Em suas palavras:

“O que, de fato, monopoliza a nossa atenção são as alterações qualitativas geradas, sobretudo, por circunstâncias emocionais constitutivas ou ambientais. Acho que a conclusão mais imediata desta observação, no que diz respeito à função psíquica atenção, é a ênfase naquilo que, por falta de palavra melhor, chamaríamos de “emocionalidade” relativa ao ambiente seguido de um desinflatamento dos atos “internos” do eu. Isto é, a atenção pode ser entendida como reações ao ambiente, e não como cálculos internos da intensidade real do estímulo externo. O

afeto, ou a “emoção” são, no mínimo, moduladoras da atenção e, no limite, a causa de nossos atos de atenção” (Guttman, 2005, p. 60).

Ressaltada a dificuldade de se pensar a imutabilidade das ‘idéias simples de sensação’, aponta James a impossibilidade ainda mais evidente de se afirmar a imutabilidade de parcelas maiores de nosso pensamento. “Uma ‘idéia’ ou ‘*Vorstellung*’ permanentemente existente, que faz seu aparecimento no palco da consciência em intervalos periódicos, é uma entidade tão mitológica quanto o Valete de Espadas” (James, 1890, p.153). Não experienciamos duas vezes um mesmo estado de consciência. Se parecemos fazê-lo, afirma James, é apenas por uma certa forma de organização da linguagem que, como foi colocado anteriormente, faz confundir o pensamento com a coisa que ele nomeia¹⁹. Não são poucas as vezes em que nos surpreendemos com reações diferentes diante de fatos similares. Alguém, por exemplo, que nos parecia extremamente interessante, pode agora nos passar completamente despercebido. Poder-se-ia afirmar que esta situação envolve muitos aspectos, mas o caso poderia ser estendido mesmo às mais simples experiências. Ao nos depararmos em momentos diferentes com um telefone, por exemplo, não o experienciamos da mesma forma. Ele aparece em diferentes contextos, em relação a diferentes aspectos, como, por exemplo, quando esperamos um telefonema importante ou quando o aparelho está quebrado. A idéia de telefone é, assim, acrescida de toda uma série de novas relações. É claro que o reconhecemos ainda como um telefone, mas se torna difícil afirmar que a idéia ‘telefone’ é um mero aglomerado, formado por elementos sempre idênticos a si mesmos, ou que o estado de consciência que visa o telefone é o mesmo. Como James coloca, “a experiência nos remodela a cada momento, e nossa reação mental, em cada coisa dada, é realmente uma resultante de nossa experiência de todo o mundo até aquela data” (James, 1890, p.152). Este ponto é de extrema importância uma vez que se pode desdobrar daí que não só pensamentos se alternam diante de uma consciência, mas que a própria consciência (sendo nada mais do que essas

¹⁹ É importante notar aqui que James não está preocupado com a questão ontológica do que seria o “objeto” ou a “coisa” em si, ou independente de qualquer conhecimento. Como muitos autores colocam (Gurwitsch, 1957, Lapoujade 1999, Guttman, 2005), ainda que James se coloque nitidamente contra dualismos do tipo mente-corpo ou coisa-pensamento, nos *Princípios* ele parece por vezes adotar um dualismo estratégico, supondo assim a mente conhecendo e a coisa conhecida em uma “harmonia pré-estabelecida” (Gurwitsch, 1957, Lapoujade, 1999). Esta estratégia teria por fim levar adiante o estudo psicológico, sem se debruçar sobre questões metafísicas.

experiências que se estendem no tempo) se transforma no contato com o mundo. Revela-se um movimento no qual formas sedimentadas a partir de experiências anteriores se abrem a novas e constantes transformações, guardando sempre uma dimensão de indeterminado de forma que essas transformações não sejam um mero revelar-se de um mundo já dado. Daí a importância da dinâmica da consciência e, por isso, volto a este ponto nas considerações finais do presente trabalho.

James, como é característico de seu estilo, coloca que a analogia com a fisiologia cerebral pode ser bem instrutiva. Conforme havia afirmado nos capítulos dedicados ao sistema nervoso e ao funcionamento cerebral dos *Princípios*, a atividade cerebral é incessante e, portanto, enquanto pensamos, o cérebro, em seu equilíbrio interno total, muda. A natureza desta mudança se deve a uma série de fatores, como níveis de reserva de sangue, nutrição, impressão dos órgãos dos sentidos ou ainda o estado peculiar em que este órgão foi deixado naquele momento por tudo o que sofreu no passado. Assim cada estado é, em parte, determinado pelo que acabou de suceder. “Cada estado cerebral presente é uma gravação, em que o olho da Onisciência poderia ler toda a história anterior de seu possuidor” (James, 1890, p. 152). Seria, portanto, segundo James, impensável supor dois estados totais completamente idênticos, pois isto levaria a concluir que os estados intermediários entre os estados ditos iguais foram não-entidades (op. cit.). Ainda em suas precisas palavras:

“assim como, nos sentidos, uma impressão sente muito diferentemente de acordo com o que a precedeu; como uma cor, sucedendo outra, é modificada pelo contraste; como o silêncio soa delicioso após o barulho; (...) como em música, o efeito estético total vem da maneira em que um conjunto de sons altera nossa percepção de outro conjunto; assim também, no pensamento, devemos admitir que essas porções do cérebro, que acabaram de ser maximamente excitadas, retêm uma espécie de ferida, que é uma condição de nossa consciência presente, um co-determinante de como e o que agora sentimos” (op. cit., 152).

Uma última colocação a respeito deste ponto se refere a uma importante distinção colocada por James. Para ele, deve-se estar atento ao fato de que a experiência de conteúdos sucessivos nos diferentes campos da consciência não é o mesmo que a experiência de sucessão ela mesma.

“Uma sucessão de sentimentos, em si mesmos ou de si mesmos, não é um sentimento de sucessão. E desde que, para nossos sentimentos sucessivos, um sentimento de sua própria sucessão é adicionado, deve-se tratá-lo como um fato adicional que requer sua própria elucidação” (James, 1890, p. 411).

Há assim, a cada momento, uma certa presença tanto daquilo que acaba de cessar como daquilo que ainda está por vir, de forma que a temporalidade tal como a experienciamos não pode ser traduzida nos instantes discretos que compõem a noção de tempo mais comum na física. Portanto se em um instante T1 tem-se a idéia A e em um instante seguinte, T2, tem-se a idéia B, então na própria idéia B deve haver a idéia de A que a precedeu. Tal como coloca James, citando Volkman: “se A e B devem ser representados *como ocorrendo em sucessão*, eles devem ser *simultaneamente representados*; se quisermos pensar neles como um sucedendo o outro, devemos pensá-los ambos de uma vez” (Volkman, *apud* James, 1890, p. 413). Há uma certa duração, uma espessura no momento presente, que consiste no que James denomina de *presente espesso*. Este “folheado” se faz sempre presente, de forma que “permanece, como o arco-íris na cachoeira, com suas qualidades inalteradas pelos eventos que fluem através dele” (op. cit., p. 413).

3) Dentro de cada consciência pessoal, o pensamento é sensivelmente contínuo

Empreender um estudo da consciência sem atentar para a *falácia do psicólogo* pode também nos levar a crer que nossa experiência consciente consiste em reunir um agregado de objetos, de forma que a consciência estaria assim restrita ao que é mais facilmente capturado pelo foco da atenção. Em um primeiro momento isto pode parecer estar em sintonia com nossa forma habitual de estar no mundo, uma vez que é muito mais fácil debruçarmos nossa atenção sobre objetos sensoriais dos quais estamos conscientes do que sobre os “momentos de passagem”, nos quais não parece haver qualquer material sensível. Contudo, mesmo nossas percepções de objetos sensíveis não se dão isoladamente, mas sim em um fluxo

contínuo²⁰. James criticará mesmo o uso do termo cadeia ou sucessão de pensamentos, pois estes dariam a impressão de pensamentos estanques que se sucedem. A consciência seria melhor considerada se o fizéssemos sob os termos fluxo ou corrente. A metáfora de um rio que corre é amplamente utilizada por ele. Mas se foi colocado logo acima que os estados de consciência nunca são os mesmos, jamais se repetem, como afirmar uma continuidade, que espécie de continuidade seria essa? Experimentamos inúmeras mudanças de estados de consciência, como, por exemplo, quando levamos um susto. Essas mudanças, entretanto, não podem ser de todo abruptas. Para James, padecemos aqui de novo de uma confusão que deriva de uma certa forma de linguagem. Um exemplo dado por James é o de alguém que se encontra em um ambiente silencioso, cuja paz é interrompida pelo som abrupto de um trovão. A pessoa, neste momento sente-se confusa, mas esse sentimento é também um estado de consciência, tanto quanto, segundo James, uma junta na madeira é ainda parte da madeira (James, 1890). Na consciência do trovão, a consciência do silêncio prévio “se arrasta e continua” (op. cit., p.156). O susto ao ouvir o trovão é a maior expressão disto, pois é exatamente a noção de contraste entre o silêncio e o estrondo que é manifestada no susto. Pode-se dizer assim que a sensação do trovão engloba a do silêncio quebrado, de forma que poder-se-ia expressar o que ouvimos como o *trovão-quebrando-o-silêncio-e-opondo-se-a-ela*. Dessa forma ficaria nítido que não há uma percepção de um trovão isolado, mas sim que esta comporta o que lhe antecede. Sem dúvida experienciaríamos o trovão de forma diferente caso ele sucedesse a outros trovões. O que remete ao que foi colocado logo acima quanto à espessura do presente, este comportando o que o antecedeu e o que está na iminência de vir.

O que se busca, então, é enfatizar o caráter contínuo do pensamento, na tentativa de desmistificar a existência de elementos discretos que o constituiriam. No entanto, é necessário que se dê conta daqueles estados de consciência nos quais parecemos estar em um ponto de parada, nos quais o pensamento parece adquirir uma forma definida e limitada, assim como das passagens que se realizam de uns para outros. Ou nas próprias, e inspiradas, palavras de James,

²⁰ É importante notar que, tal como coloca P. Sven Arvidson (2000), afirmar a continuidade da experiência não implica supor um sujeito unificado.

“Quando temos, de fato, uma visão geral do maravilhoso fluxo de nossa consciência, o que nos espanta, em primeiro lugar, é essa diferente rapidez de suas partes. Como a vida de um pássaro, ele parece ser feito de uma alternância de vôos e pousos” (James, 1890, p.158).

James estabelece, então, sua clássica distinção entre as “partes substantivas” (*substantive parts*) e as “partes transitivas” (*transitive parts*) do pensamento. É fundamental, contudo, que se tome cuidado para que não se considere estes conceitos como correspondendo a estados discretos existentes, uma vez que recairíamos no problema, se esses estados se sucedem, de explicar o que se coloca entre eles constituindo essa passagem, crítica esta que é comentada pelo próprio autor em uma nota de rodapé no *Princípios de Psicologia* (James, 1890, p.167). Esses pontos de parada, ou partes substantivas, seriam normalmente ocupados por imaginações que poderiam ser sustentadas por alguns momentos, sendo contempladas sem mudança. Já os momentos de passagem, ou partes transitivas, seriam os pensamentos das relações, sendo elas estáticas ou dinâmicas, que seriam normalmente obtidas entre o que foi considerado nos momentos de parada.

Aqui, novamente, a fisiologia cerebral comparece em sua argumentação:

“Acreditamos ser o cérebro um órgão cujo equilíbrio interno está sempre em um estado de mudança – a mudança afetando cada passo. As pulsações de mudança são, sem dúvida, mais violentas em um lugar do que em outro, seu ritmo mais rápido neste momento do que naquele. Como em um caleidoscópio, girando a uma velocidade uniforme, apesar de as figuras estarem sempre se reorganizando, existem instantes durante os quais a transformação parece mínima e intersticial e quase ausente, seguidos de outros, quando ele muda com rapidez mágica, formas relativamente estáveis se alternando, assim, com formas que não distinguiríamos, se vistas novamente; de forma análoga, no cérebro, a reorganização perpétua deve resultar em algumas formas de tensão, demorando-se relativamente bastante, enquanto outras simplesmente vêm e passam. Mas, se a consciência corresponde ao fato de reorganização em si, por que, se a reorganização pára, deveria a consciência jamais parar? (...) Assim como as mudanças cerebrais são contínuas, analogamente, todas essas consciências se misturam entre si como visões dissolventes. Propriamente, elas são apenas uma consciência prolongada, um fluxo ininterrupto” (James, 1890, p. 160-161).

James assinala ainda que o fim de nosso pensamento parece ser atingir uma outra parte substantiva do que aquela da qual fomos removidos, caminhando assim de uma a outra conclusão substantiva. Seria, contudo, extremamente difícil nos deter sobre as partes transitivas a fim de analisá-las introspectivamente, pois fazê-lo seria dar fim a elas como tais, como coloca o autor ao evocar a metáfora da tentativa de se agarrar um pião para captar seu movimento. Essa dificuldade não deveria, no entanto, nos impedir de afirmar que “de modo tão certo como as relações entre os objetos existem em *rerum natura*, mais certamente existem sensações pelas quais essas relações são conhecidas” (James, 1890, p.159). Negar isso, como o fizeram por caminhos distintos o sensualismo e o intelectualismo, afirma James, seria dar continuidade ao fosso existente entre as partes substantivas.

No exemplo anterior do trovão enfatiza-se o caráter temporal deste fluxo contínuo revelado pela introspecção, no entanto há outro ponto importante que diz respeito à presença de pensamentos que procedem sem imagens. Aqui temos o que James denomina de margem, franja ou orla do pensamento. Para tornar mais claro o que busco apontar segue um outro exemplo. Estou diante de um lápis. Tudo o que o rodeia (a mesa, uma borracha, os móveis da sala, as paredes, etc) encontra-se também em meu campo visual constituindo uma margem sobre a qual se destaca o lápis. Posso concentrar-me na borracha ao lado, assim o campo visual muda e o lápis passa a fazer parte da margem. Há para James, então, uma certa organização de nossos campos da consciência em um foco e uma franja. Esta organização se daria tardiamente na história do indivíduo e seria produto de um interesse seletivo, interesse este decorrente das necessidades de sobrevivência do organismo. Poder-se-ia apontar uma certa semelhança com a estrutura figura-fundo da percepção, tal como apresentada pelo gestaltismo. Contudo para os autores desta escola esta estrutura perceptiva independe de uma atividade do sujeito, sendo regida por princípios formais. Uma discussão acerca desta organização e dos possíveis princípios responsáveis por ela será apresentada mais detalhadamente adiante²¹. O que considero importante ressaltar no momento é que a relação entre algo que se destaca e se torna o foco da atenção, e aquilo que se coloca como margem, se prolonga para além da dimensão sensorial. Quando estou diante do lápis há uma série de

²¹ Isto será discutido na apresentação da teoria jamesiana da atenção ao final deste capítulo, assim como no próximo capítulo dedicado às contribuições de Aron Gurwitsch.

pensamentos que se encontram na margem da consciência. Por exemplo, sei que serve para escrever, que já tive outros como este, que está em cima da mesa, que se jogá-lo para cima ele cairá, etc. Logo, a presença deste lápis comporta toda uma série de relações que não se limitam aos conteúdos sensoriais. Há assim uma certa orla ou franja em cada objeto de nosso pensamento (seja este objeto uma percepção, uma lembrança, uma idéia...), ou seja, mesmo a presença do mais simples objeto comporta uma enormidade de relações.

Aqui cabe uma pequena ressalva, pois James se utiliza dos termos “partes transitivas” e “franja” sem oferecer uma explicação mais detalhada, o que pode levar a possíveis confusões. Bruce Mangan (1993) aponta este problema e afirma que a diferença reside apenas no enfoque da abordagem aos fenômenos tratados. As duas denominações se referem àquilo que é vago na consciência, mas quando James realiza uma análise estática se utilizaria do par “núcleo x franja”; já quando sua análise descreve uma sequência dinâmica, o par utilizado é “parte substantiva x parte transitiva”. Aron Gurwitsch (1957) também aponta a questão da nomenclatura, mas estabelece que as partes transitivas de James têm uma dupla função: são experiências da continuidade temporal do fluxo da consciência e representam toda espécie de pensamento que proceda sem imagens. Sigo aqui a indicação de Gurwitsch.

Outro ponto diz respeito ao sentimento da direção do pensamento. Ao pensarmos experienciamos uma certa direção na qual se encaminha o pensamento e que alcança sua forma mais definida em um estado substantivo. Entretanto, mesmo antes de termos chegado a qualquer conclusão, podemos experienciar essa direção, ou tendência, ainda que sem nenhum material representativo como suporte. Isto será de grande importância para a escola de Wurzburg, que buscará dar um tratamento experimental a esse tipo de experiência. James, por sua vez, afirma que “as imagens da psicologia tradicional formam apenas a menor parte de nossas mentes do modo como estas realmente vivem” (James, 1890, p.165). Essas imagens estão imersas naquilo que flui em torno delas, sendo essas sensações de tendência parte desse fluxo. Um bom exemplo disso se dá quando esquecemos um nome. Há um estado de consciência bastante peculiar, uma vez que há uma ausência, mas que de forma nenhuma é um puro vazio. Parece haver um espectro do nome esquecido que nos guia em sua procura, uma intenção vazia, de forma que se nos vem à consciência nomes outros que não o correto,

logo os descartamos. Se esquecermos outros nomes, ou outras palavras, essa lacuna é experienciada de forma diferente. Assim, “a sensação de uma ausência é *toto coelo* diferente da ausência de uma sensação” (op. cit., p.163). Da mesma forma, a sensação de que nosso pensamento é interrompido difere completamente da sensação de que completamos um pensamento. Na interrupção, algo parece ainda nos impelir na direção pretendida, fazendo muitas vezes com que utilizemos expressões hesitantes até que possamos completar o raciocínio. Já quando um pensamento alcança seu fim definido experienciamos um ponto de chegada, um silêncio. Percebe-se assim que há uma direção no pensamento, que busca uma conclusão, e que essa direção pode ser experienciada mesmo quando na ausência de palavras ou imagens.

“Em todo o nosso pensamento voluntário existe algum tópico ou tema em torno do qual todos os membros do pensamento giram. Metade do tempo, este tópico é um problema, uma lacuna que não podemos ainda preencher com uma figura, palavra ou frase, mas que (...) nos influencia de uma maneira psíquica intensamente ativa e determinada” (James, 1890, p.168).

Assim essa direção, que como colocou James nos influencia de maneira ativa e determinada, e que constitui a franja do pensamento, pode assumir um caráter de afinidade ou empecilho para uma determinada conclusão. Esse caráter assume importância também na sucessão de idéias, pois será a partir desse sentimento (de afinidade ou empecilho) que se definirá a conveniência de um determinado termo na série do pensamento, independente do estofado de que este termo se constitui (verbal, visual, etc.).

Não se deve confundir, contudo, este sentimento de uma direção do pensamento, como no caso do esquecimento de um nome, ou mesmo o sentimento de afinidade colocado acima, com o sentimento de familiaridade ou mesmo clareza. Bruce Mangan (1993) chama atenção para isso ao se utilizar de uma passagem de Jorge Luis Borges, na qual coloca que a experiência estética evoca “a iminência de uma revelação que não ocorre” (Borges, *apud* Mangan, 1993, p. 96). Mangan ressalta a genialidade de Borges por capturar o coração da fenomenologia da experiência estética com tão poucas palavras (op. cit.). Há uma passagem de James, longa é certo, mas também brilhante:

“Qual é aquele esquema vago da ‘forma’ de uma ópera, de uma peça ou de um livro, que permanece em nossa mente e sobre o qual emitimos um julgamento após a sua exibição ou leitura? Qual a nossa noção de um sistema científico ou filosófico? Grandes pensadores têm vastos vislumbres premonitórios, de esquemas de relações entre termos, nos quais dificilmente adentram a mente imagens verbais, tão rápido é, na verdade, todo o processo. Todos nós temos essa consciência permanente de para onde o nosso pensamento está indo é um sentimento como qualquer outro, um sentimento de quais serão os próximos pensamentos a surgir, antes de eles terem surgido. Esse campo de visão da consciência varia muito em extensão, dependendo em larga medida do grau de fadiga ou de frescor mental. Quando bem repousada, nossas mentes sustentam em si um horizonte imenso desse tipo de premonições. A imagem presente projeta a sua perspectiva bem adiante, irradiando por antecipação as regiões nas quais se encontram os pensamentos como que ainda embrionários. Sob circunstâncias ordinárias, o halo de relações pressentidas é bem mais circunscrito. E, em estados de cansaço cerebral extremo o horizonte é estreitado quase ao limite da palavra que passa – a maquinaria associativa, contudo provê o surgimento da próxima palavra numa seqüência ordenada até que, enfim, o pensador exausto é levado a algum tipo de conclusão em certos momentos, ele pode encontrar-se duvidando se seus pensamentos não teriam chegado a uma parada total; mas o vago senso de um *plus ultra* o faz esforçar-se em direção a uma expressão mais definida, enquanto a lentidão de sua elocução mostra o quão difícil, sob tais condições, pode ser o trabalho de pensar” (James, 1890, p. 165-166).

4) O pensamento humano parece lidar com objetos independentes dele mesmo; isto é, ele é cognitivo, ou possui a função de conhecer

Uma outra característica importante na concepção de James diz respeito à função cognitiva do pensamento. De uma certa forma operamos uma duplicação do objeto presente em nossa consciência, por considerar que este possui uma existência exterior. É a partir da presença de pensamentos individuais distintos ou de um mesmo pensamento individual que se apresenta repetidamente que se afirma a presença de um objeto, passível de ser conhecido.

“A razão pela qual todos nós acreditamos que os objetos dos nossos pensamentos têm uma existência duplicada no exterior advém do fato de existirem *muitos* pensamentos humanos, cada um, como não podemos deixar de supor, com os mesmos objetos. A opinião de que *meu* pensamento tem o mesmo objeto de *seu* pensamento é o que faz o psicólogo chamar o meu pensamento de cognitivo de uma realidade exterior. A opinião de que meu próprio pensamento passado e meu próprio pensamento presente são do mesmo objeto é o que *me* faz tomar o objeto fora de ambos e projetá-lo, por uma espécie de triangulação, numa posição independente, a partir da qual *ele* pode aparecer a ambos. A similitude numa multiplicidade de aparências objetivas é, assim, a base de nossa crença em realidades exteriores ao pensamento” (James, 1890, p. 176).

Assim, se uma pessoa vê uma aparição esta é considerada uma alucinação particular, mas se várias pessoas a compartilham, esta ganha estatuto de presença real (James, 1890). No entanto, a distinção que somos capazes de estabelecer entre aquilo que se apresenta e a consciência de que se conhece aquilo que se apresenta, é um estágio já adiantado do pensamento. A condição primeira é de que apenas percebe-se um objeto, ele se apresenta²².

James volta aqui à distinção entre o pensamento que visa o objeto e o objeto visado pelo pensamento (reiterando aqui que neste momento James não se pergunta sobre as questões referentes à existência do objeto “em si”). Isto seria importante para a compreensão sobre “o uso apropriado do termo Objeto em Psicologia” (James, 1890, p. 178). Como ele mesmo coloca, “na linguagem popular, a palavra objeto é comumente tomada sem referência ao ato de conhecimento e tratada como sinônimo do sujeito individual de existência” (op. cit., p. 178). Pode-se tomar seu exemplo que é o da resposta à pergunta de qual seria o objeto do pensamento de alguém que diz ‘Colombo descobriu a América em 1492’. Comumente se dirá que o objeto de seu pensamento é ‘Colombo’, ou ‘América’, escolhendo assim uma parte ou núcleo substantivo e tomando-o como objeto. Este contudo seria apenas seu tópico, aquilo ao que o pensamento se volta ou se refere. “O que um pensamento é, e no que ele pode ser desenvolvido, ou explicado a representar, e ser equivalente a, são duas coisas e não uma” (op. cit., p. 181). O objeto a ser tomado pelo psicólogo então é o pensamento como um todo, ou seja, no exemplo apresentado ‘Colombo-descobriu-a-América-em-1492’. Como diz James:

“Nada a não ser isto pode possivelmente nomear sua delicada idiossincrasia. E se desejamos *sentir* aquela delicada idiossincrasia devemos reproduzir o pensamento como ele foi pronunciado, com cada palavra orlada e a sentença inteira banhada naquela auréola original de obscuras relações, que, como um horizonte, então se espalha sobre seu significado” (James, 1890, p. 179).

Há assim uma distinção entre o “tópico” ou “assunto” de um pensamento, e o pensamento ele mesmo. Este pensamento ele mesmo, sendo o objeto para o psicólogo.

²² cf. p. 44.

Neste ponto talvez compareça com maior destaque uma possível ambigüidade quanto à posição de James no que concerne a aceitação de um dualismo, que suporia uma realidade a ser conhecida e um pensamento que conhece. Deve-se atentar, contudo, que ainda que seu vocabulário ou alguns de seus argumentos deixem transparecer isto, James sempre marcou explicitamente sua posição contrária ao dualismo, e em momento algum creditou estas diferenças quanto ao objeto conhecido e a consciência deste objeto à existência de duas “substâncias” distintas. O comentário de David Lapoujade (1997, 1999) é de grande importância. Este afirma que a psicologia de James parece possuir uma dupla orientação geral:

“Ora James supõe que a consciência constitui seus objetos a partir do caos primordial de sensações. Ela produz seus conceitos das coisas através das séries de seleções operadas em virtude de interesses práticos ou estéticos. Ora James adota um ponto de vista naturalista e recoloca a consciência em meio a um mundo já construído, já organizado” (Lapoujade, 1999, p.15).

Segundo Lapoujade esta contradição deriva de uma questão que James não se coloca nos *Princípios*: de onde vem a ordem que conhecemos? Esta seria uma questão metafísica que a psicologia não poderia responder. Assim, o que estaria ao alcance da psicologia é descrever o fato do conhecimento.

“Nos *Princípios* James não coloca a questão dos princípios ou do que se denomina a ‘origem’ do conhecimento. De maneira geral, o problema psicológico não é aquele da origem, mas sim o da *gênese*. James não se pergunta de onde provem nosso conhecimento, mas sim como se fazem os conhecimentos em um espírito” (Lapoujade, 1999, p. 18).

O método psicológico de James deveria então permitir entrar em uma relação de imanência com este movimento que é o da gênese de um conhecimento em um espírito. Daí o fato de Lapoujade, tal como citado no início do presente capítulo²³, caracterizar a psicologia de

²³ cf. p. 42.

James a partir de seus aspectos dinâmicos, ou seja, o mental é o “movimento daquilo que se faz consciente” (Lapoujade , 1997, p. 8). Este movimento, no entanto, não pode ser tomado apenas em sua interioridade, sendo esta uma crítica, segundo Lapoujade, que James poderia endereçar à fenomenologia. Esta seria capaz de propor uma ciência da consciência, mas seria incapaz de saber como um pensamento *se faz* consciente (Lapoujade, 1999). Qual seria então o ponto de vista adequado? James se coloca conforme a tradição empirista para a qual o conhecimento deriva da experiência, partindo do simples ao complexo. Contudo isto não se dá tal como pensavam os elementaristas associacionistas. A sensação para James é um puro “isso”. Não se deve tomar tal colocação na direção de um solipsismo, como se a sensação não guardasse nenhum conhecimento do mundo. Há um conhecimento, contudo, direto, que James denomina um “conhecimento de trato²⁴” (*knowledge by acquaintance*) . Este seria uma pura presença, não desdobrada, não articulada a nada. Já a percepção é um “conhecimento sobre” (*knowledge about*), um desdobramento daquilo que se mostra. Sensação e percepção não são assim fatos mentais distintos, mas têm funções cognitivas distintas.

“Sensação (...) difere de percepção somente na simplicidade extrema de seu objeto ou de seu conteúdo. Sua função é de mero trato [*acquaintance*] com um fato. A função da percepção, por outro lado, é de conhecimento sobre um fato: e este conhecimento admite graus inumeráveis de complicação” (James, 1890, p. 453)

Nas palavras de Lapoujade:

“Sei de coisas *sobre*²⁵ o que sinto: não se trata de uma apresentação imediata, mas de uma apresentação nova no seio de um contexto determinado. Perceber é estabelecer relações na vizinhança imediata do dado sensível, conferir-lhe um *contexto* – e por isso mesmo ultrapassar a pura apresentação sensível. Rigorosamente, seria preciso dizer: nossos conhecimentos não derivam *da*, mas *sobre* a experiência imediata” (Lapoujade, 1999, p. 20).

²⁴ Sigo aqui novamente a tradução presente na edição dos pensadores já citada.

²⁵ Grifos do autor.

A sensação se oferece então como matéria para algo que a ultrapassa e a transforma. A consciência é um processo, este constante processo de ultrapassagem e de interpretações sucessivas da própria experiência.

5) Ele é sempre mais interessado em uma parte de seu objeto do que em outra; e acolhe ou rejeita, ou escolhe, durante todo o tempo que pensa

Por último, mas não menos importante, é a consideração do caráter seletivo da consciência. Na verdade James chega a formular no capítulo cinco dos *Princípios*: “(a) consciência é, em todas as ocasiões, primeiramente, uma agência seletiva” e completa, “(a) parte enfatizada está sempre em estreita conexão com algum interesse sentido pela consciência como supremo naquela ocasião” (James, 1890, p. 91). Para James, a atenção seletiva e a atenção deliberativa são exemplos óbvios desta atividade de escolha (James, 1890). É interessante notar aqui dois pontos: o primeiro diz respeito a uma não diferenciação precisa entre a consciência e a atenção; e o segundo diz respeito ao fato de que embora a atenção deliberativa seja colocada logo de início como um exemplo notável deste processo seletivo, o que indicaria que essa seleção se dá a partir de um ato de vontade de um eu, em um momento seguinte de suas considerações (mais especificamente uma frase depois) James ressalta como normalmente não temos consciência destas operações. Percebe-se, em relação a este segundo aspecto, algo que o acompanhará em sua análise acerca da atenção: esta se dá sempre com um caráter duplo, havendo uma oscilação entre pares tais como vontade x hábito, fixação x flutuação, sensorial x ideacional, despertar x sustentar, entre outras. Estes pares que parecem se contrapor, muitas vezes comparecem articulados e revelam um operar que é característico da atenção.

Uma vez que a análise de James parece deslizar por estes variados aspectos, neste ponto articulo sua análise quanto ao aspecto seletivo da consciência presente no capítulo do *fluxo do pensamento* com o que apresenta no capítulo sobre a atenção e com suas colocações em *Talks to teachers*.

No que se refere à seletividade, James começa por ressaltar como em toda percepção estão envolvidas uma série de operações de acentuação e ênfase, que nos permitem fazer distinções em partes do tempo e do espaço.

“Achamos bastante impossível distribuir nossa atenção imparcialmente sobre um número de impressões. Uma sucessão monótona de batidas sonoras é quebrada em ritmos, ora de uma espécie, ora de outra, através do acento diferente que colocamos em batidas diferentes. O mais simples destes ritmos é o duplo, tic-tac, tic-tac, tic-tac. Pontos dispersos em uma superfície são percebidos em ordens e grupos. Linhas separadas são percebidas em figuras diversas. A onipresença das distinções, isto e aquilo, aqui e ali, agora e então, em nossas mentes é o resultado de nós colocarmos a mesma ênfase seletiva em partes do espaço e do tempo” (James, 1890, p. 184).²⁶

Na verdade pode-se colocar que haveria uma dupla seleção. Por um lado nossos órgãos dos sentidos (devido a sua conformação) permitem que se apreenda apenas uma parte do mundo.

Em suas palavras,

“Para começar pela base, o que são nossos próprios sentidos em si mesmos senão órgãos de seleção? A partir do caos infinito de movimentos, que a física nos ensina ser em que consiste o mundo exterior, cada órgão do sentido escolhe aqueles que estão incluídos em certos limites de velocidade. A estes ele responde, mas ignora o resto tão completamente como se eles não existissem” (James, 1890, p. 184).

Por outro lado, dentro do espectro possível de sensações dado pela conformação dos órgãos haveria ainda uma segunda seleção, “a Atenção (..) a partir de todas as sensações produzidas, colhe algumas como dignas de observação e suprime todo o resto” (James, 1890, p. 184). Aqui cabe uma observação interessante que poderia passar despercebida e diz respeito ao limite (dentro da possibilidade dos órgãos) daquilo que poderia ser ‘notado’. James assim coloca:

²⁶ Percebe-se aqui como James adianta algumas considerações acerca da percepção realizadas pelo movimento gestaltista. Contudo, nota-se que para James esta configuração da percepção organizada deriva de uma certa “atitude” subjetiva, desta forma esta organização guarda uma certa abertura, podendo atualizar-se de forma diferente. A posição do gestaltismo, mais especificamente da Escola de Berlim, defende que esta organização é primeira, independente do sujeito, sendo derivada de uma certa organização já dada no campo perceptivo. Isto será discutido no capítulo três desta dissertação.

“O trabalho de Helmholtz sobre Ótica é pouco mais do que um estudo dessas sensações visuais das quais os homens comuns nunca se tornaram conscientes (...). Nem mesmo sabemos, sem treino especial, em qual de nossos olhos uma imagem cai. Tão habitualmente ignorante disto é a maioria dos homens, que alguém pode ser cego de um olho durante anos e nunca conhecer o fato” (op. cit., p. 185)

Nota-se aqui, de passagem, como os limites daquilo a que podemos ascender em nossa experiência são maleáveis mesmo no que diz respeito a percepção daquilo que nos é mais próximo e habitual - como nossa própria experiência corporal - e como a partir de uma certa prática (como James colocou, um treino especial) esta percepção pode ser transformada.

Para James o fenômeno da atenção não foi tematizado pelos teóricos da psicologia empírica inglesa porque estes tomam as faculdades superiores do espírito como produtos puros da experiência, e a experiência para estes se resumia a um puro “dado”. James nega esta concepção de experiência, colocando que:

“desde o momento em que alguém pensa sobre o assunto, vê o quão falsa é uma noção de experiência que a fizesse equivalente a simples presença frente aos sentidos de uma ordem exterior. Milhões de itens da ordem exterior são presentes aos meus sentidos sem que nunca propriamente entrem em minha experiência. Por quê? Porque não tem interesse para mim. Minha experiência é aquilo a que me convém atender” (op. cit., p. 260).

A atenção romperia então com esta receptividade pura, implicando um certo grau de atividade, uma atitude. Deve-se notar aqui que o sinal desta atividade seria o interesse, pois é a partir deste que se delimitam as ênfases e acentuações realizadas, delineando em última instância o que se faz presente ou ausente à experiência. Para ele

“estes escritores (da psicologia empírica inglesa) têm ignorado, pois, o deslumbrante fato de que o interesse subjetivo pode, ao colocar seu poderoso dedo índice nos itens particulares da experiência, acentuá-los de tal maneira que dê às associações menos freqüentes mais poder para moldar nosso pensamento do que possuem as associações mais freqüentes. O interesse ele mesmo, ainda que sua gênese seja perfeitamente e indubitavelmente natural, faz à experiência muito mais do que é feito por ela” (James, 1890, p. 372).

Não se deve deixar de notar que James coloca este interesse como sendo “natural”, ou seja, não é uma faculdade de um sujeito fora do tempo e descolado do mundo, mas se situa se situa no plano das ações de um organismo em seu meio. Ainda que esta ‘gênese natural’ não tenha sido desdobrada e desenvolvida por James²⁷, sendo por isso necessário um exame mais minucioso, creio não ser incorreto afirmar que se pode apontar uma circularidade na qual uma *atividade interessada* molda o mundo e, por sua vez, é moldada por ele.

Uma vez ressaltado o aspecto ativo da atenção, o que se poderia dizer sobre o ato atento, como se dá seu proceder e quais seriam seus limites? James aponta a grande variedade de aspectos ligados a estas questões, ressaltando a dificuldade em abordá-los (James, 1890). No que se refere ao que seria o ato atento ele afirma:

“Todos sabem o que é a atenção. É a ação de tomar posse realizada pelo espírito, de forma clara e vívida, de um entre outros vários objetos ou séries de pensamentos simultaneamente possíveis. Focalização, concentração da consciência são sua essência. Implica o afastamento de algumas coisas para ocupar-se efetivamente de outras, e é uma condição que tem seu contrário real no estado confuso, ofuscado e desregrado, que em francês se chama *distraction* e em alemão *Zerstreuung*” (James, 1890, p. 375).

Como é característico de James, a partir desta definição ele buscará apontar uma série de aspectos importantes, mostrando ao mesmo tempo o quão refinada e multifacetada é sua forma de colocação do problema e o quanto não se preocupa com o rigor na utilização de diferentes termos. Desta forma busco aqui acompanhar alguns pontos que considero importantes, sem, no entanto, esgotar todas as suas análises ou realizar um exame mais detalhado de sua terminologia.

²⁷ No texto *Talks to teachers* (1899), James se detém brevemente sobre o tema afirmando que há objetos que são interessantes congenitamente e outros que poderiam ser tornados interessantes por meio da associação à estes, constituindo assim um interesse derivado.

Na definição dada acima, aliada às colocações de James quanto a uma seletividade que opera por meio de um contraste foco e franja, ganha ênfase a “ação de tomar posse”, que é complementada pela noção de concentração, focalização. Esta idéia estaria assim atrelada a uma noção de captura, ou mais especificamente de uma fixação. É certo que isto está presente em James. Em sua discussão acerca do “espaço da consciência”²⁸, ou seja, da área sob o foco da atenção, o poder de apreensão desta é limitado quando voltado para os dados dos sentidos. No que concerne a atenção em um sentido mais amplo James coloca:

“se, pela pergunta, a quantas idéias ou coisas nós podemos prestar atenção por vez, queremos dizer quantos sistemas ou processos de concepção inteiramente desconectados podem ocorrer simultaneamente, a resposta é: dificilmente mais que um, ao menos que os processos sejam muito habituais; neste caso podendo ocorrer dois ou até três, sem muita oscilação da atenção. Onde, no entanto, os processos são menos automáticos (...) deve-se tratar de uma rápida oscilação da mente de uma para outra sem conseqüente ganho de tempo. Dentro de cada um dos sistemas as partes podem ser incontáveis, mas nós podemos estar atentos a elas coletivamente somente quando concebemos o todo que elas formam” (James, 1890, p. 264).

Contudo, a riqueza da análise de James se faz presente quando este aponta para outra nuance característica da atenção - ela flutua. Citando Helmholtz ele coloca que a “tendência natural da atenção, quando se abandona a si mesma, consiste em passar a coisas sempre novas” (Helmholtz *apud* James, 1890, p. 273). Isto poderia ser notado por meio de um pequeno exercício passível de ser realizado por qualquer pessoa e que consiste em fixar os olhos em um ponto fixo do espaço. Dá-se então um estado no qual ou próprio olho vagueia para objetos distintos ou o espírito alcança uma espécie de “solene sentido de entregar-se ao inerte e transitório curso do tempo” (op. cit., p. 261). Há assim sempre uma passagem, procuramos sempre um aspecto novo do objeto, e James ressalta que se isso é verdade para a atenção sensorial, o é ainda com mais intensidade para a atenção intelectual. Percebe-se uma certa tensão entre a flutuação e a fixação, que seria característica da atenção, e que é expressa da seguinte forma por James em *Talks to Teachers* (1899):

“o máximo de atenção será logrado quando se obtiver uma harmonia sistemática ou unificação entre o novo e o velho. Curiosa circunstância é que nem o novo e nem o velho são por si só

²⁸ Percebe-se aqui como James não estabelece uma distinção exata entre atenção e consciência.

interessantes; o absolutamente velho é insípido, e o absolutamente novo não chama bastante atenção. O velho *no* novo é o que mais estimula (...) o velho com alguma novidade. Ninguém assistirá a uma conferência sobre um assunto que não guarde conexão alguma com coisas já sabidas; todos gostam de saber algo mais sobre pontos já conhecidos. Tal ocorre com a moda, que todos os anos nos traz uma pequena modificação nos trajes do ano anterior; se a alteração fosse feita de uma vez, a soma de dez anos não seria agradável à vista” (James, 1899, p.124).

Tem-se aqui um bom exemplo da perspicácia do pensamento jamesiano e de seu estilo despojado ao transitar por exemplos e situações que, ainda que diversas, possuem sempre uma atualidade e concretude. Suas colocações permitem desdobramentos e articulações importantes entre aspectos que pareceriam opostos. O *interesse* permanece sendo fundamental em suas colocações sobre atenção, contudo, a forma como este comparece apresenta, ou ao menos possibilita que se pense assim, uma faceta múltipla. Nenhum interesse se esgota no objeto, uma vez que é por meio de um contraste, ou de uma tensão, entre o novo e o velho que algo é notado; e por outro lado não se esgota em uma atividade deliberada de um eu, não se esgota no ato de “prestar atenção”, pois novamente, a atenção tende a flutuar. Como James coloca, a atenção voluntária (que se caracterizaria pelo sentimento de esforço) não se sustenta por muito tempo, “a atenção voluntária é, pois, uma questão essencialmente momentânea” (James, 1899, p. 118). Esta operaria por puxões ou sacudidelas, assim, “o processo, qualquer que seja, esgota-se em somente um ato” (op. cit., p. 117). Aqui James promove uma inversão interessante. Segundo ele, costuma-se atribuir a “genialidade” dos gênios à sua capacidade de manter sua atenção fixada e sustentada sob um mesmo objeto por longos períodos de tempo. Contudo, James coloca:

“Comumente se crê que os gênios se sobressaem aos outros por seu poder de atenção sustentada. Na maioria deles, há de se temer que a ‘faculdade’ assim chamada seja de espécie passiva. Suas idéias deslumbram, qualquer assunto se ramifica ante seus espíritos infinitamente férteis, e assim podem estar extasiados por horas. Mas é seu gênio que os faz atentos, não sua atenção que os faz gênios. E, quando penetramos na raiz da questão, vemos que diferem dos homens menos no caráter de sua atenção que na natureza dos assuntos sobre os quais se entrega sucessivamente. No gênio, estes formam uma série concatenada, sugerindo-se mutuamente por sua lei racional. Por conseguinte, chamamos sua atenção de ‘sustentada’ e o tópico da meditação por horas de ‘o mesmo’. No homem vulgar a série é em sua maior parte incoerente, os objetos não tem laço racional e chamamos a atenção ambulante e sem fixação” (James, 1890, p. 274).

O gênio mantém sua atenção “acesa” exatamente por sua capacidade de tornar o objeto interessante, ou seja, ser capaz de articular o velho no novo, o uno no múltiplo. O ato atencional não se resume, então, ao ato de “prestar atenção”, mas também não é pura receptividade. A situação parece ser antes paradoxal ou circular, como transparece na afirmação de James: “O pensamento empírico de um homem depende de coisas que experienciou, mas o que estas serão é, em grande medida, determinada pelos hábitos de atenção do homem” (James, 1890, p. 185). Assim presentifica-se a complexidade do ato atencional, que não se esgota no objeto ou no sujeito, na fixação ou na flutuação, na atividade ou na receptividade, na vontade ou no hábito.

Dada a riqueza e a extensão do pensamento de James, o que foi apresentado aqui acerca de suas considerações sobre a consciência, seus movimentos dinâmicos, sua relação com os objetos e seu papel na constituição de um mundo, constitui apenas um pequeno esboço, um recorte dentre os inúmeros recortes igualmente possíveis. O alcance de seu pensamento pode ser vislumbrado a partir de algumas das palavras utilizadas por ele ao encerrar o capítulo sobre o *fluxo do pensamento* (e que de alguma maneira já apontam para algumas de suas posições filosóficas posteriores):

“A mente, em resumo, trabalha sobre os dados que recebe de forma semelhante ao escultor que trabalha sobre seu bloco de pedra. Em certo sentido, a estátua esteve lá por toda a eternidade. Mas havia milhares de estátuas diferentes ao lado dela, e se deve ao escultor o fato de tê-la deslindado entre todas as outras. Assim é com o mundo de cada um de nós, por mais diferentes que possam ser as várias visões que temos dele, tudo repousa imerso no caos primordial de sensações, que fornece a mera *matéria* para o pensamento de todos nós indiferentemente. Podemos, caso haja interesse, fazer as coisas retornarem àquela continuidade escura e desarticulada de espaço e nuvens errantes de átomos incontáveis, que a ciência chama o único mundo real. Mas, durante todo o tempo, o mundo que *nós* sentimos e, no qual vivemos, será aquele que nossos ancestrais e nós mesmos, por esforços lentamente acumulativos de escolha, deslindamos a partir deste, como escultores, rejeitando simplesmente certas porções do estofo dado. Outros escultores, outras estátuas da mesma pedra! Outras mentes, outros mundos do mesmo monótono e inexpressivo caos! Meu mundo é apenas um entre milhões de mundos igualmente imersos, igualmente reais para quem possa tê-los abstraído” (James, 1890, p. 187).

3 O CAMPO DA CONSCIÊNCIA DE ARON GURWITSCH

Como colocado anteriormente Aron Gurwitsch foi aluno de Husserl e se insere na tradição fenomenológica - ainda que tenha dedicado trabalhos a autores como Kant e Leibniz²⁹ - sendo um dos responsáveis pelo desenvolvimento da fenomenologia nos EUA (Arvidson, 2000). Percebe-se também em seus trabalhos o profundo interesse pelas contribuições dos psicólogos da chamada Escola de Berlim, basicamente Wertheimer, Köhler e Koffka, instituindo assim um intenso diálogo entre a filosofia e a psicologia gestaltista na crítica à hipótese da constância à uma concepção atomista da consciência. Apesar de seus variados interesses e diferentes trabalhos em filosofia, pode-se dizer que a tentativa de constituir uma teoria fenomenológica da consciência foi seu tema maior. Em um de seus mais importantes trabalhos, intitulado *El campo de la conciencia: un análisis fenomenológico*, Gurwitsch coloca que ainda que apresente e discuta conceitos importantes da fenomenologia de Husserl, seu trabalho é o de um fenomenólogo imerso em seu fazer, e que, portanto, não se destina a uma visão panorâmica da fenomenologia, trabalhando assim apenas com noções referentes ao problema em questão.

Sua análise, na obra acima citada, parte da constatação de que a experiência sempre nos entrega objetos, coisas e acontecimentos, mas que estes nunca se apresentam isoladamente. Quando vejo, por exemplo, um livro, vejo também a mesa sobre o qual este se situa, a parede atrás da mesa, assim como todos os outros objetos que possivelmente estejam no meu campo de visão. Em suas palavras, “toda coisa material se abre à percepção (...) entre outras coisas que constituem o fundo de seu aparecer” (Gurwitsch, 1957, p.14). Isto se dá da mesma maneira, segundo Gurwitsch, quando pensamos em algo. O exemplo dado pelo autor é o de alguém que se debruça sobre algum problema teórico. Ao nos debruçarmos sobre um determinado problema este se mostra relacionado a um determinado contexto. De alguma maneira o sujeito também está consciente das possíveis soluções ou ainda dos possíveis encaminhamentos ou conceitos que ajudariam na solução do problema. O sujeito está ciente

²⁹ cf. Mohanty (1994).

também de suas próprias circunstâncias, tais como onde está, se está em casa ou no trabalho, qual sua posição corporal. Todos estes dados se apresentam à consciência ainda que de forma vaga e indistinta. Por outro lado, mesmo em situações nas quais nossa atenção parece estar mais relaxada, ou seja, quando caminhamos por exemplo em um parque, há também consciência de estarmos em uma determinada direção, podemos perceber pessoas que passam por nós, ruídos da rua, possíveis situações de perigo, assim como podemos entrever de alguma maneira qual a continuação de nossos passos.

No entanto, todos estes dados, ainda que sejam experienciados simultaneamente com diferentes graus de intensidade e definição, não se relacionam de maneira unívoca. Os dados referentes à situação corporal do sujeito não se relacionam, por exemplo, com o problema teórico sobre o qual este se debruça da mesma maneira que as possíveis soluções ou encaminhamentos entrevistados. Mas de alguma maneira pode-se dizer que estão em relação. Gurwitsch coloca então:

“A fim de formular nosso problema definamos o campo da consciência como a totalidade dos dados ‘co-presentes’. (...) Se queremos elaborar uma teoria da consciência enquanto campo será necessário que examinemos as articulações que caracterizam a estrutura do campo total da consciência e que façamos ressaltar os esquemas e formas segundo os quais se organizam entre si os dados co-presentes” (Gurwitsch, 1957, p. 16).

A colocação de que nossos estados conscientes se apresentam como uma sucessão de estados ou de campos já estava presente em James, conforme foi colocado anteriormente³⁰. O desenvolvimento de uma teoria do campo da consciência, contudo, não era seu interesse principal (Arvidson, 1992). James afirmava apenas que se sucede em nós uma série de campos conscientes e que estes campos se organizam segundo uma estrutura bipartite, com uma divisão entre um foco e uma franja. Essa divisão seria instaurada a cada momento por um interesse seletivo que teria uma gênese natural, ou seja, estaria em continuidade com as necessidades de sobrevivência de um organismo em seu meio. Uma vez que a análise jamesiana se dirigia basicamente contra a psicologia elementarista, valorizava em seu

³⁰ Cf. p. 44

trabalho a dimensão temporal, fluida e contínua, da consciência. Segundo Gurwitsch (1957), é notório que a consciência seja essencialmente um fenômeno temporal, pois as vivências se organizam segundo princípios da simultaneidade e da sucessão. Poder-se-ia interpretar, contudo, as relações entre a organização temporal e a estrutura da consciência de várias maneiras. Gurwitsch cita as colocações de Hume, segundo ele características do empirismo inglês, de que o campo total da consciência se apresenta como um agregado de elementos independentes e desconexos apesar de suas relações temporais. A consciência seria então uma “espécie de teatro onde várias percepções fazem sua entrada sucessivamente e onde estas passam, voltam a passar desaparecem e se mesclam entre si em infinita variedade de estados e situações” (Hume *apud* Gurwitsch, 1957, p. 27). Há ainda as posições de James e Bergson que descreverão a estrutura temporal e a organização da consciência como se fossem equivalentes as de um todo de estados mentais intimamente conexos e compenetrados. Gurwitsch ressalta então que apesar das diferenças, tanto Hume quanto James e Bergson supõem apenas um princípio organizador do campo da consciência, estando neste ponto a diferença no que concerne a sua posição. A temporalidade seria assim uma dimensão necessária mas não suficiente, pois deve somar-se a ela a função presentativa da consciência. Gurwitsch exalta então a natureza dual da consciência, ressaltando sua filiação ao pensamento de Husserl, para quem esta função presentativa pertence à essência da consciência tanto quanto a temporalidade fenomênica.

“Cada ato da consciência cumpre uma função presentativa, a qual pertence a sua essência tanto quanto a temporalidade fenomênica. O objeto se apresenta ao sujeito através de uma de suas vivências ou, o que é igual, aparece ante a mente do sujeito. O sujeito, pois, é consciente do objeto mediante tal ato” (Gurwitsch, 1957, p. 17).

Este ponto, a importância conferida à noção de intencionalidade na organização do campo, é relevante para Gurwitsch pois marca, por um lado, em que medida sua posição no que concerne ao campo da consciência se distancia daquela de James, ainda que tome suas colocações como ponto de partida; e por outro lado, em que medida sua posição se situa dentro do quadro da fenomenologia. Em relação a este segundo aspecto cabe colocar também que suas análises fenomenológicas são marcadas pelos trabalhos dos autores da Escola de Berlim. Assim o encaminhamento de seu trabalho apresenta as marcas destes diferentes

referenciais. Poder-se-ia colocar que a fim de situar seu trabalho seria necessário um esboço geral dos diferentes quadros teóricos dentro dos quais Gurwitsch trabalha, no caso a Fenomenologia e a Teoria da Forma. Contudo, dada a amplitude e a complexidade destes movimentos, esta seria uma tarefa muito extensa que extrapolaria os objetivos deste trabalho. Assim, na tentativa de obter maior concisão, sigo com as colocações de Gurwitsch, introduzindo alguns conceitos destes diferentes quadros teóricos na medida de sua relevância para a discussão.

Como foi colocado acima, a análise de Gurwitsch se afasta daquela apresentada por James a partir da importância dada a noção de intencionalidade. De acordo com a fenomenologia toda consciência é intencional, ou seja, toda consciência é consciência de algo, se dirige a objetos. Esta formulação tem sua origem no conceito de intencionalidade já utilizado por Franz Brentano e que deriva da filosofia medieval. Segundo Dartigues (1992) há uma fórmula de Brentano que nunca será esquecida por Husserl: “ninguém pode verdadeiramente duvidar que o estado psíquico que em si mesmo percebe não existe e não existe tal como o percebe” (Brentano, *apud* Dartigues, 1992, p. 10). A consciência só pode ser apreendida portanto ao “abrir-se” aos objetos, e todo objeto é sempre um objeto para uma consciência. É importante notar aqui que, tanto para Husserl como para Gurwitsch, o termo objeto ganha seu sentido mais universal, podendo ser tomado tanto para coisas materiais com relações matemáticas, composições musicais e conclusões teóricas (Gurwitsch, 1957). O esforço da fenomenologia consiste então em uma abordagem descritiva da consciência, pois busca dar conta desta “aparição” dos objetos, tal como ela se dá. Ou nas palavras de Gurwitsch,

“Quando se fala de uma análise descritiva da consciência desde o ponto de vista de sua função presentativa, se dá a entender que o objeto tal e como aparece há de tomar-se literalmente, ou seja, precisamente tal e como se apresenta. Isto é, há que evitar impor-lhe qualquer conhecimento ou informação cuja procedência seja alheia ao ato ou grupo de atos mediante os quais experimentamos o objeto” (Gurwitsch, 1957, p. 18).

A partir da colocação acima dois pontos podem inicialmente ser destacados. O primeiro diz respeito ao método. Uma vez que se busca uma análise descritiva, ou nos termos clássicos de Husserl, uma volta às coisas mesmas, o fenomenólogo deve sair da “atitude natural”, que é recheada de pressuposições, julgamentos, entre outras coisas, para que possa se colocar em uma “atitude fenomenológica”, ou seja, uma certa atitude que possibilite apreender os objetos tal como se dão à consciência, sem a intervenção dos hábitos sedimentados na vida cotidiana ou das experiências passadas. Tal método é então denominado de redução fenomenológica³¹. Isto remete ao segundo ponto, pois uma vez que toda consciência é consciência de algo, e o que se busca é o “aparecer” deste algo, ou esta presença que se oferece, justifica-se a grande importância conferida a percepção por parte da fenomenologia. Segundo Penna (2001), esta “atribui à consciência perceptiva a condição de forma suprema de manifestação da consciência” (Penna, 2001, p.70).

Ao ressaltar a importância conferida a essa natureza “dual” da consciência, ou seja, à sua função presentativa, Gurwitsch explicita que a organização do campo também deriva desta função, ou, em suas palavras:

“Em virtude de sua dual natureza, não é possível dar conta adequadamente da consciência a partir de um só princípio, a saber: a temporalidade. Para isso é necessário que se permita desempenhar uma função tanto ao que se experimenta como ao ato de experimentá-lo (sendo este último um fato psicológico que se especifica temporalmente)” (Gurwitsch, 1957, p. 17).

A distinção citada por Gurwitsch na passagem acima, entre o que se experimenta e o ato de experimentá-lo, remete à distinção presente na fenomenologia entre *noema* e *noese* e que deriva da intencionalidade da consciência. O *noema* seria aquilo que se dá a partir de um determinado ato da consciência, ou seja, o conteúdo de um determinado ato. Já *noese* se refere ao ato de consciência propriamente dito. A temporalidade diz respeito à dimensão *noética*, pois cada ato de consciência apresenta retenções e protensões, ou seja, cada ato presente apresenta uma certa “espessura” (tal como havia sido colocado por James, em um referencial diferente, ao falar do *presente espesso*), contendo tanto o passado imediato como

³¹ Esta questão metodológica já foi aqui esboçada no primeiro capítulo. Cf p. 36-37.

o futuro imediato. A estrutura intencional da consciência seria completada pelo pólo sujeito, ou ego, que seria consciente de um determinado conteúdo, o *noema*, por meio do ato, *noese*. Como formula Vermersch,

“A estrutura intencional é uma estrutura tripartite, há o conteúdo (*noema*), há o ato (*noese*) que visa esse conteúdo e que faz com que seja intencional, e há um sujeito (ego) que visa esse conteúdo particular. Dizendo de outra forma, toda consciência é estruturada por um pólo sujeito, que visa, através de um ato, um conteúdo particular” (Vermersch, 2002a, p. 27).

No que se refere ao pólo sujeito cabe uma pequena consideração, pois a concepção da consciência de Gurwitsch se coloca como não *egóica*, se aproximando, como o próprio Gurwitsch ressalta, da concepção sartreana de consciência. Esta concepção não *egóica* de Gurwitsch se apóia também nos estudos dos teóricos da Escola de Berlim, pois estes mostraram, a partir da crítica à hipótese da constância, que a experiência já se dá de forma organizada, ou seja, não é necessário recorrer à qualquer substrato subjetivo que viesse à reunir dados sensíveis fragmentados. O *ego* não seria portanto um dado fenomenológico, ou seja, este não se sustentaria após a redução fenomenológica.

“Não há lugar no corpo das doutrinas fenomenológicas para o ego puro ou transcendental, uma vez que não sobra função à qual ele possa assumir. (...) A unidade da consciência de forma nenhuma depende do ego, inversamente, o último é tornado possível pela primeira” (Gurwitsch, 1966, p. 291).

Esta discussão é de extrema complexidade, de forma que não é possível apresentá-la aqui em maiores detalhes, comparecendo apenas na medida em que o presente tema a requerer. A análise de Gurwitsch centra-se assim na dimensão *noética-noemática* da consciência.

A descrição do campo da consciência, tal como formulada por James, com sua complexidade de elementos tais como as sensações de nosso corpo, recordações passadas, percepções de objetos ao nosso redor, sentimentos de prazer ou desgosto, assim como seu constante fluir no tempo, é tomada por Gurwitsch como sendo de grande importância e lhe serve de ponto de partida. No entanto, ali onde James apenas supusera uma distinção entre um foco e uma franja, operada por meio de um interesse seletivo, Gurwitsch proporá uma outra estruturação na margem, fazendo uma distinção entre aquilo que é pertinente em relação ao foco e o que

não é. Como já foi apontado anteriormente, os dados co-presentes no campo não se relacionam da mesma maneira. Para além do foco (que é colocado aqui como aquilo que é primariamente tematizado pelo sujeito) há não só uma margem homogênea, mas uma série de dados que ainda que não sejam parte integrante do foco se apresentam em relação a ele, tendo alguma pertinência, e uma série de outros dados que apenas se apresentam simultaneamente, mas sem qualquer relevância. Assim, ali onde James apenas vislumbrara uma seletividade, Gurwitsch aponta que há princípios de organização que derivam das próprias condições de apresentação. Segundo Gurwitsch, James poderia ter desenvolvido esta distinção, pois seu conceito de franja do pensamento já apontava para essas relações de afinidade, ou essa relação “intrínseca”. Contudo, ainda segundo o argumento de Gurwitsch, James não se deteve em tais princípios de organização. Assim, o que não está presente no trabalho deste é a noção de uma conexão gestáltica, uma certa relação interna, inerente aos dados (Arvidson, 1992). A análise de Gurwitsch busca então estabelecer como se organizam estes dados e quais os princípios responsáveis por tal organização, na tentativa de desenvolver o que seriam estas conexões gestálticas. Estabelece assim, inspirado também nas considerações de Husserl, que há uma organização tridimensional no campo da consciência, que se divide da seguinte forma:

Um tema (centro - foco) organizado pela coerência-gestáltica, cujos constituintes têm uma significância funcional entre si, com alguns deles mais intensamente experienciados ou mais proeminentes do que outros.

Um campo temático ou contexto experienciado como conectado ao centro, organizado pela relevância dos itens entre si e em relação ao tema como seu centro, com alguns itens mais intensamente experienciados como relevantes para o tema do que outros, embora mesmo aqueles experienciados como remotamente relevantes também sejam parte do campo temático

Uma margem ou periferia circundante, meramente co-presente com o tema e seu contexto, com seus conteúdos não materialmente relevantes para o tema de forma alguma, mas

meramente co-presentes com o tema e outros conteúdos marginais. A margem comparece como um campo de potencialidades

A partir daí dois pontos podem ser trabalhados: um primeiro, que se refere aos princípios de organização, que seriam responsáveis por essas diferenças dimensionais estabelecendo diferentes relações de pertinência; e um segundo que diz respeito às diferentes variações atencionais decorrentes desta diferenças. Uma vez que a questão da organização encontra seu sentido no presente trabalho articulada à questão da dinâmica da consciência, as análises de Gurwitsch serão vinculadas aos trabalhos de autores como Arvidson e Vermersch.

Como já foi colocado, a idéia de que nossos estados de consciência se apresentam como campos que se sucedem no tempo já estava presente em James, e serviu de ponto de partida para as colocações de Gurwitsch. Quanto ao fato de que há experiência de continuidade destes campos, os dois autores estão de acordo. Contudo, Gurwitsch aponta que a temporalidade é condição necessária, mas não suficiente para que se dê conta dos fenômenos referentes à organização do campo da consciência. Para este, uma organização que derivasse apenas da seletividade guiada por um interesse seria por demais arbitrária. Assim, apoiado nas considerações dos autores da Escola de Berlim, aponta que há uma organização que é intrínseca ao campo. Ou seja, não há propriamente *seletividade*, mas sim *saliência*. Algo se destaca do seio do campo, se configurando como uma unidade. Desta forma, nossa percepção já se apresenta com um mínimo de organização. Uma vez que estas colocações remetem às teses da Escola de Berlim, e dada a importância que Gurwitsch concebe à este movimento, cabe aqui um pequeno *detour*.

Para Gurwitsch um dos pontos mais importantes nos trabalhos da Escola de Berlim é a rejeição do que se denomina a hipótese da constância³². Essa hipótese é colocada pelo autor como uma das características mais capitais do classicismo em psicologia e se refere ao fato

³² Gurwitsch chega a colocar que esta crítica a hipótese da constância permitiu que os teóricos de Berlim adotassem uma postura estritamente descritiva da percepção, constituindo assim uma “redução fenomenológica incipiente”, faltando-lhe apenas a dimensão transcendental na colocação do problema. Para mais detalhes, cf Gurwitsch, (1957, 1966)

de que toda sensação está ligada a uma excitação de origem sensorial que se produz em um elemento nervoso, sendo que não se pode produzir tal excitação sem uma causa física que teria a função de excitante. Poder-se-ia apontar então a excitabilidade de um elemento nervoso como um invariante em relação a uma certa excitação (Gurwitsch, 1966). Ou, em suas próprias palavras:

“Os dados sensíveis dependem por inteiro dos estímulos físicos correspondentes e são determinados exclusivamente por estes. Disto se segue que, sempre que os mesmos acontecimentos físicos estimulem elementos idênticos do sistema nervoso, aparecerão indefectivelmente as mesmas sensações” (Gurwitsch, 1957, p. 111).

Foi a partir das colocações de Von Ehrenfels acerca da melodia que esta concepção começa a ser questionada, alcançando seu maior refinamento nos trabalhos de Wertheimer, Kölher e Koffka. Uma melodia se compõe de uma série de notas, contudo apresenta uma certa unidade que não se mostra perturbada por ruídos externos e nem por algumas alterações em seus elementos. Poder-se-ia até mudar todos os elementos constituintes (as notas), o que se faz quando se transporta uma melodia de um tom a outro, sem que se prejudique a qualidade experienciada, ou melhor, sem que se deixe de reconhecer a melodia. Como coloca Guillaume,

“ela permanece para nós a mesma melodia, tão fácil de reconhecer que, às vezes, não notamos a mudança. No entanto, todos os seus elementos estão alterados, seja porque todos os sons são novos, seja porque alguns deles ocupam lugares com outras funções” (Guillaume, s/d, p. 17).

A melodia, portanto, não pode ser reduzida a uma simples combinação das características dos elementos que a compõem, ou seja, dos elementos tonais. Há assim, para além dos elementos, uma certa “qualidade” formal, algo que Ehrenfels denominou “qualidades estruturais” (*Gestalt-qualitäten*) e que se referem a esta

“espécie de conteúdos positivos da experiência que aparecem ligados a apresentação de complexos na consciência. No entanto, esses complexos se compõem de elementos separáveis, isto é, de elementos passíveis de serem concebidos em separado” (Ehrenfels, *apud* Gurwitsch, 1957, p.74).

Percebe-se a melodia como uma unidade e a experiência desta unidade não se deriva das propriedades das sensações que lhe são concorrentes. Esta “qualidade” não seria um tom entre outros, no caso da melodia, ainda que mantenha íntima relação com estes. Tal característica de unidade formal também não se reduziria ao domínio acústico, podendo ser encontrada em todos os domínios da sensibilidade.

Assim, não há qualquer privilégio de um dado sensorial que se manteria idêntico nas diferentes formas percebidas, possibilitando um retorno à experiência imediata, pois o objeto percebido é considerado tal como se apresenta a percepção, sendo excluída qualquer prerrogativa ou construção teórica. (Gurwitsch, 1966). Parte-se então da percepção, sem que se possa decidir *a priori* (em nome de uma fisiologia arbitrária) que algumas propriedades são primitivas (os dados sensoriais) e outras aprendidas. Percebe-se aqui uma crítica que se encaminha na mesma direção daquela empreendida por James ao criticar a idéia de que um mesmo conteúdo faria sua entrada repetidas vezes na consciência (as sensações). O que se busca então é uma análise descritiva da percepção tal como se dá ao sujeito. E o que se pode perceber a partir daí, segundo a Escola de Berlim, é que nos encontramos já diante de fatos organizados. Afirmar que a percepção já se dá de forma organizada não significa, contudo, que se perceba um determinado objeto já como um objeto familiar, com todas as propriedades e características que conhecemos. Mas sim que há uma certa configuração que torna possível que um “algo” possa ser destacado. Uma “unidade”, ou “totalidade” se destaca de um fundo, e se constitui como unidade a partir de leis de organização. Esta unidade seria uma “forma”, uma “estrutura”, ou ainda uma *Gestalt*, que poderia ser assim definida:

“Por *Gestalt* (estrutura) se entende um todo unitário, cuja riqueza de detalhes é variável e que, em virtude de sua articulação e estrutura intrínsecas, é de índole coerente e estável. A estrutura se separa, portanto, do campo circundante em quanto unidade fechada e provida de organização” (Gurwitsch, 1957, p. 139).

Essas considerações são de grande importância na constituição da teoria do campo da consciência de Gurwitsch, o que se evidencia a partir do grande espaço que este confere à discussão dos postulados da Teoria da Forma. Gurwitsch ressalta o conceito de *boa continuação* de Wertheimer, que poderia ser explicitado a partir do exemplo da melodia, pois ao ouvirmos um pedaço desta somos “levados” a esperar os próximos trechos em conformidade com os anteriores. Em termos fenomenológicos, pode-se dizer que os diversos *noemas*, dados nos diferentes atos de consciência, apresentam uma certa organização intrínseca, configurando uma unidade, ou seja, um tema. Ao nos depararmos, por exemplo, com um prédio podemos ter dele várias perspectivas. Vê-lo de frente, de lado, por trás. Contudo todas estas distintas “aparências”, apresentam uma certa unidade temática. Nas palavras de Gurwitsch,

“durante todo o processo perceptivo o tema deste é a coisa percebida, isto é, o tema é um determinado sistema *noemático*. Nenhum dos membros deste sistema se converte em tema por si mesmo, pese o fato de que apreendemos sucessivamente esse sistema desde os pontos de vista correspondentes aos diversos membros que o integram. (...) Chegamos à conclusão de que o processo perceptivo se unifica de dentro, em tanto e em quanto a unidade do mesmo se funda por inteiro na concordância recíproca, na coerência mútua e na continuação apropriada dos *noemas* perceptivos que correspondem às diversas fases do processo” (Gurwitsch, 1957, p. 348-349).

Este “sistema” se organiza assim segundo o princípio da *coerência estrutural*, que responderia por esse “fechamento” e pelas relações funcionais entre os elementos que compõem o tema. “A separação do tema do seio do campo se funda no fato de que a relação entre os constitutivos do tema é de diferente tipo e dimensão que existente entre tais constitutivos e os dados do campo” (Gurwitsch, 1957, p. 165). Não haveria uma existência independente dos termos que compõem o tema, uma vez que estes se definem mutuamente, sendo também dependentes de sua função no todo, daí o termo coerência-gestáltica. O que há é uma “coexistência equilibrada de constitutivos em relação de dependência recíproca” (op. cit, p. 166). É importante notar que essas relações entre diferentes *noemas* não se restringem apenas ao domínio da percepção, atravessando todos os diferentes atos de consciência. O tema também não deveria ser confundido com um objeto em seu sentido comum, pois poderíamos ter como exemplos de tema uma multidão de pessoas, uma determinada

lembrança envolvendo várias pessoas, uma determinada sentença matemática, etc. Outro ponto importante que é ressaltado por Arvidson, é que “um tema pode também ser apresentado como parcialmente formado, de forma que o processo de integração de seus constituintes seja interrompido, resumido, parcialmente completo, etc. Contudo, há um foco da atenção nestas fases da consciência” (Arvidson, 2000, p.6).

No entanto, ao se destacar como unidade o tema não se mostra isolado. “Nunca lidamos com um tema *simpliciter*, de fato, confrontamos um tema situado em um campo” (Gurwitsch, 1966, p. 202). Mais ainda, não guarda uma distância absoluta em relação ao campo do qual se destaca, mas aponta em uma determinada direção. Daí a distinção estabelecida por Gurwitsch em relação a James. Alguns dados³³ presentes na experiência, ainda que não façam parte da unidade do tema, se mostram relevantes em relação a este. Assim, por exemplo, ao nos depararmos com um determinado teorema, não o experienciamos de forma isolada, mas sim como estando em relação tanto com determinadas premissas quanto com determinadas conclusões. Estas se encontram no campo da consciência, sendo experienciadas como relevantes, ainda que não de forma explícita ou bem definida. Estabelece-se portanto uma distinção naquilo que James havia colocado como uma margem indistinta, de forma que alguns destes dados co-presentes se mostram relacionados ao tema e, conseqüentemente, de alguma maneira também entre si. Todos estes diferentes dados apresentam então uma relevância em relação ao tema, pertencendo ao que se denomina campo temático, e sendo organizados segundo uma unidade por pertinência. O tema seria assim como um centro de gravidade na organização do campo. Nas palavras de Gurwitsch,

“O campo temático é um grupo de objetos relacionados *materialmente*. O tema, com o qual estamos lidando, é inserido neste enquadramento de sentido. Enquanto tema, tem um lugar especial e privilegiado; é aquilo com o que estamos concernidos, e os componentes do campo temático são co-dados com o tema. A distinção do tema é fundamental para o campo temático. O campo temático tem um centro e é orientado com referência a este centro. (...) Há sempre um campo temático organizado e orientado com respeito ao tema. O que quer que seja experienciado como sendo pertencente ao campo temático é ‘direcionado ao centro’ ” (Gurwitsch, 1966, p. 204).

³³ Como não poderia deixar de ser, dadas as colocações de Gurwitsch, é importante notar que o termo “dado” aqui não se refere a uma sensação, ou a um elemento por si só, um algo que se mantenha uno e idêntico independentemente das relações estabelecidas.

É importante ressaltar novamente que ao colocar ‘objetos materialmente relacionados’ Gurwitsch indica que esta relação de pertinência é intrínseca à organização em questão, portanto, não se trata aqui de uma particularidade, uma pertinência subjetiva, um contexto no sentido de uma particularidade estabelecida momentânea ou arbitrariamente. O autor chega a colocar que aquilo que colocamos como “atitude” diante de determinado tema diz respeito exatamente à relação que se estabelece entre o tema e o campo temático atualizado (ou seja, um que se torna presente, entre outros possíveis). Como no exemplo,

“suponha que eu esteja pensando sobre a teoria de Descartes, digamos a união corpo e mente. Muitas coisas podem vir à mente: a conexão na qual este problema surge na filosofia de Descartes, as grandes conseqüências históricas que esta teoria ocasionou, etc. Eu sempre tenho pensamentos adicionais e subsidiários que indicam a direção na qual meu pensamento se move, minha ‘atitude’. Pensar sobre algo nunca é uma visada estúpida deste algo” (Gurwitsch, 1966, p. 201).

Há ainda uma terceira dimensão no campo da consciência que seria a margem. Esta conteria todos aqueles dados que se apresentam à consciência, mas sem qualquer relação de pertinência ou relevância em relação a este. Seria apenas uma co-presença (poder-se-ia dizer que os dados presentes no campo temático também seriam co-presentes, mas Gurwitsch prefere manter este termo para os dados da margem). A margem seria uma esfera ou um domínio de irrelevância. Os dados presentes nesta esfera se articulam apenas por relações aditivas, no sentido de “isto e aquilo”, os dados apenas se apresentam juntos. Logo, transformações na margem não necessariamente trazem maiores conseqüências para a organização do campo como um todo, uma vez que estes dados co-presentes não apresentam relações intrínsecas com o tema. É certo que aquilo que se apresenta na margem pode vir a se constituir como um futuro tema, daí a colocação de que a margem é um campo de potencialidades. Outro ponto importante diz respeito ao fato de que nunca cessamos de experienciar estes dados co-presentes, pois a todo momento alguma parte do mundo perceptivo se faz presente, assim como nossa experiência encarnada e o próprio fluxo de nossa consciência (aqui remete-se à dimensão *noética*). Assim, por exemplo, ao escrever este texto, me debruço sobre as idéias importantes que devem ser trabalhadas e colocadas. À

medida que escrevo está presente no campo de minha consciência tanto aquilo que acabei de escrever como as frases que hão de advir logo em seguida (tal como em James ao falar da direção do pensamento). Estes dados fazem parte do meu campo temático devido à suas relações intrínsecas com o tema. Contudo, não deixo de experienciar determinados segmentos do campo perceptivo, como por exemplo a mesa na qual se situa o computador, ou ainda as paredes ao meu redor. Também estou marginalmente consciente de minha posição corporal, do fato de estar sentado, da posição de meus pés, etc.

A partir das colocações acima pode-se notar o caráter estrutural e formal das concepções de Gurwitsch. Como o próprio autor coloca explicitamente seu objetivo é estabelecer uma estrutura do campo da consciência e os respectivos princípios de organização desta, de forma que sejam válidos independentemente de quaisquer conteúdos que se façam presentes em consciências particulares. É interessante apenas notar aqui que, ainda que estes campos possuam uma unidade e continuidade para seu possuidor, o autor não se utiliza da noção de um *ego* unificado e organizador das diferentes experiências.

Pode-se dizer que a partir de uma análise descritiva da consciência Gurwitsch estabelece que esta se estrutura como um campo, estratificado e organizado em função de três diferentes dimensões (tema – campo temático – margem), que seriam sempre presentes³⁴. O fato de haver estas diferentes dimensões faz com que se possa verificar, segundo Gurwitsch, variações da atenção que nos conduzem a modificações da experiência de diversas espécies (Gurwitsch, 1957). O que nos conduz ao segundo ponto, colocado anteriormente, e que diz respeito às transformações atencionais, ou ainda, a dinâmica da consciência. Gurwitsch (1957, 1966) coloca então que não há apenas um modo de variação atencional, que conduz de um foco a outro, sendo os enlaces sempre de mesma natureza, mas uma série de modulações com diferenças dimensionais entre os enlaces. Arvidson (2000), cujo trabalho se

³⁴ Arvidson (2000) aponta para possíveis casos limite nos quais não haveria estas estratificações, como nos seguintes casos: o “tudo-de-uma-vez” (*too-much-at-once*) de James, no qual o campo aparece totalmente fragmentado (apenas figuras, sem fundo); o que é descrito por Kant como a experiência do sublime, e também determinados estados meditativos, no qual há apenas uma ‘abertura temática’ (apenas o fundo, sem figura). Cf. “On the origin of the organization in consciousness”, *Journal of the British Society for Phenomenology*, 23 (1), p. 53-56.

baseia na proposta de Gurwitsch, também faz importantes colocações, assim como Pierre Vermersch, que trabalha sob o referencial fenomenológico e busca um diálogo com a psicologia experimental.

Para Gurwitsch, as teorias tradicionais sobre atenção a colocam como uma função unitária. Desta forma, aquilo a que ela alcança seria sempre o mesmo, independente do que ela visa concretamente. Essa concepção seria comum a todas as teorias da atenção, tais como as de Husserl, Pfänder, Stumpf, Lipps e Ribot.

“Independentemente de que função da atenção possa ser especificada nestas diversas teorias, todas concordam em considerar que seu resultado não depende de forma nenhuma dos objetos aos quais se dirige a atenção ou como ela se volta na direção deles. O mesmo se pode dizer no que concerne às modificações atencionais, a variação na atenção ou à mudança de sua direção” (Gurwitsch, 1966, p. 222).

A idéia de atenção como um foco de luz, aquilo que apenas exalta ou destaca uma parte, sem que haja maiores conseqüências tanto para o que está sob o foco de luz quanto para aquilo que não está sendo “iluminado” é então criticada. Esta idéia do foco de luz supõe que na passagem de “objeto no escuro” para “objeto iluminado” não há qualquer modificação do que se apresenta. Uma vez que, segundo Gurwitsch, os dados no campo da consciência se organizam de forma que as partes são inter-relacionadas, possuindo relações funcionais entre si e em relação ao todo, não se poderia pensar a atenção como se fosse mera “adição de luz”. Assim Gurwitsch sugere que suas análises quanto ao tema e ao campo temático indicam algumas linhas de exploração, que articulariam possíveis modificações atencionais aos seguintes pontos: a natureza peculiar do tema e da organização estrutural de seus constituintes, o lugar ocupado pelo tema em um determinado campo temático, a específica estrutura do campo e sua distinção em relação ao domínio do que é co-presente (Gurwitsch, 1966). Desta forma “as modificações atencionais vão aparecer por elas mesmas e encontrar seu lugar nas séries de modificações temáticas” (op. cit., p. 223). Passo então a uma breve apresentação destas modificações tal como expostas por Gurwitsch e trabalhadas contemporaneamente por Arvidson.

Pode-se considerar estas transformações como sendo de quatro tipos principais: duração, sucessão simples, sucessão radical e sucessão da margem ao tema.

1- Duração

Neste tipo de transformação, considerado menos radical, o tema persiste o mesmo ainda que ganhe nova luz, uma vez que o campo temático sofre alterações e conseqüentemente a posição do tema em relação ao campo é alterada. Há três tipos de duração: ampliação, elucidação e mudança de contexto.

1.1 – Ampliação

A ampliação é algumas vezes chamada de “zooming out³⁵”, na literatura psicológica (Arvidson, 2000). Isto se dá quando o campo temático se amplia de forma a ganhar mais significância em relação ao tema. Um possível exemplo seria considerar a palavra ‘literatura’ na frase acima. Uma vez que se tome esta palavra como tema, seu campo temático poderia ser tomado apenas como a frase na qual ela se apresenta. Poderíamos ampliar seu campo temático de forma a incluir todo o parágrafo, ou todo o texto, ou ainda toda a produção de livros. Assim o tema, a palavra ‘literatura’, permanece o mesmo, mas ganha novos contornos, há nova variedade de relações e de possibilidades de conexão.

1.2 – Elucidação

Este ponto envolve não a inclusão de novos elementos no campo temático, mas sim a elucidação ou a determinação em maior grau de elementos que compareciam anteriormente

³⁵ A não tradução deste termo deve-se à utilização em larga escala do termo em inglês ‘zoom’ na língua portuguesa e também devido ao fato de que Arvidson não traz as referências dos autores que se utilizariam do termo “zooming out” conforme colocou.

de forma obscura ou não muito definida. Um possível exemplo dado por Arvidson é o da fala inicial de uma peça de teatro, que tem seu campo temático (ou seja, dados tais como as relações entre personagens, o momento no qual se passa história, determinadas situações que se apresentam) mais definido à medida que a peça se desenrola.

1.3 - Mudança de contexto

Esta constitui uma mudança mais radical, de forma que o campo temático se altera totalmente. Nos casos anteriores havia já uma certa mudança no campo temático, contudo, esta mudança se dava “dentro das mesmas linhas de implicação ditadas pelo tema e pelo que se apresentava como contextualmente presente” (Arvidson, 200, p. 9). Neste caso, o campo temático presente aparece como descontínuo em relação ao anterior. O exemplo dado por Gurwitsch coloca uma determinada proposição tal como: a cor cinza, que fisicamente permanece a mesma, aparece mais clara quando em um fundo mais escuro do que quando em um fundo menos escuro - como tema. Assim podemos considerar tal proposição tanto em relação ao sistema ótico de Helmholtz quanto à teoria das cores de Hering, que são, a rigor, teorias antagônicas. O tema não muda, apresenta uma unidade de sentido, mas a orientação na qual é apresentada em relação ao campo temático sofre intensas mudanças, produzindo um novo balanceamento no campo.

2- Sucessão simples

A sucessão simples ocorre quando um determinado tema dá lugar a um outro, que anteriormente fazia parte do campo temático. Assim atualiza-se algo que de alguma forma já estava presente na consciência e que tinha relação de pertinência com o tema. Tem-se então que o novo tema provém do campo temático anterior, e que o tema anterior agora situa-se no campo temático presente. Um possível exemplo se dá quando preenchemos um formulário. Digamos que o segundo passo do preenchimento é tomado como tema. Ao passarmos para o terceiro passo tem-se uma reconfiguração, o tema precedente (o segundo passo) agora

pertence ao campo temático. Note-se que o preenchimento do formulário como um todo não é tomado como tema neste processo. Ele poderia vir a ser tomado com o tema, mas neste caso haveria então uma síntese (o que será tratado adiante) e não uma sucessão simples.

3- Sucessão radical

São apontados três tipos de modificação atencional dentro da sucessão radical: reestruturação, “singling out”³⁶ e síntese. Estas transformações são consideradas radicais uma vez que envolvem uma mudança substancial na forma de apresentação temática. Sua diferença em relação a sucessão simples é a de que naquele caso pode-se dizer que a “unidade” tema como um todo “saiu de cena”, ou não se encontra mais atualizada como um tema. Houve a troca de um tema por outro e não uma reorganização que abarcasse os próprios elementos constituintes do próprio tema. Nos casos a seguir (com algumas diferenças a serem colocadas) é exatamente isto o que se passa, os elementos constituintes do tema se re-organizam, produzindo um novo tema. Arvidson faz a seguinte observação:

“Estes três modos de variação atencional são os menos compreendidos na história da pesquisa experimental da atenção, ainda que a atenção seletiva (o “singling out”), seja a mais pesquisada. A razão disto se deve ao fato de que a pesquisa da atenção realizada por psicólogos e neurocientistas, com poucas exceções, tem se voltado apenas para o tema ou foco da atenção, e não para a relação de relevância entre o tema e o campo temático. Historicamente, as variações que ocorrem na atenção não são vistas como envolvendo a apresentação de um *novo* tema com um *novo* campo temático no curso da realização (*achievement*)” (Arvidson, 2000, p. 10).

Esta colocação de Arvidson me parece apontar para um certo pressuposto por parte dos pesquisadores de que a atenção operaria sobre dados discretos e independentes (tal como na hipótese da constância) que seriam reunidos arbitrariamente.

³⁶ Este termo poderia ser traduzido como “destacar uma unidade”, ou seja, a partir de algo dado uma unidade é separada. Uma vez que o termo em inglês pode ser utilizado tanto como substantivo quanto como verbo, optou-se aqui pela não tradução.

3.1 – Reestruturação

A reestruturação é uma transformação do tema na qual seus elementos³⁷ constituintes se reorganizam de forma configurar um novo tema. Exemplos mais proeminentes deste tipo de transformação são as figuras reversíveis (como velha e a moça, taças e perfis, etc.) amplamente discutidas pelo movimento gestaltista. Assim, tomando o exemplo do desenho taças-perfis, o que seriam os lábios quando a figura são os perfis frente a frente, se tornam protuberâncias ornamentais na base da taça quando a taça se torna a figura.

3.2 – Singling out

Como foi colocado anteriormente, Arvidson aponta que esta modificação atencional tem sido a mais estudada por psicólogos e neurocientistas, mas estes estudos se dão fora do contexto de uma fenomenologia da atenção. Esta área de pesquisa a coloca sob a definição de “atenção seletiva”, e ao ato de “singling out” é dada a denominação de “zooming in”. Nas palavras de Arvidson, “aqui se pode encontrar as suspeitas metáforas da atenção, tais como ‘foco de luz, janela, canal e etc.’” (Arvidson, 2000, p. 11). O “singling out” ocorre quando um determinado elemento constituinte do tema se transforma ele mesmo em tema. Tem-se, por exemplo, um retângulo como tema e suas linhas como elementos constituintes. Podemos tomar uma destas linhas como tema. Gurwitsch ao tratar deste exemplo toma as palavras de Koffka “uma linha é fenomenicamente (...) diferente de um lado de um retângulo. Para mencionar apenas um ponto, o segundo tem um lado de dentro e um lado de fora, e o primeiro tem dois lados completamente equivalentes” (Koffka *apud* Gurwitsch, 1966, p. 241).

Gurwitsch ressalta contudo, que o “singling out” não é possível com respeito a todas as *Gestalts* e seus constituintes, o que seria diferente no caso da reestruturação. Outro ponto importante colocado por Gurwitsch se refere ao fato de que, uma vez que um determinado

³⁷ Novamente deve-se lembrar aqui que o termo elemento não deve ser pensado no sentido tradicional de conteúdo discreto e existente por si.

elemento constituinte é separado e tomado como tema, duas coisas podem ocorrer com os demais elementos constituintes: ou sua estrutura total se mantém tal como antes (como, por exemplo, no caso de uma fila de linhas paralelas que tem uma de suas linhas tomada como tema) ou o “resto” de sua configuração sofre uma total transformação, com em um exemplo tirado de Wertheimer quanto à letra V em sua versão em latim.

3.3 – Síntese

A síntese é colocada por Arvidson como o oposto ao “singling out”. Aquilo que seria o tema passa a ser um elemento constituinte de um tema que o abarca. Haveria três pontos importantes: um novo tema se apresenta, com novas relações internas, com novas relações no que concerne ao campo temático. Arvidson dá o exemplo de um livro que poderia inicialmente ser tomado com um tema, de forma que em um momento posterior passe a ser tomado com um elemento constituinte de outro tema, que seria uma fileira de livros. Arvidson prossegue de forma que se poderia ainda ter a biblioteca como tema, o que produziria uma outra reconfiguração no campo. Outro exemplo poderia ser o de um determinado ponto de um discurso político, que poderia vir a participar de um tema mais inclusivo como a política na América Central. Arvidson considera que a “síntese é também a transformação essencial da atenção envolvida em um tipo de intuição usualmente chamado de *insight*” (Arvidson, 2000).

4 - Sucessão margem ao tema

Nos casos tratados anteriormente as modificações temáticas envolviam elementos que se articulavam com algum grau de pertinência. No presente caso isto não se dá. Aquilo que agora ocupa o ‘centro’ do campo da consciência, ou seja, o presente tema, não guarda qualquer relevância em relação ao que era tematizado anteriormente. Nesta passagem há uma continuidade que, segundo Gurwitsch, é apenas temporal. Uma vez que se experimenta o novo tema, retém-se marginalmente o fato de que se experienciou o tema antigo. Gurwitsch

remete aqui à dimensão *noética* da consciência pois, como foi colocado anteriormente, cada ato de consciência (cada *noése*) apreende o ato imediatamente anterior por meio de suas retenções. Pode-se dizer assim que os dois momentos estão relacionados, mas essa seria uma relação sem qualquer nexó intrínseco, ou seja, os dois temas não guardam relações de pertinência, sua relação se daria unicamente devido à dimensão temporal da consciência. Como ele mesmo coloca:

“Quando uma proposição aparece como uma conclusão, fases prévias do pensamento são retidas. Quando interrompemos o tópico científico com o qual lidamos para prestar atenção a algo que acontece no ambiente, nós também retemos uma certa consciência de nossa atividade anterior, pelo menos no início da atividade presente. Há, no entanto, uma sensível diferença entre os dois casos. No primeiro, o que é retido é experienciado como sendo relevante para aquilo que lidamos presentemente; enquanto no segundo caso qualquer experiência de relevância é ausente” (Gurwitsch, 1966 p. 14).

Tal como Gurwitsch havia colocado, a margem da consciência comparece como campo de potencialidades, uma vez que sempre temos alguma consciência de nossa experiência encarnada, do fluxo de nosso pensamento e de uma certa porção do mundo perceptivo.

Todas estas modificações temáticas foram aqui apenas esboçadas, uma vez que possuem uma série de aspectos e desdobramentos que extrapolariam os limites deste trabalho. Contudo, se pode notar a ênfase dada aos diferentes modos de atualização que se seguem devido não só à mudança de temas, mas também às diferentes relações do tema com seu campo temático. Assim, mesmo quando o tema se mantém o mesmo há diferenças no que concerne à transformações no campo, tal como colocado na primeira série de transformações. Gurwitsch ressalta que a partir destas modificações temáticas se torna difícil pensar a atenção segundo a metáfora do foco de luz.

“Modificações atencionais necessitam, portanto, não serem consideradas como mudanças de iluminação; nem a comparação com um raio de luz que se move é apropriada. Pelo contrário, modificações atencionais afetam o conteúdo material do *noema* em tal extensão que resulta um *noema* radicalmente diferente” (Gurwitsch, 1966, p. 266).

Assim a atenção não poderia ser tomada como função unitária, pois as modificações temáticas não resultam sempre em um mesmo tipo de conteúdo.

“Sob esse aspecto a tarefa não é substituir *uma*³⁸ teoria da atenção *simpliciter* por outra diferente. Nosso argumento é que a atenção de forma ampla e em geral não existe de maneira alguma no sentido de uma função unitária. Como o termo é usualmente usado, atenção é um nome coletivo equívoco para vários fenômenos heterogêneos que necessitam ser distinguidos uns dos outros, cada um exibindo sua estrutura própria e apresentando problemas especiais. Não se deveria falar de forma alguma de uma atenção em geral mas sim indicar em cada caso concreto que *específica* modificação atencional é tratada, com o *específico noema* obtido pertencendo apenas à modificação em questão” (Gurwitsch, 1966, p. 266).

Arvidson (2000) trabalha estas colocações de Gurwitsch enfatizando a continuidade da consciência assim como sua relação com o *self*. Para ele, mesmo quando há bruscas transformações atencionais, tais como no caso da sucessão radical, há continuidade da consciência, o que não requer contudo que se pense um *self* unificado. Esta continuidade da consciência seria negada por muitos autores exatamente pelo fato de não pensarem a consciência enquanto um campo, de forma que só consideram o tema, ou como coloca Arvidson, o foco³⁹, da consciência. Assim tudo aquilo que não comparece claramente atualizado na consciência pertenceria ao domínio do inconsciente, o que é negado por Arvidson. Para ele há uma dinâmica da consciência passível de ser experienciada mesmo quando se sucedem variações temáticas como a reestruturação, na qual um tema totalmente novo se oferece. Vale notar que Gurwitsch apenas aponta para essa possibilidade, mas sua ênfase recai sobre as possibilidades de variação de acordo com estruturas diversas, ou melhor, sua análise se concentra sob os aspectos *noemáticos* da consciência a fim de apontar quais as possibilidades de transformação e sob que princípios estas se dão. Tudo se passa como se diferentes estruturas se sucedessem no tempo, sendo a continuidade da consciência dada por aspectos temporais que não possuiriam importância no que concerne às relações de pertinência que organizam o campo. Arvidson busca mostrar que há uma certa *tensão* no campo da consciência, um certo dinamismo que é experienciado mesmo quando há, por exemplo, reestruturações (como no caso das figuras ambíguas).

³⁸ Todos os grifos presentes são do autor.

³⁹ Arvidson faz uma aproximação entre o conceito de tema, de Gurwitsch, e o conceito de foco, tal como se coloca nas discussões sobre atenção, inclusive do próprio James.

“O objeto tal como apresentado, o objeto fenomenal, é dinâmico. Com respeito aos instrumentos científicos de medida, o objeto não se move. Mas a quase instantânea transformação ou transição para outra apresentação é experienciada como movimento dentro do campo da consciência. O dinamismo não é separado das duas apresentações” (Arvidson, 2000, p. 12).

Arvidson chega a estas conclusões, contudo, não apresenta em detalhes como se daria essa dinâmica. Apenas afirma a continuidade, e argumenta que mesmo que se pudesse negar a possibilidade de apreensão dessa *tensão* que aponta para uma dinâmica de apresentação, não se poderia negar a continuidade temporal da consciência.

Pierre Vermersch (1999a, 1999b, 2002a, 2002b) também se situa sob o referencial teórico da fenomenologia, empreendendo um estudo da consciência e da atenção de acordo com a noção de intencionalidade e trabalhando também com a estruturação proposta por Gurwitsch entre um tema, um campo temático e uma margem. Na verdade, como já foi colocado na introdução, para Vermersch, atenção e consciência são um mesmo objeto tomado segundo dois pontos de vista diferentes⁴⁰. Escolher o ponto de vista da atenção é descrever suas propriedades funcionais, sua estrutura e suas transformações dinâmicas. Uma vez que a consciência se caracteriza por sua estrutura intencional, a atenção é “aquilo que modula a consciência de”, ou seja, é uma “modulação da intencionalidade” (Vermersch, 2002a, 2002b). A atenção representa assim uma certa forma de se colocar diante do mundo, uma certa visada. Seguindo a colocação de Gurwitsch de que a atenção não é uma função unitária, poder-se-ia colocar então que sob o nome de atenção se agrupam diferentes modos de estar presente diante de alguma coisa.

Contudo, o estudo da atenção se faz extremamente difícil uma vez que esta só pode ser alcançada por meio de abstrações sucessivas. A atenção não é um ato, mas pode se fazer presente por meio de diferentes atos. No que concerne à atenção não há um produto, como

⁴⁰ cf. p. 9.

acontece por exemplo com a percepção (o percebido), com a memória (a lembrança), ou com a imaginação (o imaginado). Como coloca o autor,

“se agora se faz a experiência imaginária de um sujeito que visa um conteúdo particular através de um ato único como o de ver, e que se pensa essa relação como sendo constante durante um momento, então mesmo nessa constância alguma coisa pode ainda variar, tanto nessa tal parte do que é visto e que é privilegiado, tanto quanto uma tal outra coisa, ou ainda um certo interesse que organiza isso que eu observo, ou um outro (interesse). Essas variações de divisão ou de elucidação segundo as quais tem-se consciência, através de um ato particular, de um conteúdo dado, essas variações são precisamente, segundo Husserl, os fenômenos que se reagrupam sob o termo da atenção. Nós vemos que os fenômenos atencionais não são apreensíveis senão por um alto nível de abstração, já que para levá-los em conta é necessário situar-se sob uma pilha de abstrações” (Vermersch, 2002a, p. 27).

Ao se referir a uma ‘pilha de abstrações’ que seria necessária para se apreender os fenômenos relativos à atenção, Vermersch parece indicar exatamente a sutileza destes, pois são apreendidos a partir de contrastes, de uma mutação de visada, de enquadramento (Vermersch, 2002b). Percebe-se também a partir do que foi colocado acima que comparece a noção de interesse, e que é a partir deste interesse que se estratifica o campo. A noção de estratificação ganha importância pois, segundo o autor, aponta imediatamente para uma dimensão potencialmente dinâmica.

“Ora, se há estratificação, isso significa que, a cada instante, uma parte somente disso que poderia servir ao interesse, é apreendida, isso que é apreendido está no centro e constitui o tema, e a continuidade da apreensão assegura a continuidade da visada temática, mas o que é periférico pode a todo momento passar ao centro, ou o que vem a ser o centro passar a ser periférico, em função dos movimentos da atenção, logo, dos movimentos da visada. Tem-se então, ao mesmo tempo uma estrutura folheada e uma dinâmica de deslocamento da visada tal como ela é encarnada por atos particulares a cada instante. Vê-se que a função principal da atenção é modular o acoplamento sujeito/mundo através de um interesse e de atos que lhe mediatizam o acesso” (Vermersch, 2002a, p. 28).

Até aqui percebe-se a nítida aproximação com o que foi colocado por Gurwitsch. Contudo o que confere interesse à análise de Vermersch é um certo direcionamento que dá a seu trabalho, que busca um incessante diálogo com práticas concretas. Isso se explicita, por um lado, a partir do contato com as ciências experimentais (como a psicologia e as

neurociências). Daí as considerações de que os constrangimentos dados pelos atos particulares são de extrema importância no que concerne à atenção:

“para tratar da atenção em detalhe seria preciso fazê-lo separadamente para cada tipo de ato, já que cada ato é delimitado por constrangimentos funcionais particulares. (...) Não podemos tratar da ‘atenção visual’ [por exemplo] como se os constrangimentos e as propriedades da visão não existissem” (Vermersch, 2002a, p. 29).

As propriedades e constrangimentos dos atos particulares, principalmente no que concerne aos atos perceptivos e suas diferentes modalidades (como a visual por exemplo), ganham especial importância em relação a uma segunda função da atenção (a primeira sendo a de ‘tomar por tema’) que é a de ‘notar’. Esta função seria relativamente independente da visada temática, estando parcialmente submissa às saliências atuais de cada tipo de ato. Assim, por exemplo, ao ler um texto, posso ter minha atenção despertada pela entrada de alguém na sala, ou ainda por algum som excessivamente alto. A pregnância proveniente de significados sedimentados também é de grande importância neste ponto, como se pode notar quando ouvimos nosso próprio nome mesmo em meio há inúmeras vozes.

“O que é do domínio do notar pode sempre se tornar fonte de distração interrompendo a continuidade da visada temática, mas também uma fonte de alerta para tomar ciência de outra coisa além do que nos absorve e que pode ser vital para nós. A função de notar é dependente de qualquer forma do fato de que não paramos de ver, entender, sentir, pensar, lembrar (...)” (Vermersch, 2002a, p. 29-30).

Por outro lado, essa orientação geral de seu trabalho que se volta sempre para a prática se explicita também em sua parceria com Francisco Varela e Natalie Depraz no que concerne ao *devoir conscient*. Os trabalhos desenvolvidos com estes autores foram apresentados ao final do primeiro capítulo desta dissertação⁴¹, de forma que retomo aqui alguns pontos.

Como já foi colocado, o que é continuamente ressaltado por estes autores é a necessidade de se constituir um método concreto e disciplinado de exame da experiência em primeira

⁴¹ Cf. p. 33-39

pessoa. A intuição originária da fenomenologia, de empreender um método de exame da própria experiência é mantida, de forma que se privilegia esta dimensão metodológica (ou seja, a redução fenomenológica) e não suas descrições eidéticas. Constitui-se assim uma *pragmática fenomenológica*. Todos os esforços se concentram em conferir concretude ao método, o que não teria sido devidamente enfatizado por Husserl, buscando apontar quais seriam as dificuldades decorrentes e quais os caminhos para se contorná-las:

“trata-se de recusar a lógica infinita do comentário, em nome de uma exigência exploratória, única capaz de renovar os procedimentos (*démarche*) da fenomenologia como método de descrição e de explicação categoriais. Priorizar tais requisitos para a fenomenologia implica uma mudança de paradigma que conduz da hermenêutica à pragmática⁴²” (Depraz, Varela, Vermersch, 1999, p. 2).

Nota-se aqui a ênfase no caráter exploratório, o que se mostra em sintonia com o que foi colocado anteriormente no que se refere à impossibilidade de se estabelecer de antemão quais seriam os limites da experiência. Daí a necessidade de se constituir um método capaz de acompanhar seus contínuos e constantes movimentos. A título de recapitulação cabe então colocar que o método da redução tal como colocam Vermersch, Varela e Depraz, seria, em linhas gerais, composto por um ciclo básico sendo seguido por duas etapas opcionais, expressão e validação, que permitem que se comunique e compartilhe o conhecimento do ato (estas duas etapas são opcionais uma vez que se fazem importantes apenas para as práticas voltadas para a constituição de um corpo de conhecimento) (cf. Depraz, Varela, Vermersch, 1999). O ciclo básico é composto de dois momentos: a) *epochè* e b) evidência intuitiva. A *epochè* se desdobra ainda em três gestos procedurais: a suspensão, a redireção da atenção do exterior para o interior e a mudança da qualidade da atenção, da busca para o acolhimento da experiência (*letting-go*). Uma vez que o engendramento e a dinâmica destes diferentes gestos procedurais já foi discutida, cabe aqui ressaltar aquilo que concerne à atenção, lembrando apenas que estes três gestos não se esgotam em uma lógica linear, de forma que a cada momento a fase de suspensão é reativada e o ciclo ganha nova qualidade. Tem-se então após a suspensão uma redireção da atenção do exterior para o interior. Essa redireção consiste também em uma atitude de mudança em relação a atitude natural e habitual diante do mundo,

⁴² Tradução de André do Eirado.

pois a atenção deve ser desprendida do mundo e de seus objetos para se voltar para o interior daquele que pratica o método. Pode-se dizer que haveria um privilégio da apercepção sobre a percepção. (Depraz, Varela, Vermersch, 1999). Em uma terminologia fenomenológica, este movimento da atenção consiste na passagem da atenção ao objeto para a atenção ao ato. Na vida cotidiana a atenção é basicamente interessada, ou seja, se liga e se volta aos objetos e às possíveis fontes de perigo ou de proveito presentes no mundo, daí a dificuldade de se realizar esta inversão. Outro ponto de extrema importância é que esta volta sobre si da atenção, essa volta para o interior, não deve ser confundida com um direcionamento para a intimidade, com pensamentos sobre si próprio ou uma busca por lembranças (deve-se lembrar que a suspensão dos juízos persiste ao longo de todas as fases). Segue-se a esta mudança na direção, uma mudança na qualidade da atenção. Se antes havia um certo esforço por uma determinada direção (o interior) pode-se dizer que neste momento este sentido de uma “atividade” dá lugar a uma certa disposição passiva que apenas acolhe. Tem-se assim a fase de acolhimento ou *letting-go*. Neste momento pode-se dizer que há um deixar vir, uma certa abertura para o que há de advir sem que se busque por qualquer coisa. Pode-se dizer que há uma modulação da intencionalidade que tenderia a zero, uma atenção aberta, pois como Vermersch *et al* colocam há uma tensão entre um ato de atenção que é sustentado, mas que não é preenchido imediatamente (op. cit.). Passa-se por um certo período de vazio, uma espera não focalizada, na qual não se distingue nada. O exemplo dado pelos autores é o da percepção de figuras estereoscópicas. Segundo eles, mesmo quem já possui determinada perícia neste processo passa por um momento no qual não se está mais apenas olhando naturalmente, mas também ainda não se vê nada. Até que a forma emerge em uma percepção clara. Os autores chamam atenção para o fato de que esse momento de vazio pode se constituir como um dos mais difíceis, pois tende-se a recobrir imediatamente este vazio dado o desconcerto diante do silêncio e da surpresa de se notar em contato com algo ao mesmo tempo tão próximo e tão desconhecido.

Como se pode notar, a partir deste pequeno esboço das colocações metodológicas de Vermersch *et al*, este voltar-se para a própria experiência está longe de se esgotar em uma mera ‘espontaneidade’. Desta forma os estudos da consciência tem uma vasta gama de dados ainda por explorar. Uma série de dificuldades metodológicas e pragmáticas se coloca no

caminho, mas todas estas só poderão ser devidamente trabalhadas, e talvez superadas, se confrontadas. Todos estes esforços ganham sua dimensão justa ao se vislumbrar que:

“o que está em jogo é dar a possibilidade de não se esmagar a realidade em uma forma de pensamento e sua linguagem já disponível, estabelecendo assim uma relativa e provisória zona de silêncio a partir da qual se começa uma relação renovada com a realidade vivida” (Depraz, Varela, Vermersch, 1999, p. 13).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi colocado na introdução desta dissertação, o tema da consciência é vasto e pode ser abordado a partir de diversos aspectos. Por um longo período, principalmente a partir do início do século XX, esta riqueza de possibilidades foi tomada como impossibilidade de objetivação, de forma que o estudo da consciência se manteve afastado do campo da pesquisa científica. Contudo, a partir da década de noventa esta situação começa a se transformar e a consciência volta a ser um objeto legítimo de pesquisa. Esta retomada se evidencia principalmente no campo das ciências da cognição. Pode-se dizer que certos traços da desconfiança que marcou a atitude de grande parte dos pesquisadores deste século ainda persistem, como se pode notar nas colocações de autores que, ainda que adotem posições distintas, defendem entre outras coisas que a consciência poderia ou deveria ser reduzida à sua base material, o funcionamento cerebral, ou ainda ser tomada como equivalente ao funcionamento de um *software*, de forma que a experiência consciente fosse apenas o produto deste funcionamento.

Contudo, esta não foi a perspectiva a partir da qual se desenvolveu este trabalho, de forma que a escolha dos autores aqui comentados se deu exatamente devido à sua forma de colocação do problema da consciência. Assim James e Gurwitsch, ainda que sob referenciais distintos e com encaminhamentos diferentes de seus trabalhos compartilham inicialmente a defesa de uma abordagem descritiva da consciência. É recorrente nos *Princípios de Psicologia* de James a advertência de que não se deveria incorrer na *falácia do psicólogo*, que consiste na confusão entre objeto pensado e o pensamento que visa o objeto. Foi exatamente por conferir primazia ao objeto, com suas propriedades invariantes e seu caráter discreto (descontínuo), que se teria tornado extremamente difícil remontar à dimensão fluida e contínua da experiência. Por isso o acento dado por James à existência das partes transitivas do pensamento que, ainda que sejam de difícil apreensão, não deveriam ser tomadas como não presentes ou não existentes. Retomo a colocação de James quanto ao hábito que temos de “não prestar atenção às sensações como fatos subjetivos, mas simplesmente usá-las como degraus, para passar ao reconhecimento das realidades, cuja presença elas revelam” (James

1890, p.150). Oblitera-se assim a enormidade de experiências diferentes que se tem diante do mundo, assim como de suas diferentes articulações no tempo, em nome de uma presença objetiva que se ofereceria à representação.

Gurwitsch, por sua vez, também ressalta a importância de uma abordagem descritiva da consciência ao comentar a importância da crítica à hipótese da constância. Segundo esta hipótese os dados sensíveis dependeriam exclusivamente dos estímulos físicos correspondentes. “Disto se segue que, sempre que os mesmos acontecimentos físicos estimulem elementos idênticos do sistema nervoso, aparecerão indefectivelmente as mesmas sensações” (Gurwitsch, 1957, p. 111). Daí a grande importância da Escola de Berlim que, segundo Gurwitsch, teria realizado a crítica a esta hipótese de forma mais completa e consistente. Desta forma não há privilégio de um dado sensorial que se manteria idêntico nas diferentes formas percebidas, e isto é de extrema importância pois permite um retorno à experiência imediata. O objeto percebido é considerado então, tal como se apresenta a percepção, sendo excluída qualquer prerrogativa ou construção teórica. (Gurwitsch, 1966). Parte-se da percepção, sem que se possa decidir *a priori* (em nome de uma fisiologia arbitrária) que algumas propriedades são primitivas (os dados sensoriais) e outras aprendidas. Remete-se aqui também ao método da redução fenomenológica, que consiste exatamente em uma abordagem da experiência tal como ela se dá.

Para além da orientação geral de seus trabalhos é importante também o fato de que a consciência comparece para os dois autores como mais do que aquilo que é claro e distinto para o sujeito. Pode-se dizer que há assim um sentido ampliado de consciência, pois esta não se resume ao que é explícito e passível de ser reportado, mas comporta toda uma série de elementos vagos, como dados sensoriais periféricos ou relações experienciadas ainda que de forma indistinta. James chega a afirmar que um de seus maiores esforços consiste em restabelecer o devido lugar àquilo que é vago na vida da consciência. Isto é importante pois, como coloca Arvidson (2000), pode-se pensar as transformações da consciência, mesmo as mais abruptas, sem que seja necessário recorrer a uma divisão estanque entre consciência e inconsciente. Pode-se apontar também as colocações de Varela e Shear (s/d), de que as

fronteiras entre consciente e não consciente não são fixas ou previamente dadas, de forma que práticas experienciais podem sempre remarcá-las.

Ganha importância então a noção de campo, utilizada tanto por James quanto por Gurwitsch, e que se desdobra na questão da dinâmica da consciência, uma vez que as diversas formas de presença na consciência podem vir a se atualizar de diferentes maneiras ao longo do tempo. Retomando a colocação de James tem-se que:

“há em nós campos de consciência: eis aqui um fato geral. Um segundo fato é que os campos conscientes concretos são sempre complexos. Estão compostos de sensações de nosso corpo e dos objetos que nos rodeiam, de lembranças, de experiências passadas, de pensamentos, de coisas distantes, de sentimentos, de satisfação ou moléstia, de desejos e aversões, de estados emocionais juntamente com outras orientações da vontade, tudo em extrema variedade de combinações e permutações” (James, 1899, p.20).

Sob este ponto então há acordo entre os dois autores, pois nada comparece à consciência de forma isolada, e estes diferentes campos se sucedem temporalmente de forma contínua. Contudo, pode-se perceber que são duas formas distintas de se encaminhar a questão da articulação dos dados presentes no campo e, conseqüentemente, das transformações dinâmicas que se dão. Para Gurwitsch ainda que haja continuidade temporal na consciência, a temporalidade não pode ser o único fator de organização do campo. A dimensão temporal seria necessária, mas não suficiente para o entendimento da consciência. A análise de Gurwitsch privilegia então o aspecto estruturado do campo. Em princípio poder-se-ia pensar que a afirmação de que nada se dá de forma isolada na consciência, de forma que tudo o que se apresenta se dá no seio de um campo, aponta para a importância do contexto na experiência. Entretanto, as relações de pertinência entre o tema e campo temático tal como colocadas por Gurwitsch são pautadas em conexões *gestálticas*, possuindo um nexo intrínseco, o que permite que se conclua que o campo é destituído do caráter concreto que caracteriza a dimensão contextual. Evidencia-se assim o caráter formal da abordagem de Gurwitsch, que chega a afirmar que busca constituir uma matemática da consciência (Gurwitsch, 1957). A dinâmica está então submetida à estrutura, pois há o privilégio da forma estabilizada e não da transformação dinâmica.

Já na obra de James percebe-se a constante preocupação em nunca se afastar da dimensão contínua de fluxo da consciência. Ainda que haja organização do campo esta organização é sempre colocada em termos de uma tendência, estando também submetida à dinâmica da consciência. A temporalidade e a dinâmica ela própria organizam aquilo que se apresenta à consciência:

“Toda imagem definida na mente é embebida e tingida na água livre que flui em torno dela. Com ela flui o sentido de suas relações, próximas e remotas, o eco moribundo de onde ela veio até nós, o sentido de aurora para onde ela é conduzida. A significação, o valor da imagem está totalmente contido nessa auréola ou penumbra que envolve ou escolta a imagem – ou melhor, que é fundida em uma com ela e que se tornou osso de seu osso e carne de sua carne” (James, 1890, p. 165).

Daí a importância do conceito de franja do pensamento, pois é a partir dela que se confere esta ‘significação’ e que se experimenta estas relações de pertinência. Mas uma vez que essas relações são tomadas sempre como conectadas ao fluxo, tem-se um significado dinâmico, algo que se dá a partir de suas relações de vizinhança. Como afirma Lapoujade,

“cada campo de consciência está então em uma relação indireta de interpretação com os momentos que precedem. Um momento de nós-mesmos interpreta um outro. Cada momento é, com efeito, uma espécie de intérprete excêntrico, meio-interior e meio-exterior (interior à consciência, mas exterior ao presente do qual ela tem consciência atualmente)” (Lapoujade, 1999, p. 22).

A experiência então se remodela continuamente a partir de seus movimentos, está imersa neste fluxo constante. Daí a colocação de Lapoujade (1997) de que, para James, a consciência “é o movimento disso que se faz consciente” (op. cit., p. 9). É interessante notar aqui que Lapoujade, ao se referir à forma com que James busca instituir um conhecimento psicológico, se utiliza do termo *devoir conscientie*. A psicologia deveria constituir um método capaz de entrar em relação de imanência com estes movimentos da experiência que “se fazem conscientes”. Da mesma maneira, Depraz, Varela e Vermersch (2003), ao retomarem o estudo da experiência na contemporaneidade, também dirigem seu trabalho para o estudo da experiência de *devoir conscientie*, para o qual buscam desenvolver uma metodologia de investigação específica. Para além de uma mesma terminologia indica-se então a proximidade na forma de se abordar a experiência, como se nota a partir da colocação de

Varela e Shear: “a experiência humana não é um domínio fixo, predeterminado. Ao invés disso, ela é mutante, mutável e fluida. (...) Ela se move e muda, e sua exploração é também parte da vida humana” (Varela,Shear, s/d). Todo o esforço consiste na constituição de um método capaz de acompanhar estes movimentos, o que requer a constituição de uma *atenção sensível* a este processo.

Curiosamente, Vermersch (2002b) encontra nas considerações de Gurwitsch uma importante fonte de diálogo no que concerne ao funcionamento da atenção. Para Gurwitsch a atenção não deveria ser tomada como uma função unitária. A metáfora do foco de luz, amplamente utilizada nas teorias tradicionais, é assim criticada por não dar conta da diversidade dos fenômenos que se encontram sob o domínio da atenção. A noção de modulação de intencionalidade ganha então importância pois indica a possibilidade de que se esteja atento de diversas maneiras, com diversas formas de visada. Tal noção coloca o funcionamento da atenção para além de um par binário atento x desatento. Desta forma, por exemplo, a atenção de um músico de jazz ao improvisar com outros músicos é diferente daquela de um cirurgião ao realizar uma operação. O músico de alguma maneira deve ser capaz de apreender e de seguir o que os outros músicos fazem, sem se adiantar a eles, o que indica uma certa atenção aberta ao que vem. Esta abertura contudo, não poderia ser confundida com desatenção, pois isto implicaria na perda do andamento musical. No caso do cirurgião pode-se dizer que há intensa focalização, uma vez que este deve discriminar bem os locais de intervenção cirúrgica assim como evitar qualquer fonte de possível distração. A modulação pode assim variar em diferentes graus de abertura, produzindo diferentes formas de presença.

É certo que a análise de Gurwitsch não se encontra sob a perspectiva da pragmática fenomenológica colocada por Depraz, Varela e Vermersch, de forma que suas considerações sobre a atenção tratam de algumas possibilidades de modificação atencional sem que se voltem para a discussão metodológica quanto ao acesso à experiência em primeira pessoa. É neste ponto que Vermersch *et al* buscam empreender um passo a mais ao buscar, antes de estabelecer limites, empreender uma prática renovada do método da redução fenomenológica. Prática esta que, tal como propõem, requer exatamente um trabalho

recorrente e árduo sobre a própria atenção, a fim de que se possa entrar em sintonia com os movimentos da experiência.

O estudo da consciência, em seu amplo espectro de caminhos e possibilidades, impõe assim um trabalho incessante e sempre renovado, do qual esta dissertação representa uma pequena, mas esforçada parcela.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, R. *As duas faces da psicologia da gestat*. American psychologist, 1986

ARVIDSON, P.S. *The field of consciousness: James and Gurwitsch*. Transactions of the C. S. Peirce Society, v. 28, n. 4, p.833-56, 1992

_____. *Bringing context into focus: parallels in the psychology attention and the philosophy of science*. Journal of Phenomenological Psychology, v. 29, n. 1, p. 50-92, 1998

_____. *Transformations in consciousness: Continuity, the self and marginal consciousness*. Journal of Consciousness Studies, v. 7, n. 3, p.3-26, 2000

BAARS, B. J. *Putting the focus on the fringe: three empirical cases*. Consciousness and Cognition n. 2, p. 126-136, 1993

BERGSON, H. (1939). *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

BROADBENT, D.E. *Behaviour*. London: University Paperbacks, 1967

CHALMERS, D.J. *Facing up to the problem of consciousness*. Disponível em www.u.arizona.edu/~chalmers/papers/nature.html (acessado em: agosto de 2004), 1995

COMTE, A (1851) *Curso de Filosofia Positiva*. In: Giannotti, J., A. (Org.) *Os Pensadores*. São Paulo, Abril cultural, 1983.

DARTIGUES, A. *O que é a fenomenologia?* São Paulo: Moraes, 1992

DEL NERO, H. S. *Do behaviorismo às redes neurais*. In: Abrantes, P. (org.). *Epistemologia e Cognição* Brasília, UNB, 1993

DEPRAZ, N.; VARELA, F.J. e VERMERSCH, P. *The gesture of awareness: An account of its structural dynamics*. Amsterdam: Benjamim Publishers, 1999

_____. *On becoming aware*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

DUPUY, J.P. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

FRAISSE, P.; PIAGET, J. *Tratado de psicologia experimental* V. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1968

GARDNER, H. *A nova ciência da mente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996

GOLEMAN, D. *Como lidar com emoções destrutivas: diálogo com a contribuição do Dalai Lama*. Rio de Janeiro: Campus, 2003

GUILLAUME, P. *Psicología de la forma*. Buenos Aires: Editorial Psique, s/d

GURWITSCH, A. (1957). *El campo de la conciencia: Un análisis fenomenológico*. Madri: Alianza Universidad, 1979

_____. *Studies in phenomenology and psychology*. Evanston, IL: Northwestern UP, 1966

GUTMAN, G. *Corpos e fantasmas: William James, Henry James e a experiência pura..* Tese de doutorado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005

JAMES, W. (1890). *The principles of psychology*. Chicago: Enciplopaedia Britannica inc., v.53, 1952

_____. (1899). *Psicología pedagógica para maestros sobre algunos ideales de la vida para estudiantes*. Madri: Editor Daniel Jorro, 1924

_____. (1904) Ensaaios em empirismo radical. In: *Coleção Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974

KASTRUP, V. *A psicologia no contexto das ciências cognitivas*. 2005, (no prelo)

KASTRUP, V.; ROCHA, J. *A consciência como campo de experimentação*. Arquivos Brasileiros de Psicologia v. 53, n. 2, 2001

KOFKKA, K. *Principles of gestalt psychology*. New York: Harcourt, Brace and company, 1935

LAPOUJADE, D. *Empirisme et pragmatisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997

_____. *William James: de la psychologie à la empirisme radical*. Philosophie, n. 64, p. 15-30, 1999

LEDER, D. *The absent body*. Chicago: The University of Chicago Press, s/d

MANGAN, B. *Taking phenomenology seriously: the “fringe” and its implications for cognitive research*. Consciousness and Cognition n. 2, p. 89-108, 1993

_____. *Sensation’s ghost. The non-sensory “fringe” of consciousness*. Psyche v. 7, n. 18, p. 7-18, 2001

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MOHANTY, J.N. *The unity of Aron Gurwitsch's philosophy*. *Social Research*, v. 61, n. 4, p. 937- 55, 1994

NAGEL, T. *What's like to be a bat*. In: Hofstadter, D.R. e Dennet, D.(orgs.) *The mind's I*. Toronto, Nova York, London, Sydney: Bantam Books, 1981

PENNA, A. G. *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980

_____. *Introdução à história da psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982

_____. *Introdução à psicologia cognitiva* São Paulo: EPU, 1999

_____. *Introdução à psicologia fenomenológica* Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001

REUCHLIN, M. *Introdução à psicologia* . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

ROCHA, J. *A consciência como campo de experimentação: a abordagem de Francisco Varela*. Dissertação de mestrado, Departamento de psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2000

SCHÉRER, R. *A fenomenologia e seus desenvolvimentos*. In: CHÂTELET, F. (org). *História da filosofia*. Vol. VI Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SCHULTZ, D. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975

SEARLE, J. *O mistério da consciência e discussão com Daniel Dennett e David Chalmers*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

THOMPSON, E. *The mindful body*. In: DONOVAN-ANDERSON, M. (org.) *The incorporated self*. New York: Rowman&Littlefield publishers, s/d

VARELA, F. *Conhecer - As ciências cognitivas: tendências e perspectivas*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d

_____. *The reenchantment of the concrete* In: CRARY, J. e KWINTER, S. (org). *Zone n. 6*. MIT, 1992

_____. *O estudo científico da consciência* In: GOLEMAN, D. *Como lidar com emoções destrutivas: diálogo com a contribuição do Dalai Lama*. Rio de Janeiro: Campus, 2003

VARELA, F. J.; THOMPSON, E. e ROSCH, E. *A mente incorporada: Ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003

VARELA, F.; SHEAR, J. *First-person Methodologies: What, why, how?* Disponível em: www.ccr.jussie.fr/varela/human_consciousness/JCSCHAP.htm (Acessado em: maio 2005), (s/d)

VERMERSCH, P. (1999a) *Pour une psychologie phénoménologique* Psychologie Française v. 44, n. 1, p. 7-19, 1999

_____. (1999b). *Introspection as practice*. Journal of Consciousness Studies. v. 6, n. 2-3, p. 17-42, 1999

_____. (2002a) *La prise en compte de la dynamique attentionnelle: éléments théoriques*. Expliciter Journal de l'Association GREX n. 43, p. 27-39, 2002

_____. (2002b) *L'attention entre phénoménologie et sciences expérimentales éléments de rapprochement* Expliciter Journal de l'Association GREX n.44, p. 14-43, 2002

VIQUEIRA, J.V. *La psicología contemporánea*. Barcelona-Buenos Aires: Editorial Labor, S.A., 1930

WATSON, J.B. (1913) *O comportamentismo*. In: BORING, E. G. e HERRSTEIN, R. J. *Textos básicos de história da psicologia*. São Paulo: Editora Herder, 1971